



Documento 1/67

---

010.2.52.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2004-17:08

Publ.: DCD - 03/03/2004 - 7497 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM  
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Perspectiva de maior evidência às políticas públicas para as mulheres, ao ensejo da instituição de 2004 como Ano da Mulher. Vulnerabilidade da mulher à violência.

---

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima segunda-feira, estaremos comemorando o Dia Internacional da Mulher, data que, historicamente, em todo o mundo, tem servido como importante momento de debate, reflexão e luta em favor dos direitos da mulher.

Em nosso País, devido à aprovação de projeto de lei proposto pelo Deputado Maurício Rabelo, do PL do Tocantins, este ano de 2004 é dedicado à mulher, o que confere maior visibilidade e preocupação permanente dos problemas ainda hoje enfrentados pela mulher. Isso permite não só maior atenção do Poder Público, mas principalmente melhores condições para o enfrentamento e a adoção de medidas necessárias à superação da discriminação que a mulher ainda sofre na sociedade.



Sr. Presidente, em face disso, tanto o Senado como esta Câmara Federal aprovaram Comissões Especiais que deverão debater, durante todo o ano de 2004, questões políticas ligadas ao gênero.

Denominamos Comissão Especial com a finalidade de definir a atuação desta Casa nas ações destinadas a implementar as providências referidas na lei que definiu o ano de 2004 como o ano da mulher.

Neste momento, gostaria de antecipar minha homenagem à mulher brasileira e lembrar os dados recentemente divulgados pela UNESCO. Pesquisa realizada em vários países mostra que dos 880 milhões de adultos analfabetos no mundo, 2 terços são mulheres, ou seja, 556 milhões. A mesma realidade é aplicada aos 2,8 bilhões de pobres do planeta: 2 terços desse contingente são mulheres que vivem com menos de 2 dólares por dia.

Além da enorme desigualdade, as mulheres são vítimas constantes da violência, haja vista que a cada 4 minutos, no Brasil, ocorre uma agressão física contra elas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, de 15% a 30% das mulheres do mundo são assediadas no trabalho.

Embora ocupem 43,9% no mercado de trabalho no País, a mulher ainda é submetida a uma dupla jornada, de 22 a 90 horas semanais, porque em casa, na maioria das vezes, é obrigada a realizar sozinha as tarefas domésticas, assim como os cuidados com os filhos. E mesmo chefiando 30% das famílias brasileiras, a média salarial é de 65% do valor do salário dos homens.

Essa realidade não deixa dúvidas de que a luta por melhores salários, por espaços importantes na sociedade, a favor de creches e contra a violência, entre tantas outras, passa necessariamente pela luta contra as desigualdades.

Por isso, na data em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher precisamos refletir sobre o nosso papel na luta mais ampla por uma sociedade justa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, feitas essas ressalvas, gostaria, nesta singela homenagem, de destacar trecho de uma música do saudoso Gonzaguinha, que expressou na sua poesia muito da nossa natureza:

"(...) Eu apenas queria que você soubesse

Que esta menina hoje é uma mulher



E que esta mulher é uma menina

Que colheu seu fruto flor do seu carinho (...)"

Um brinde às mulheres. As mudanças estão começando. Viva o 8 de março!

Muito obrigada.



---

Documento 2/67

---

011.2.52.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2004-14:04

Publ.: DCD - 04/03/2004 - 7651 REINALDO BETÃO-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Controle do Câncer. Elevado nível técnico e competência dos profissionais da entidade. Solicitação ao presidente do Instituto de encaminhamento às repartições públicas de exemplares de cartilha distribuída aos pacientes oncológicos. Transcurso do Dia do Turismo. Importância da atividade como fonte de geração de emprego e renda. Potencial turístico do País. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância de revisão de preconceitos e limitações contra a mulher e de reconhecimento da dignidade e do papel exercido pela classe feminina na sociedade.

---

O SR. REINALDO BETÃO (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para enaltecer o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer — IBCC pelo nível técnico e competência de seus profissionais, além da já conhecida dedicação ao controle e combate ao câncer.

O IBCC foi fundado no dia 4 de maio de 1968, pelo Prof. Dr. João Sampaio Góes Júnior, com o objetivo de prevenir, diagnosticar precocemente e tratar os cânceres



de mama e do colo do útero. Naquela época, esses tipos de câncer eram os responsáveis por um número bastante expressivo das doenças femininas no Brasil e até agora, infelizmente, eles ainda respondem por um elevado número de óbitos, mesmo entre as mulheres mais jovens.

Desde a sua fundação, o IBCC já atendeu mais de 3 milhões de mulheres, sendo a maioria de forma gratuita. Na luta pela prevenção do câncer, o IBCC trouxe, em 1971, o primeiro mamógrafo para o Brasil e, em sua batalha contra o câncer, foi desenvolvendo uma infra-estrutura médico-hospitalar que lhe permite assistir um número cada vez maior de mulheres e também expandir a sua área de atuação para a prevenção e o tratamento de outros tipos de câncer.

Trata-se, indiscutivelmente, Sr. Presidente, de um instituto de extrema relevância para o País. Preocupado em divulgar os direitos do paciente oncológico, a advogada Maria Cecília Mazzariol Volpe preparou, e o IBCC publicou, uma belíssima cartilha de 48 páginas que está sendo distribuída gratuitamente a todos os usuários do instituto, com uma tiragem de 200 mil exemplares.

A cartilha apresenta, em capítulos, as leis das quais os pacientes oncológicos podem recorrer para reivindicar seus direitos, dependendo do estado da doença e das seqüelas deixadas pela neoplasia (tumor benigno ou maligno). A retirada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por exemplo, pode ser feita pelo paciente com câncer. Aquele considerado incapaz para a vida independente e para o trabalho tem direito ainda a receber renda mensal vitalícia, bem como de comprar automóveis com isenção de impostos e quitar o financiamento da casa própria adquirida pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Na cidade de São Paulo, especificamente, os pacientes em tratamento são dispensados do sistema de rodízio de carros para que possam circular livremente.

Como as ações desta Casa são divulgadas no programa A Voz do Brasil, e milhões de brasileiros o ouvem, entendo ser oportuno mencionar as especialidades médicas do IBCC. São elas: mastologia, ginecologia, cabeça e pescoço, urologia, dermatologia, cirurgia plástica, oncologia clínica, radioterapia, ortopedia, gastroenterologia, colo-proctologia, cirurgia torácica, psiquiatria e neurologia.



O hospital também está apto e equipado para prestar os seguintes serviços: atendimento ambulatorial, prevenção do câncer, diagnóstico (mamografia, ultrassonografia, raios X, medicina nuclear, tomografia computadorizada e anatomia patológica), internação, cirurgias (centro cirúrgico e cirurgia ambulatorial), terapia intensiva, radioterapia (externa e braquiterapia), quimioterapia e reabilitação psicológica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma instituição filantrópica como essa, que realiza cerca de 12 mil consultas, 350 cirurgias e 300 internações por mês, é motivo de orgulho para todos nós brasileiros. Peço ao Presidente do IBCC para que faça chegar também às repartições públicas de todas as esferas, alguns exemplares dessa significativa cartilha.

Outro assunto, Sr. Presidente. Em 1º de março foi comemorado o Dia do Turismo, atividade muito importante para o País, pois gera riqueza, inúmeros empregos e serviços de diversos segmentos. Hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento são alguns setores que se beneficiam do movimento trazido pelo turismo e muitas vezes são preparados para operar exclusivamente em função deste ramo.

Fazer turismo, Sr. Presidente, sempre soa como algo agradável e divertido. Pode também acrescentar-nos cultura e conhecimentos sobre lugares diferentes, com novos hábitos e costumes, ou ainda é sinônimo de aventura. Apesar de tudo isso, o turismo ainda atrai investimentos, permitindo o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Existe também o turismo de negócios e congressos, principalmente nas grandes cidades. O Brasil atende a todas essas modalidades e registra um grande crescimento relativo ao setor. Porém, além de comemorar esse avanço, é preciso aprender a praticar o turismo consciente, voltado à preservação do meio ambiente e dos patrimônios naturais e culturais do País.

O Brasil conta com uma extensão muito grande de recursos naturais, culturais e arquitetônicos, sendo um país com potencial de exploração turística amplamente reconhecido.



Quando se trabalha com turismo, só há ganhos. De um lado, os empresários e autônomos, que lucram com o negócio; de outro, os turistas, que desfrutam o lazer.

Atualmente, esse setor emprega no Brasil quase 6 milhões de trabalhadores, movimentando 16 bilhões de dólares em salários, e é considerado um dos maiores geradores de empregos do País, sendo que em 1994, um em cada 11 empregados tinha emprego vinculado a ele.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil é um país privilegiado. Possui paisagens belíssimas, um clima maravilhoso e um povo hospitaleiro. Parabenizo todos aqueles que atuam no ramo, bem como o Ministério do Turismo, por fazer conhecida nos 4 cantos do mundo a nossa querida Pátria.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 8 comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Há muito deixou de ser apenas sinônimo de beleza, elegância, carinho ou afeto. É, sobretudo, exemplo de competência profissional, dinâmica e empreendedora.

Tudo começou no ano de 1857, quando as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que nas suas 16 horas recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, se declarara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa conferência internacional de mulheres, realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. De então para cá, o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma tanto em Portugal como no resto do mundo.

A referência histórica principal das origens do Dia Internacional da Mulher é a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres. Nessa resolução, não se faz nenhuma alusão ao dia 8 de março. Clara apenas menciona seguir o exemplo das socialistas americanas. É certo que a partir daí as comemorações começaram a ter um



caráter internacional, expandindo-se pela Europa, a partir da organização e iniciativa das mulheres socialistas.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso reconhecer o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber a sua importância na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

A mulher merece todo nosso respeito e valorização.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras!

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 3/67

---

011.2.52.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2004-15:38

Publ.: DCD - 04/03/2004 - 7708 LÚCIA BRAGA-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aplausos ao Presidente João Paulo Cunha pela criação da Comissão Especial da Mulher. Apoio ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ações da oradora em defesa da igualdade de gênero.

---

A SRA. LÚCIA BRAGA (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, impossibilitada de fazer um pronunciamento no dia 9 de março, na sessão especial do Dia Internacional da Mulher, queremos hoje antecipar nossa homenagem.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa admiração pelo Presidente Lula, o único Presidente da República a reconhecer oficialmente a importância da mulher na sociedade, através da criação de uma Secretaria Especial da Mulher a nível de Ministério.

O Presidente Lula merece nosso reconhecimento, como também nosso voto de irrestrita confiança ao governo integro, honrado, competente, que vem realizando, com vistas à construção de um Brasil novo, de inclusão social e crescimento econômico.



Devemos também prestar uma justa homenagem ao Presidente desta Casa, o Deputado João Paulo Cunha, por sua sensibilidade ao criar a Comissão Especial da Mulher, que vem trazer maior visibilidade para a questão de gênero. Desta maneira, pela primeira vez, nossa luta em favor da ampliação do espaço da mulher na sociedade brasileira é priorizada e institucionalizada por um Presidente da Câmara dos Deputados.

Portanto, parabenizamos o Deputado João Paulo Cunha, valorizando com justiça seu gesto ímpar neste Parlamento.

Vivemos numa cultura de ranço machista, onde a mulher é discriminada e vítima de violência. Violência que começa em casa, vai às ruas e ao trabalho.

Discutir a questão de gênero, especialmente neste terceiro milênio, é de grande importância, porque estamos ingressando em novos tempos e todas nós somos profetizas de um amanhã melhor.

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher nunca é demais lembrar sua origem. Foi num 8 de março de 1857 que 129 operárias de uma fábrica têxtil, em Nova York, morreram incendiadas pelos patrões, porque reivindicavam melhoria de salário e melhores condições de trabalho.

Foram essas mártires as precursoras da nossa luta.

Emblematicamente, esse dia 8 de março está gravado em nós, todos os dias, porque todo dia é dia da mulher, que vive, independentemente de sua classe, a experiência discriminatória da exclusão social; da mulher que é violentada nos seus direitos salariais; da mulher que é tripudiada por ocasião da sua admissão no emprego, quando se lhe exige atestado de esterilidade e teste de gravidez, na tentativa de violar o direito da licença-maternidade de 120 dias, pelo qual a bancada feminina tanto lutou suprapartidariamente na Assembléia Nacional Constituinte.

Durante toda nossa vida pública, vimos lutando em favor da igualdade de gênero. Como Presidente da Fundação Social do Trabalho, em 1982, no Governo Wilson Braga, na Paraíba, outorgamos em nome da mulher a titularidade do lote urbano. Na qualidade de Deputada Constituinte, defendemos a paternidade responsável, a licença-gestante de 120 dias, o título de posse urbana e rural em nome do homem



e da mulher, conjuntamente, a aposentadoria especial para a mulher e várias outras emendas constitucionais significativas.

No nosso segundo mandato como Deputada Federal, apresentamos projetos em favor da mulher e participamos de CPIs em defesa da mulher, como a que investigava a esterilização em massa de mulheres e a que investigava a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na condição de Deputada Estadual, estabelecemos, por meio de leis, a criação de sedes próprias para as delegacias da mulher no Estado da Paraíba, criamos novas delegacias da mulher (leis que nunca foram implementadas infelizmente, até hoje). Apresentamos o projeto de DNA gratuito no Estado e requeremos implementação de leis já existentes em favor da mulher, como a lei da Casa Abrigo (até hoje não implementada).

No entanto, João Pessoa conta com uma Casa Abrigo, gerida pelo Centro da Mulher 8 de Março. Temos a satisfação de registrar que intermediamos, junto ao então Governador José Maranhão, essa solicitação que hoje é uma realidade muito positiva em nossa Capital.

Criamos ainda, no cargo de Deputada Estadual, a AMPP — Associação de Mulheres Parlamentares da Paraíba (a única associação desse tipo no Brasil), para congregar todas as Parlamentares da Paraíba (Deputadas Estaduais, Federais, Senadoras, Vereadoras).

Paralelamente, temos o trabalho social Vida Mulher, da Fundação Desembargador Toledo, entidade criada por nós, que realiza na periferia, junto à mulher, um trabalho importante de conscientização contra a violência doméstica e sexual, ao lado da medicina preventiva, através de uma equipe multiprofissional, e que já atingiu a conscientização de 1.000 mulheres a domicílio.

Temos o projeto de ampliar, no Governo do Presidente Lula, tão sensível à fome do povo, os programas da nossa Fundação, que caminha para se transformar em ONG.

Pretendemos atuar junto a esse universo de 1.000 mulheres atingidas pelo Programa Vida Mulher, para que sejam multiplicadoras dessa conscientização a



domicílio, recebendo cada uma delas, pelo trabalho realizado, uma cesta básica mensal.

Seria o Vida Mulher, nas comunidades periféricas tão carentes, complementado com o Fome Zero.

Agora, na qualidade de Deputada Federal pela terceira vez, apresentamos projetos em favor da mulher, que tramitam na Câmara dos Deputados, como o que estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos que discriminam mulheres e o de combate ao turismo sexual, entre outros projetos de defesa de gênero.

Fizemos indicações ao Governo Federal, que tivemos oportunidade de entregar pessoalmente à ex-Ministra Emília Fernandes, como a criação de Casas Abrigos nos principais centros urbanos em todo o território federal e a instalação de delegacias da mulher com sedes próprias nos principais centros urbanos de todos os Estados da Federação.

Por tudo isso, que ainda é tão pouco, é que podemos dizer, através da nossa vivência, que nosso compromisso de 22 anos com a questão de gênero é irresistível e irrevogável.

Daí a necessidade de propagarmos essa consciência da responsabilidade de cada uma de nós para com esse projeto de ampliação do espaço da mulher.

As mulheres contribuem decisivamente para a sociedade brasileira. Representam mais de 50% da população brasileira e 50,8% do eleitorado. Totalizam mais de 40% da população economicamente ativa, mas ganham em média 31% menos que os homens. Mais de 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso refletirmos, pois as mulheres, mesmo as que já ocupam cargos relevantes neste País, ainda têm muito a conquistar na luta de gênero.

A nossa responsabilidade é grande. Temos que espelhar a melhor honestidade, temos que nos esforçar mais do que os homens, dentro do que realizamos, especialmente porque ainda estamos lutando para ampliar nosso espaço. As mulheres que já têm cargos, se inseriram nas esferas de poder, conseguiram



chegar até onde chegaram, têm a responsabilidade maior de dar exemplos de maturidade.

Além disso, temos, acima de tudo, que adquirir a consciência de que a luta da mulher somente se tornará irresistível se ela se engajar na luta universal pela libertação dos povos oprimidos, de todos os que vivem em condições desiguais de vida, num contexto social perverso e desumano.

Gostaríamos de citar uma frase da ex-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy, quando ela diz: "Um dos grandes desafios da democracia brasileira é o amadurecimento de uma sociedade em que dois sexos diferentes, herdeiros de história e culturas diferentes, mas iguais em direitos e deveres, possam, enfim atuar na sociedade, com igualdade de condições".

Nossa caminhada é, portanto, árdua. Mas detemos privilégios, inerentes às nossas próprias características de gênero.

Conseguimos somar os dons dos quais o imortal Che Guevara já falava: "Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás". Sim, porque a mulher reúne predicados de ternura e força, sensibilidade e coragem. Daí, podemos contribuir decisivamente para mudar o mundo, mudar as estruturas de poder desiguais.

Assim, as mudanças sociais passam necessariamente pelo resgate efetivo da cidadania feminina.

Concluimos dizendo da nossa crença na mulher, que junto com o homem são co-participantes da obra da criação divina.

Fazemos nossa confissão de fé, especialmente nessa mulher do terceiro milênio, que, este ano de 2004, ano internacional da mulher, já vem despertando para sua responsabilidade; já começa a acreditar nas suas potencialidades, sabedora de que poderá ser uma alavanca nas mudanças sociais deste País e do mundo.

Concluindo, homenageamos as mulheres de todas as culturas e raças, de todas as classes sociais.

Mulheres Parlamentares, mulheres engajadas na luta do gênero, representantes da sociedade civil de defesa da mulher, mulheres das pastorais da Igreja, mulheres de grupos de defesa das etnias.



Mulheres plantadas na favela para salvar da morte quantos o amor gerou para a vida, mulheres chefes de família, mulheres nômades à procura do marido ausente, do filho perdido, do pão que falta.

Mulheres do campo, da luta pela terra que lhes é negada.

Mulheres donas de casa, servidoras públicas, operárias.

Mulheres de todas as dores do viver humano, sobretudo mulheres anônimas, do heroísmo anônimo, a homenagem é minha, neste dia que é nosso.

Por fim, nosso abraço, nossas congratulações às mulheres da Paraíba e especialmente às nossas conterrâneas de João Pessoa.



---

Documento 4/67

---

013.2.52.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2004-18:38

Publ.: DCD - 05/03/2004 - 8016 VALDENOR GUEDES-PSC -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. VALDENOR GUEDES (PSC-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, no dia 8 de março de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam o local de trabalho para reivindicar a redução da jornada diária de 16 para 10 horas. O movimento resultou na morte de cerca de 130 mulheres, vítimas de um incêndio com o qual se pretendia queimar a esperança de uma vida mais digna e mais justa, que naquele momento brotava tão fortemente.

Em 1910, 53 anos depois, na Conferência Internacional de Mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido que o 8 de março seria dedicado à mulher.

Desde então, tomou corpo uma das mais belas bandeiras do mundo: a da luta pela emancipação das mulheres.

É preciso darmos atenção ao papel que as mulheres exercem na sociedade, no sentido de que possam contribuir de forma efetiva com os destinos de nossa História. Ano após ano, e de forma cada vez mais significativa, vem sendo



reconhecida a sua capacidade de lidar com as transformações, processo esse que indubitavelmente não é de fácil apreensão.

A mulher deixou de ser cidadã de segunda classe e desponta ocupando cada vez mais espaços em todos os setores da vida em nosso País e no mundo. Mas, apesar de tudo que tem sido conquistado por nossas mulheres guerreiras, muito ainda há a ser feito, principalmente no campo profissional e no político.

As mulheres não pretendem deixar seus postos de mãe, esposa e dona de casa, o que faz com que as admiremos muito mais. Elas querem que se cumpra o direito de igualdade, e isso, senhoras e senhores, é a nossa Constituição que determina. A luta é pela quebra dos grilhões que manietam a liberdade de exercerem cargos e receberem salários compatíveis com sua competência, como os homens, e não serem diferenciadas por serem do chamado sexo frágil.

Como, sexo frágil?! Elas conseguem atravessar incólumes a maior transformação já vista no ser humano, que é a biológica! Elas menstruam, engravidam, tornam-se mães, amamentam, enfrentam a menopausa! E estão constantemente buscando novas formas de adaptação, de maneira a não destruir o que já lhes foi concedido por natureza.

Assim são as mulheres, Sr. Presidente, nobres colegas.

Queremos, pois, suscitar uma reflexão sobre o nosso papel diante dessa luta, e por isso perguntamos: estamos permitindo avanços?

Estamos sendo parceiros o suficiente?

É importante que tenhamos em mente as várias reivindicações das mulheres, entre elas a de plena participação, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural, com a erradicação de todas as formas de discriminação baseadas em diferenças de gênero, o combate à extrema pobreza, à exclusão social, à violência na vida pública e privada, incluindo as formas de assédio sexual, exploração e tráfico.

Ainda esta semana, por exemplo, a revista *Veja* publicou matéria intitulada "O pior inimigo das soldadas: o estupro", referindo-se a mais de 100 mulheres abusadas pelos companheiros no Golfo Pérsico. Isso ocorre não só com as militares



americanas, mas também dentro de nosso País. Temos tomado conhecimento de diversos crimes passionais ocorridos das mais variadas e torpes formas possíveis.

O que estamos fazendo para mudar essa situação?

Queremos falar a todas as mulheres, que trazem às nossas vidas mais sensibilidade, amor, dedicação e serenidade; às nossas mães, que nos embalaram em seus braços fortes, que são férteis de idéias, sentimentos e atitudes quando nos quedamos diante das asperezas da vida; às que não conseguiram conceber seus próprios filhos, mas que acabam, por natureza, sendo mães de tantos filhos; a todas elas o nosso reconhecimento, o nosso respeito e o nosso sincero agradecimento.

Às mulheres do mundo inteiro, em especial às do nosso Estado, o Amapá, que fazem do seu dia-a-dia uma busca constante dessa participação política transformadora, nosso desejo de vitória, sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 5/67

---

013.2.52.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2004-16:24

Publ.: DCD - 05/03/2004 - 7987 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência das desigualdades entre homens e mulheres. Necessidade de expansão da representação política feminina. Prioridade dada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva às políticas públicas para as mulheres. Realização de manifestação de trabalhadoras rurais em Brasília, Distrito Federal. Conveniência da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 385, de 2001, sobre a instituição de benefício assistencial às donas de casa.

---

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, na semana que vem teremos um momento especial, quando da comemoração do Dia Internacional da Mulher. É este o assunto que me faz ocupar a tribuna no Grande Expediente desta sessão. É importante lembrar a história das mulheres, cuja luta é reconhecida até na Bíblia.

As mulheres sempre tiveram grande participação na política. Foram perseguidas e dizimadas na Inquisição porque tinham a sabedoria, o conhecimento da terra, da semente, da sexualidade, e estavam construindo um mundo diferente. Em 1857, nos Estados Unidos, operárias têxteis foram queimadas num incêndio porque



lutavam para diminuir sua jornada de trabalho. Essa luta marcou as mulheres no mundo inteiro, tanto que, em 3 de maio de 1908, se instituiu nos Estados Unidos o Dia Nacional da Mulher, e, em 8 de março de 1910, o Dia Internacional da Mulher, reconhecido primeiramente na Dinamarca.

A data não tem fins comerciais. É um dia para lembrar a luta histórica das mulheres e suas conquistas. É um dia para refletir sobre a vida, sobre o muito que ainda temos de concretizar em termos de justiça social, de visão humana, de direitos sociais, tanto no Brasil quanto no mundo.

Oficialmente, tivemos conquistas importantes, como, em 1934, o direito de votar e sermos votadas, um marco para o movimento feminista no Brasil. Isso fez com que as mulheres começassem a exercer oficialmente a cidadania, direito que até então lhes era negado. Naquele momento, iniciou-se uma grande luta, tanto que hoje ocupamos importantes espaços institucionais.

Nos anos 60, houve grande avanço no setor científico, e a pílula anticoncepcional passou a ser usada em massa pela população feminina. A partir daí, as mulheres passaram a ter maior liberdade e maior controle sobre o seu corpo. Puderam, assim, participar mais do mercado de trabalho formal, como as fábricas, e prosseguir nos estudos, o que ocasionou mudança no seu papel social, político e sindical.

A luta continuou. Foi feito grande movimento pela construção de creches, por melhores condições de saúde e pela participação na educação. As famílias lutavam por um espaço onde deixar seus filhos.

Durante a ditadura, as mulheres lutaram pela anistia e pela democracia. Elas não ficaram paradas. Mobilizaram-se e deram enorme contribuição ao Brasil.

Apesar das garantias legais, a mulher precisou conquistar maior escolaridade para enfrentar o preconceito e a falta de oportunidade. Mesmo assim, a grande maioria é pobre e continua recebendo salários menores. Como exemplo, cito a mulher negra, que só tem 8,1% de participação nos rendimentos das pessoas empregadas, e a branca, 24,1%, enquanto o homem branco tem 50% e o negro, 17,7%. Em termos de moradia, as negras estão sempre em pior situação.



O êxodo rural feminino é maior que o masculino. As jovens são expulsas do campo por falta de condições dignas de vida, vêm para a cidade trabalhar como empregadas domésticas e muitas vezes não têm carteira assinada nem reconhecimento.

É espantoso perceber que a proporção de famílias chefiadas por mulheres na década de 90 aumentou em 40%. No Brasil, 20% dos lares são sustentados por mulheres, mas isso não significa que a renda tenha melhorado — de 1998 a 2001, ela despencou em 25,2%. As mulheres que têm filhos para sustentar ganham menos, enquanto as sem filhos auferem renda 27% maior. A taxa de desemprego das mulheres com filhos e que ajudam a manter a família aumentou em 19,7% também nesse período. Sua participação no mercado de trabalho passou de 98% para 50%, o que exige maior ênfase nos investimentos sociais.

Entre as mulheres que trabalham fora, apenas 10% têm filhos em creche. Isso significa que, além do emprego, cuidam de sua família e se organizam para dar conta de sua vida. A falta de creches nas empresas é fruto da ausência de uma política de Estado para garantir às mulheres o exercício da cidadania. É preciso reconhecer que a creche é fundamental para essas mães.

As mulheres que saíram de casa para trabalhar duplicaram sua jornada de trabalho. Os direitos assegurados na Constituição ainda estão, na prática, longe de serem conquistados.

Nesse sentido, é necessário aumentar a representação política feminina. Há poucas Prefeitas e Deputadas, tanto que, no meio de 513 Parlamentares, somos apenas 44. Existem também poucas Vereadoras. A grande maioria batalha para ser incluída em cotas, não para participar de uma chapa política em igualdade de condições, porque as disputas ainda são feitas de forma discriminatória e preconceituosa.

O Governo deu início a uma política de valorização da mulher, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Além disso, deu status ao Conselho de Mulheres para dar continuidade à luta política feminina e criou também uma secretaria que discute o combate ao preconceito e à discriminação



racial. Para nós, isso é simbólico. É importante debater temas tratados como menos importantes nas políticas públicas, por se referirem às mulheres.

Sabemos como é difícil ser militante política, trabalhadora, ter família para sustentar, e muitas vezes não ser reconhecida, não ter nem mesmo um espaço para deixar os filhos.

Sr. Presidente, coloco-me no lugar das mães que têm baixos salários, das que estão mendigando, das que têm filhos portadores de necessidades especiais. Como elas dão conta das tarefas domésticas, dos papéis sociais, da construção da cidadania e até mesmo da política? Como há 500 anos, as mulheres continuam submetidas à escravidão, oficialmente abolida, mas mantida na prática.

Concedo o aparte à nobre Deputada Maria do Rosário.

A Sra. Maria do Rosário - Nobre Deputada e companheira Luci Choinacki, quero cumprimentá-la pelo brilhante pronunciamento. V.Exa. é a primeira Parlamentar a falar, neste ano, sobre o dia 8 de março, que estaremos comemorando na próxima segunda-feira. V.Exa. e representantes do movimento social estão organizando uma marcha importantíssima em Brasília, que certamente receberá mulheres de todo o País sintonizadas com o único desejo de serem valorizadas no mundo do trabalho, de serem reconhecidas por tudo que realizam no sentido de promover e sustentar a sociedade humana, seja no mundo privado, seja no público, seja naquele que engendra a máquina. V.Exa. traz este debate como autora de importante projeto sobre o reconhecimento do direito de aposentadoria da dona de casa. Manifesto o apoio à proposta de V.Exa. não somente em meu nome, mas em nome das companheiras, militantes e dirigentes do Partido dos Trabalhadores, certamente em sintonia com as Parlamentares de todos os partidos nesta Casa. Acreditamos que o Governo Lula, com seu caráter popular e democrático, também apoiará essa medida inclusiva e promotora de igualdade. Ao promover as mulheres, promove-se a sociedade como um todo. Parabéns pelo mandato de luta na representação das trabalhadoras urbanas e rurais e das donas de casa! V.Exa. é um orgulho para a Câmara dos Deputados e para as mulheres brasileiras.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Obrigada, Deputada Maria do Rosário.



Conforme disse V.Exa., na semana que vem, mulheres do Brasil inteiro estarão fazendo reflexões e mobilizações. Amanhã, cerca de 1,5 mil camponesas estarão acampadas em Brasília para discutir políticas públicas e conquistas das trabalhadoras rurais, como o salário-maternidade e a aposentadoria especial, direitos só reconhecidos depois de muita luta.

Faço homenagem a uma figura muito especial, Florestan Fernandes, nosso mestre tão falado nesses dias. Em 1992, quando as mulheres do campo vieram a esta Casa, de chinelo e chapéu de palha e com bandeiras, ele escreveu artigo no jornal Folha de S.Paulo no qual dizia que a luz era outra, que as de baixo não vinham pedir, vinham dizer a esta Casa que tinham direito e precisavam ser reconhecidas.

Hoje, as trabalhadoras rurais lutam contra a privatização das sementes, para que estas sejam consideradas patrimônio da humanidade. Lutam pelo sonho de um país democrático, para que outras companheiras possam sair da situação de miséria e vergonha a que ainda estão submetidas.

Essa marcha contará com a presença de mulheres de 18 Estados do Brasil. Pela primeira vez, elas virão de avental para mostrar ao Brasil inteiro seus direitos. Vêm dizer o óbvio: que não têm culpa de serem pobres, que, apesar de trabalharem muito, não puderam formalizar a contribuição para a Previdência. São as mutiladas pelo modelo econômico-cultural predatório, conservador e machista.

Antes, os homens saíam para trabalhar como pedreiro, carpinteiro ou operário e elas ficavam em casa cuidando dos filhos, cozinhando e passando, para garantir, com dinheiro minguado, a estrutura familiar. Quem diz que isso não é trabalho nunca lavou um banheiro nem limpou um filho. É fácil fazer tal afirmação, mas nós, que executamos essas tarefas, sabemos o quanto nos custam.

As mulheres estão recuperando a auto-estima. Estão tendo a coragem de se olhar no espelho e de dizer que também contribuem para a riqueza nacional.

Temos uma dívida com as trabalhadoras brasileiras. Não é verdade que elas quebrarão o País. O que o está quebrando é a corrupção, são as aposentadorias dos picaretas e fantasmas, que o Governo tenta combater. A aposentadoria dos pobres não nos prejudica, mas, sim, a dos ricos.



Concedo o aparte ao companheiro Deputado Zé Geraldo.

O Sr. Zé Geraldo - Deputada Luci Choinacki, parabênizo V.Exa. pelo pronunciamento. Estamos próximos do Dia Internacional da Mulher, e pelos olhos de V.Exa. deve estar passando a imagem de todas as mulheres do País, principalmente as mais sofridas. Nos últimos 3 dias, algumas me telefonaram para falar sobre conflitos de terra no Estado do Pará. Ontem, no Município de Porto de Moz, uma foi presa juntamente com seu marido. Ela teve o braço cortado e as orelhas arrancadas num conflito com pistoleiros — um deles morto pelo marido e pelos filhos. Na semana passada, houve outro conflito no Município do Anapu. Várias mulheres, cujos maridos foram presos, ligaram-me, desesperadas, porque não tinham o que comer. Infelizmente, a situação é bastante complicada. No Pará, 30% das mulheres, principalmente da área rural, não sabem ler nem escrever. As prefeituras municipais, sem recursos, esforçam-se para implantar um programa de alfabetização. A maioria das escolas não dispõe de energia elétrica, mas, quando conseguem um lampião a gás ou alternativa melhor, como uma placa solar, faltam óculos para as alunas, que já não conseguem enxergar bem. Portanto, lembro essas mulheres chorosas, que vivem em situação difícil. Comemoraremos em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, os avanços do Brasil nessa questão. Prova disso são as Deputadas guerreiras, que lutam pela educação e pelos direitos humanos. V.Exa. conhece muito bem a realidade da mulher camponesa. Faremos uma grande comemoração, com debates sobre a real situação feminina. Tenho certeza de que as políticas do nosso Governo vão minimizar a escravidão da mulher brasileira. Muito obrigado, Deputada Luci Choinacki.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado Zé Geraldo.

Em trabalho que fizemos por vários Estados do Brasil, ouvi das mulheres palavras muito importantes. Ao falarmos da pobreza e da fome, uma companheira levantou-se e disse que as mães passavam fome muito antes dos filhos, porque sempre davam a eles o primeiro pedaço de pão. É assim que ainda vive o povo em nosso País.



Companheiros, não podemos ter o olhar voltado somente para o mercado financeiro e para os negócios. Precisamos ampliar esse olhar, para sermos capazes de enxergar como as pessoas estão vivendo.

As mulheres que sustentam suas famílias mantêm nossa economia. Se elas não soubessem repartir os grãos de feijão, se não cuidassem das roupas dos filhos — muitas vezes as repassando aos menores — , o que seria deste País?

Por isso, estamos discutindo o reconhecimento do trabalho doméstico, que garantirá renda, principalmente, às brasileiras pobres com mais de 60 anos. É uma luta democrática, humana e feminista; é uma luta pela mudança do olhar.

Confiamos no processo político e entendemos que ele está sendo construído, passo a passo, principalmente pelas mulheres, mesmo que nunca tenham participado de mobilizações.

Entregaremos aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal os abaixo-assinados trazidos de diferentes Estados. Estamos solicitando audiência com o Ministro da Previdência, quando apresentaremos a S.Exa. nossa pauta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos trabalhar politicamente para que seja instalada Comissão Especial para exame da PEC nº 385, de 2001, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Com paciência, conseguiremos a incorporação desse direito à nossa legislação.

Observo que, em suas comparações, os Parlamentares nunca usam o gênero masculino, somente o feminino. Assim, nós, mulheres, somos agredidas permanentemente. Um colega usou aqui a figura de uma mulher no sofá. Por que não falou também do homem no sofá? Comparações como essa agridem as mulheres, que lutam por direitos iguais. Precisamos de uma percepção mais apurada da nossa situação, porque estamos no século XXI, não na Era da Pedra Lascada. As mulheres fizeram diversos movimentos políticos e lutaram muito para chegar a este ponto. Somos poucas nesta Casa, mas aqui estamos graças a muita batalha, conscientização e força social.

Ouçó, com prazer, o Deputado Luiz Couto.



O Sr. Luiz Couto - Deputada Luci Choinacki, parabênizo V.Exa. não apenas pelo pronunciamento, mas pela postura em defesa da mulher e do povo brasileiro. Todos temos 5 sentidos, mas a mulher tem o sexto, e a mãe, o sétimo, pois consegue compreender profundamente a realidade dos filhos. V.Exa. disse que quando os filhos passam fome, a mãe passa 2 vezes. Isso é verdade. Se tiver metade de um pão, ela a distribui entre eles, com carinho, principalmente para o mais raquítico e sofrido. Daí a importância da luta de V.Exa. para que todas as trabalhadoras, inclusive as donas de casa, possam entrar no sistema de Previdência e ter direito a aposentadoria. Parabéns novamente a V.Exa. pelo pronunciamento e pela postura em defesa da mulher e do povo brasileiro.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Muito obrigada, Deputado Luiz Couto.

Sr. Presidente, a luta das mulheres é pelo direito das famílias, das crianças, dos idosos, e pela humanização da sociedade. Não queremos conta bancária gorda, mas o direito à moradia, à educação, à cultura, à previdência universal. Essa é a nossa luta, democrática e humana, que revoluciona os comportamentos. E mudança de comportamento não custa dinheiro, é posicionamento político, importante em cada uma e em cada um de nós.

Por isso, convidamos todos para que, no dia 8 de março — ou no dia 10, quando as mulheres chegarão a Brasília —, participem do evento e o valorizem, a fim de que tenhamos coragem de, a médio prazo, dar garantias a essas brasileiras.

O Senado votou a PEC paralela, o que já foi um avanço em nossa luta. O nosso Senador Paulo Paim disse: "Olha, Luci, isso só apareceu na pauta porque há um movimento político no País. Se não houvesse, talvez não conseguíssemos incluir a PEC paralela".

Nós, a bancada do nosso partido e o Congresso Nacional temos o compromisso de dar uma resposta importante às mulheres deste Brasil. Elas não vêm pedir favor; vêm dizer que têm um direito, que tomaram consciência desse direito e que estão vindo, de cabeça erguida, para conversar.

É a primeira vez que vêm a Brasília. Muita gente já veio, mas essas trabalhadoras pobres só agora organizaram seus ônibus e trarão sua marmitta, sua comidinha, porque é o jeito. Não ficarão em hotel 5 estrelas nem virão de avião. Virão de



ônibus, muitas vezes nas piores condições, para dizer: "Existimos, estamos aqui e gostaríamos de ser ouvidas e recebidas por esta Casa e por todos".

Sr. Presidente, estamos vivos porque alguém nos criou e cuidou de nós. Todos dependemos, a começar pelo nascimento, de uma mulher.



---

Documento 6/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:52

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8553 GUILHERME MENEZES-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância da criação, pelo Ministro da Saúde, Humberto Costa, da Comissão Nacional de Mortalidade Materna.

---

O SR. GUILHERME MENEZES (PT-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres brasileiras e do mundo foram homenageadas ontem, dia 8 de março, ao ensejo da passagem do Dia Internacional da Mulher.

Neste dia do ano de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque ocuparam as instalações e entraram em greve para reivindicar a redução da carga de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. A história refere ainda que aquelas operárias, que recebiam menos de um terço do salário pago aos homens, foram fechadas na fábrica e que cerca de 130 delas morreram queimadas em consequência de incêndio ali ocorrido.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, ficou decidido, em homenagem àquelas mulheres, que o dia 8 de Março seria consagrado Dia Internacional da Mulher.

Essa homenagem transformou-se num marco das lutas das mulheres pela igualdade de direitos, dentro e fora de casa. E cada conquista alcançada tem



também se transformado em benefício para a humanidade. No entanto, apesar dos muitos avanços verificados, principalmente durante o século XX, subsistem distâncias a serem vencidas, como mostra a realidade de todos os dias.

As mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência. Em boa parte da África e da Ásia, representam três quartos da população analfabeta. Em média, o salário delas é quase 40% mais baixo do que o pago aos homens, por idêntico trabalho. Em todos os segmentos sociais, é grave o problema da violência contra as mulheres, principalmente dentro de casa.

A forma mais efetiva de o País homenagear as mulheres no dia 8 de março, no Dia das Mães, enfim, em todos os dias do ano é reconhecer direitos duramente conquistados e já consagrado em leis, principalmente para a mulher trabalhadora, empregada ou desempregada, para a mulher chefe de família, para a mulher índia, para a mulher negra, para a mulher-menina-prostituída ou sob risco de abuso e exploração sexual. E que essas homenagens não sejam fruto da hipocrisia, mas de ações políticas que mostrem resultados em programas, atividades e medidas adotadas pelo Poder Público e por instituições da sociedade civil.

Estudos do Ministério da Saúde/DataSUS de 2001, indicam que no Brasil as mortes maternas ainda respondem por 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos. Os principais fatores são orgânicos, psíquicos, sociais e assistenciais, e estão relacionados entre si, constituindo uma cadeia de eventos cuja fragilidade é determinada pelo elo mais fraco, podendo levar ao risco e à morte. Entre esses fatores, destacam-se a qualidade da assistência, inexistência de um sistema de referência e contra-referência, falta de assistência pré-natal, idade materna e a via de parto.

É considerado óbito materno aquele sofrido durante a gestação ou até 42 dias após o seu término. Para o Ministério da Saúde, a mortalidade materna é considerada grave violação dos direitos humanos, por ser evitável em 92% dos casos.

Dados oficiais relacionados às Capitais brasileiras mostram que, no ano de 2001, a mortalidade materna ocorreu na razão de 74,5 óbitos por 100 mil gestações,



com nascidos vivos — número alarmante, principalmente quando se leva em conta que, no atestado de óbito, é baixa a identificação como morte materna. Em países desenvolvidos, esta razão está entre 6 e 20 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. As principais causas são hipertensão arterial, hemorragia, infecção pós-parto e aborto, todas evitáveis.

O Ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou recentemente estratégias do Governo Federal para redução da mortalidade materna no Brasil. A meta, dentro de um pacto nacional, é reduzir em 15% o índice nas Capitais do País nos próximos 4 anos e, a perdurar o acordo, em 75% até 2015. Uma das medidas torna obrigatória a notificação de óbitos de mulheres em idade fértil, para que as causas sejam investigadas. Com essas informações, o Ministério da Saúde poderá adotar ações preventivas eficazes.

O Ministério da Saúde criou também a Comissão Nacional de Mortalidade Materna, órgão que vai estudar e aperfeiçoar a política nacional de redução desse tipo de mortalidade, buscando estreita relação com os comitês regionais, estaduais e municipais — esses comitês serão criados nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

Da Comissão Nacional participarão representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, do Ministério Público da União, dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (CONASS e CONASEMS), além de movimentos sociais, conselhos e associações ligadas às áreas da medicina e enfermagem.

Outro ponto que merece atenção é a política de redução da taxa de operações cesarianas. Na opinião da Organização Mundial de Saúde, do ponto de vista médico, não se pode justificar taxas de cesáreas superiores a 15%. Segundo a pesquisadora Alessandra Sampaio Chacham, socióloga e doutora em Demografia pelo CEDEPLAR — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da UFMG e coordenadora de pesquisa do grupo MUSA — Mulher e Saúde, de Belo Horizonte, há no Brasil alta incidência de operações cesarianas e esterilizações femininas. A pesquisadora mostra que, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde-1996, Relatório Preliminar de 1997, os partos cesáreos



representavam 36,4% do total de partos. Considerando-se apenas áreas urbanas, esse número crescia para 41,8%. A pesquisa revelou também que 27,3% das mulheres em idade reprodutiva estavam esterilizadas. Entre mulheres casadas ou unidas, esse número chegava a 40,1%.

Das operações cesarianas, 25% são realizadas pelo SUS, ficando os planos de saúde e convênios com 75%. A rede pública apresenta taxas médias de cesarianas entre 25 e 35%, enquanto na rede privada esse índice chega a 95%. A partir de dados do Ministério da Saúde, a cada 17 minutos uma menor de 14 anos se torna mãe. Desde 1993, o índice de meninas de 10 a 14 anos que deram à luz aumentou 31%. Em 1999, 700 mil jovens com menos de 19 anos engravidaram, das quais 32 mil estavam na faixa de 10 e 14 anos.

Como se pode ver a partir dessas simples observações, há muito o que fazer para que as justas homenagens às mulheres sejam espelhadas em direitos transformados em prática, no dia-a-dia, embora a luta consciente e organizada das mulheres já tenha alcançado direitos que, em outros tempos, pareciam apenas sonhos.

Obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 7/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:44

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8490 FERNANDO DE FABINHO-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate à discriminação contra as mulheres. Importância da mulher na sociedade. Inauguração da Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana e do Seminário Arquidiocesano Santana Mestra, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

---

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta honrosa tribuna para registrar a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em todo o mundo no último dia 8.

O 8 de Março é o dia internacional de luta das mulheres. Relembra as operárias têxteis de Nova Iorque em greve por melhores condições de trabalho, as mulheres russas que lutavam por paz, pão e terra — e inauguraram a Revolução de 1917 — , além de tantas outras batalhas.

Em 2000, o 8 de Março abriu a Marcha Mundial das Mulheres, que mobilizou 161 países contra a pobreza e a violência sexista. Cerca de 600 grupos de mulheres de todos os Estados brasileiros participaram ativamente. As reivindicações ainda



não foram totalmente atendidas e, por isso, a articulação das mulheres permanece.

O Brasil precisa enfrentar a grave questão das desigualdades entre homens e mulheres. As mulheres já são mais de 30% dos chefes de família no País, mas ganham em média cerca de 65% do valor dos salários dos homens. Ao olharmos para os índices de violência, a situação não é melhor: a cada 4 minutos uma mulher é vítima de algum tipo de agressão, em distintas classes sociais. O índice de mulheres que morrem com problemas relacionados à gravidez é semelhante ao dos países mais pobres da América Latina.

As mulheres negras recebem, em média, a metade do valor dos salários recebidos por mulheres brancas, o que torna a situação da mulher negra ainda pior.

Às mulheres é dada a responsabilidade pelo trabalho doméstico, cuidado dos filhos, doentes e idosos. Por isso, são elas que arcam com as conseqüências dos serviços de saúde, educação e transporte, que estão cada vez piores, e da falta de creches e moradia. Faz-se necessário que essas responsabilidades sejam partilhadas na família e que o Estado assegure serviços públicos de qualidade.

As mulheres travam luta permanente por um mundo livre, igual, solidário e justo. Já estamos no terceiro milênio e passa da hora de reconhecermos o verdadeiro e real valor da mulher.

É preciso lembrar que as mulheres, desde os primórdios da existência da vida, ocuparam e ocupam lugar de destaque. Foi através de uma mulher que Deus nos enviou seu único filho. Foi uma mulher que reconheceu a igualdade entre brancos e negros, dando fim à escravidão no Brasil.

De acordo com a Anistia Internacional, uma de cada três mulheres no mundo foi agredida, obrigada a manter relações sexuais ou submetida a algum tipo de abuso na vida.

As violações dos direitos das mulheres, que incluem discriminação, tortura, esterilizações forçadas, violência de gênero, prostituição e pornografia, repousam em uma profunda e falsa crença não assumida, porém mantida por mulheres e homens, na inferioridade feminina. Esta crença coloca as mulheres em posição marginal, destinadas a se contentar com as sobras dos benefícios da civilização.



Segundo o Informe Mundial sobre a Educação para Todos, intitulado Gênero e Educação para Todos: Paridade e Igualdade, que será divulgado pelo UNICEF no Dia Internacional da Mulher, mais de 56% dos 104 milhões de menores sem escolarização hoje no mundo são meninas, e mais de dois terços dos mais de 860 milhões de analfabetos do mundo são mulheres.

Quero, então, parabenizar a mulher pelo dia a ela dedicado e pelas grandes conquistas alcançadas, desde a primeira mobilização, destacando 4 mulheres que considero exemplos de vida. A primeira, Nossa Senhora, mãe de Jesus, mulher que doou seu corpo, enfrentando, já naquela época, a discriminação, a difamação e o preconceito. A segunda, Irmã Dulce, que durante toda a vida dedicou-se ao bem-estar dos outros. A terceira, D. Maria de Lourdes Araújo Lima, minha mãe, que, ao lado do meu pai, criou os filhos com dificuldade e humildade, mas com carinho, atenção e dedicação, formando cidadãos de bem, responsáveis, honestos, religiosos e conscientes de seu papel na sociedade. A quarta e última mulher que destaco nesta singela homenagem a todas as mulheres é D. Rosa de Fátima Silva Lima, minha esposa.

Mulher dedicada, minha esposa nunca se furtou ao seu papel de companheira. Ao meu lado enfrentou todas as dificuldades financeiras, a ausência que a atividade pública impõe e tantas outras dificuldades, mas jamais deixou de ser esposa, parceira e companheira. Nestes tantos anos de vida pública, D. Rosa foi mãe dedicada das outras 3 mulheres da minha vida, minhas 3 filhas, Fernanda, Fabrícia e Fabíola. Ela foi pai, chefe da casa na minha ausência e comerciante, atividade que desenvolve para a manutenção de nossas vidas. Na condição de esposa de político cumpre seu papel na assistência às famílias necessitadas, na cidade onde moramos, onde por vezes é chamada carinhosamente de Santa Rosa.

Essas 4 mulheres que citei têm em comum a dedicação e a doação. É assim que a mulher é conhecida, por ser dedicada e se doar. A mulher representa em todas as formas o mais puro dos sentimentos, o amor. Ela representa o amor na condição de mãe, esposa, companheira, parceira; é mulher.



Parabenizo todas as mulheres — Senadoras, Deputadas, Vereadoras, Juízas, Prefeitas, donas de casa, trabalhadoras, mães, avós etc. — por esse dia de festa e glória, conquistado com muita luta.

A todas essas mulheres quero dizer muito obrigado.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para abordar outro assunto. Quero registrar a inauguração, neste último sábado, 6 de março, em Feira de Santana, no Estado da Bahia, da Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana e do Seminário Santana Mestra.

A inauguração contou com a honrosa presença do Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia, Dr. Paulo Souto; do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Feira de Santana, Dr. José Ronaldo de Carvalho; dos Deputados Estaduais Humberto Cedraz e Tarcísio Pimenta; do representante no Brasil de Sua Santidade o Papa, o Núncio Apostólico no Brasil, D. Lorenzo Baldisseri; de delegações religiosas da Itália, da Espanha, da Alemanha e da Suíça; do Bispo Primaz do Brasil, D. Geraldo Majella, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; e de diversas autoridades do Município e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A Faculdade vai oferecer cursos de Teologia e Filosofia. A aula inaugural aconteceu nesta segunda-feira, 8 de março, sob a presidência da Secretária de Educação do Estado, Profa. Anaci Bispo Paim. O projeto original prevê o oferecimento de 40 cursos, entre eles Latim, Introdução à Filosofia e à Teologia, Comunicação Social, Antropologia, Arte Sacra, Português, Bíblia e História da Igreja, entre outros.

O Seminário Santana Mestra, inicialmente, vai abrigar 40 jovens para formação de padres. No projeto inicial, a previsão é a de que tenha capacidade para abrigar 60 seminaristas. Setenta por cento dos recursos financeiros despendidos na obra foram enviados por entidades religiosas da Europa. O restante foi arrecadado por meio de campanhas das paróquias e de doações de particulares.

A Arquidiocese de Feira de Santana, ao longo de sua história, teve como prioridade a formação de novos sacerdotes. Nesses últimos 2 anos, sobretudo, com a criação da Província Eclesiástica de Feira de Santana, consolidou-se o



projeto de construção do Seminário e da Faculdade de Teologia. Um sonho concretizado.

O objetivo desse novo centro de formação é favorecer uma séria e qualificada investigação científica nas áreas de filosofia e teologia, de modo que os alunos adquiram conhecimento mais profundo da Divina Revelação e da sabedoria humano-cristã, além de promover a formação permanente do clero e dos demais agentes de pastoral, a fim de que sejam capazes de corresponder aos desafios sempre novos da sociedade contemporânea.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana será destinada aos candidatos ao sacerdócio, às congregações religiosas e aos demais agentes de pastoral.

A Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana — FAFS está situada em uma ampla e agradável área verde, na Estrada do Papagaio, na cidade de Feira de Santana. Formada por um conjunto de 4 blocos, articulados em torno de um pátio interno, a FAFS dispõe de moderna estrutura, que compreende recepção, salas de aula, bloco administrativo e de serviços e bloco multifuncional com cantina, salas diversas, biblioteca e salão de jogos. A Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana possui 1.738,98 metros quadrados de área construída, sendo 1.432,89 no térreo e 306,09 no pavimento superior.

A FAFS, tendo presentes as orientações da CNBB para o curso de Teologia, propõe itinerário formativo de 6 anos, constituídos de um biênio filosófico e um quadriênio teológico. Terá acesso ao curso o estudante que concluiu o ensino médio, e o ingresso será feito por meio de exame seletivo ao final do ano corrente. A Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana se define como um espaço voltado para o ensino superior. A instituição faz parte do grande complexo chamado Centro Arquidiocesano de Formação, diretamente vinculado à Arquidiocese de Feira de Santana. O Seminário Arquidiocesano Santana Mestra se define como um espaço para favorecer a integração e o convívio dos alunos que ali vão residir e faz parte também do Centro Arquidiocesano de Formação.



O Seminário Arquidiocesano Santana Mestra conta com 4.888,27 metros quadrados de área construída, sendo 3.463,90 no térreo e 1.424,37 no pavimento superior.

Sr. Presidente, a satisfação por essa inauguração é enorme, pois o Seminário Santana Mestra e a Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana tornam-se um novo centro de formação e de preparação de futuros evangelizadores do Reino de Deus.

Muito obrigado.



---

Documento 8/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:00

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8496 REINALDO BETÃO-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do combate ao câncer de mama.

---

O SR. REINALDO BETÃO (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destinar este pronunciamento às mulheres brasileiras. Nele, há 2 pontos a serem destacados: um, de forma positiva, pois se trata da comemoração do Dia Internacional da Mulher, e o outro, de forma negativa, uma vez que diz respeito a algo alarmante e que afeta milhares e milhares de mulheres.

Gostaria de me ater no dia de hoje apenas ao segundo ponto: o câncer de mama, doença que atinge cada vez mais mulheres em todo o mundo. Como acontece em relação a muitas outras doenças, uma vida saudável, alimentação rica em frutas e verduras e a prática de exercícios físicos constantes, assim como o auto-exame e os cuidados necessários, podem ajudar bastante para que o câncer seja diagnosticado a tempo e curado.

Nos últimos 100 anos, o ser humano tem sido exposto a uma quantidade cada vez maior de novos compostos químicos resultantes da atividade industrial,



amplamente distribuídos no meio ambiente e capazes de induzir danos ou lesões no material genético.

O corpo humano contém trilhões de células agrupadas para formar órgãos e tecidos, como os músculos, ossos e pele. A maioria das células normais cresce, se reproduz e morre em resposta aos sinais internos e externos ao corpo. Se esses processos ocorrerem de modo equilibrado e de forma ordenada, o corpo permanece saudável e executa suas funções normais por muito tempo. No entanto, uma célula normal pode se alterar quando o material genético — a informação contida nos genes — é danificado.

Os genes são responsáveis pela produção das proteínas, que, por sua vez, determinam tudo, da estrutura à função do nosso corpo, bem como o comportamento e a aparência das células, além de conferir todas as características físicas que formam o conjunto único de cada indivíduo.

A partir do momento em que a célula tem o seu material genético (DNA) lesado, ela passa a ser uma célula alterada, sendo denominada mutada. Lesado o DNA, quase sempre, o corpo consegue promover o reparo do dano por meio de eficientes mecanismos que recompõem as atividades celulares. Com o passar do tempo, as alterações que não foram reparadas vão se acumulando e, eventualmente, podem levar à perda de controle dos processos vitais da célula. Desse modo, a célula mutada passa a agir independentemente, em vez de cooperativamente, dividindo-se de modo descontrolado, até formar a massa celular que chamamos de tumor.

Um tumor é considerado benigno quando não invade os tecidos vizinhos ou, via sanguínea, não alcança a outros órgãos. Os tumores benignos são, quase sempre, facilmente removidos cirurgicamente.

As células tumorais que crescem e se dividem invadindo outros tecidos e órgãos são denominadas malignas ou cancerosas. Essas células podem ter a habilidade de se espalhar pelos tecidos saudáveis do corpo. Por meio de um processo conhecido como metástase, invadem outros órgãos e formam novos tumores.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o câncer pode ser definido como uma doença degenerativa resultante do acúmulo de lesões no material genético



das células, o que induz o processo de crescimento, reprodução e dispersão anormal das células — metástase.

Existem aproximadamente 200 tipos diferentes de câncer, muitos deles curáveis se detectados precocemente.

E o câncer, nobres colegas, constitui importante causa de mortalidade em todo o planeta, sendo a segunda causa de morte no Brasil, atrás apenas das doenças cardiovasculares. Sabe-se hoje que cerca de 1% de todos os cânceres são de origem hereditária e que 16% são atribuídos a agentes infecciosos, o que é alarmante. Contudo, existem evidências substanciais de que na origem de 80% a 90% de todos os tipos de cânceres haja o envolvimento dos agentes ambientais representados por compostos químicos oriundos do tabagismo, alcoolismo, infecções parasitárias e, principalmente, da dieta alimentar, bem como de agentes físicos representados pela luz ultravioleta ou solar, causa principal do câncer de pele. Assim sendo, as medidas preventivas devem incluir mudanças no estilo de vida.

Nesse contexto, faço um apelo a todas as mulheres no sentido de que estejam atentas ao problema e não se descuidem. Afinal, as mulheres são imprescindíveis para o sucesso de nós, homens, e sobretudo para o progresso do Brasil.

Cabem à mulher as decisões finais em relação ao tratamento do câncer de mama, e a palavra-chave para o sucesso não são simplesmente remédios ou tratamentos médicos. O importante mesmo é receber carinho, amor e o diálogo de todos nós, principalmente dos homens.

Pelo exposto, Sr. Presidente, definitivamente, devemos entrar "de peito" no combate ao câncer de mama.

Quero ainda parabenizar, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, as funcionárias da Casa e as amigas Parlamentares, que muitas vezes abdicam de seus familiares para estarem conosco neste plenário. Parabéns a todas as mulheres deste País e, de forma especial, as que formam o dia-a-dia dos Parlamentares e nossas respectivas mães e esposas.

Por fim, Sr. Presidente, solicito seja este pronunciamento registrado nos Anais da Casa e divulgado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.



Muito obrigado.



---

Documento 9/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8515 SANDRO MABEL-PL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Potencial econômico da Região Centro-Oeste. Conveniência de revisão da reforma tributária. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo a par dos enormes problemas enfrentados por Municípios e Estados brasileiros por conta da precariedade de suas estradas, encontramos ânimo para enaltecer, nesta tribuna, todo o potencial da Região Centro-Oeste. Mesmo tendo visto na mídia a impressionante montanha de lixo que se acumula no Pantanal. Ou, ainda, tendo conhecimento que, das estradas que cortam o meu Estado de Goiás, brotam 750 quilômetros de buracos. Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me motiva, sobretudo, é por exemplo, o lançamento da 3ª edição da segunda maior feira de equipamentos e tecnologia para a indústria da alimentação com praticamente todo o espaço reservado. A se considerarem todos os entraves e intempéries por que passa a nossa economia, é surpreendente a constatação de que do Centro-Oeste brasileiro ainda jorram coragem, determinação e ousadia.



No entanto, preocupa-nos a possibilidade de vermos desacelerado o processo de consolidação do desenvolvimento auto-sustentável do que está se tornando o novo celeiro da Nação. Para consolidá-lo é necessário que se faça entender a coordenação das reformas em curso no País, as particularidades e verdadeiros potenciais de cada região. Assim, com remédios e estímulos nas doses certas, estaremos de fato fazendo retroceder o processo de apatia em que se encontra o setor produtivo.

Enalteço a oportunidade de revisão e de novas propostas para a reforma tributária e reafirmo a necessidade de um estudo mais amplo, e por etapas, em todo o processo, como garantia de que assim realizaremos de fato não só as mudanças possíveis, mas também as mais sonhadas.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, cumpre, em alusão ao transcurso do Dia Internacional da Mulher, reconhecer as lutas, as vitórias, as razões e expectativas das mulheres, no sentido de assegurar o devido respeito aos seus direitos e a afirmação plena da cidadania feminina.

Ao prestar merecida homenagem às mulheres, renovamos, pois, principalmente, o compromisso de apoio às causas que ainda reclamam providências destinadas ao melhor atendimento dos legítimos interesses e anseios representados por essa parcela expressiva da população brasileira.

Conforme dados do último recenseamento, as mulheres são maioria no País. São mais instruídas que os homens, mas recebem menos do que eles e ainda são minoria no mercado de trabalho.

Merecem, com efeito, atenção especial as relações de classe social, de gênero e de raça, bem como a influência dos processos educativos e culturais.

As ações sociais e as políticas públicas precisam, em suma, dar prioridade à solução dos problemas que mais afetam as mulheres, considerar quais as suas principais necessidades, saber exatamente o que é fundamental para garantir a construção de uma sociedade mais justa.

Entre as questões mais preocupantes, distinguem-se, por exemplo, trabalho e maternidade, os obstáculos ao acesso e crescimento no mercado de trabalho, a



desigualdade em termos de remuneração, os condicionamentos impostos e mantidos pelas estruturas de poder, o processo educacional, a violência doméstica e a qualidade da assistência à saúde da mulher.

Sem dúvida, o cotidiano das mulheres, sobretudo as das classes menos favorecidas, permanece ainda extremamente marcado pela discriminação, pela exploração e pela violência.

Não se pode deixar de notar a freqüência e a gravidade das violações cometidas contra os direitos humanos das mulheres, especialmente das negras e pobres.

Em todo o mundo, na verdade, há grande número ainda sob condições muito desfavoráveis, uma maioria que continua sem voz, sob o peso de responsabilidades excessivas, vítimas da incompreensão, da desigualdade, da dor e do sofrimento.

Reafirma-se, pois, a importância de conhecer com exatidão cada aspecto dessa realidade e de promover a condição da mulher, na busca de soluções efetivas para as questões fundamentais da sociedade brasileira contemporânea, que abrangem saúde, reprodução, sexualidade, violência, transformações na família, trabalho, educação, cidadania e direitos humanos. Por ações afirmativas em favor das mulheres. Por uma sociedade mais justa.

Para concluir, evoco as palavras do renomado filósofo inglês Herbert Spencer: "Ninguém pode ser inteiramente livre antes de todos serem livres; ninguém pode ser inteiramente moral antes de todos serem morais; ninguém pode ser inteiramente feliz antes de todos serem felizes".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 10/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8520 JOÃO TOTA-PL -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Enfrentamento do conservadorismo por mulheres brasileiras. Extinção de preconceitos e da violência contra a mulher. Participação feminina nos setores público e privado do Estado do Acre.

---

O SR. JOÃO TOTA (Bloco/PL-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, felizmente, nos dias atuais, o Parlamento nacional reserva um dia para reverenciar a mulher brasileira, num resgate ainda que tardio, mas sincero, de uma figura que sempre colaborou em todos os níveis e setores para o desenvolvimento e o progresso do País. Infelizmente, somente a partir do século passado a mulher começou a ter reconhecidos alguns aspectos básicos de sua cidadania, ainda que, durante toda a história brasileira, tenha contribuído decididamente em momentos cruciais da vida deste País.

Não faltaram, no entanto, no panorama nacional, do período colonial ao final do Império, figuras simbólicas e empreendedoras movidas pela coragem e mesmo a audácia dos desbravadores. Essas mulheres souberam honrar a figura feminina mesmo numa época em que as limitações, proibições e preconceitos de toda sorte reduziam ou simplesmente engessavam o espaço de ação. Pessoas como Ana



Nery, Soror Joana Angélica e mesmo a figura da Princesa Isabel, regente que ainda que colocando a própria coroa em jogo ousou enfrentar o conservadorismo reinante e brindar o País com o fim da escravidão, merecem o nosso reconhecimento e respeito.

Em termos políticos, a mulher brasileira só viria a ter voz, voto e representação parlamentar com a promulgação da Carta de 1934, dando início ao Governo legal de Getúlio Vargas. Essa conquista, é forçoso reconhecer, muito é devida ao trabalho das sufragistas paulistas, donas de casa, profissionais liberais e estudantes corajosas que enfrentaram as oligarquias e conseguiram marcar posição numa luta absolutamente sem tréguas e carregada de desprendimento e determinação pela causa.

Muito, no entanto, restava a ser conquistado. Será só na década de 60, com a publicação do Estatuto da Mulher Casada, que a figura feminina passará finalmente a ser considerada, sob os olhos da lei, como plenamente capaz e apta a exercer seus direitos numa maior plenitude. A legislação, contudo, em todos os níveis continuava repleta dos resíduos discriminatórios e exclusivistas que ainda tolhiam o exercício da completa cidadania feminina; muito ainda havia de ser buscado.

Somente com a promulgação da Constituição cidadã, de 1988, que a mulher finalmente terá seus direitos básicos assegurados na Carta Magna.

Ainda assim, há traços de um passado sombrio e nada edificante. A mulher brasileira, apesar de representar mais da metade do eleitorado e ter a participação majoritária mesmo nas universidades públicas deste País, continuam amargando dissabores. Os exemplos, infelizmente, são inúmeros: se hoje o mercado de trabalho está representado em 40% pela presença feminina, o salário fica a apenas 60% do que é recebido pelos homens. A violência contra a mulher continua, infelizmente, a macular a sociedade brasileira e a participação política, apesar das cotas exigidas, deixa muito a desejar.

Felizmente o Estado que represento, o Acre, é símbolo nacional de participação ativa e abrangente da figura feminina. Do Executivo ao Legislativo, passando pelo próprio Judiciário, a presença feminina galgou as maiores posições, sempre com



destaque e desempenho para referência. A garra e determinação da mulher acreana sempre marcou presença em todos os setores da vida estadual, numa demonstração clara de ousadia, superação de obstáculos e compromisso social, sem nunca abdicar das obrigações familiares. São exemplos indelévels que consolidam as acreanas como uma das pioneiras na luta por direitos e consolidação de conquistas.

Muito obrigado!



---

Documento 11/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8627 JEFFERSON CAMPOS-PMDB -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necrológio da missionária Doraci Edinger, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

---

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje fazer uso desta tribuna para deixar registrada nesta augusta Casa de leis minha indignação contra o ato bárbaro de que foi vítima em Moçambique, no último dia 25 de fevereiro, a missionária brasileira Doraci Edinger, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Um exemplo de dedicação evangélica e determinação de fé, que, infelizmente, teve sua vida ceifada por defender o ideal cristão.

Uma mulher que superou os preconceitos, venceu as barreiras de um continente e se fez reconhecida por seu trabalho em um país estrangeiro. Evangélica que, há um ano e meio de sua morte, denunciou à Procuradoria Pública e à Polícia de Moçambique a existência de uma suposta rede de tráfico de crianças e de órgãos humanos.

Conforme revelou ao Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Walter Altmann, ela estava preocupada com sua segurança pessoal.



Apesar disso, não abandonou seu posto e continuou fazendo o que lhe havia sido oferecido como missão.

Sinto-me comovido com a história de vida dessa ilustre mulher, que, apesar de ter tido um fim inadmissível, perseverou e manteve-se firme enquanto pôde. Isso me faz lembrar a história de outra missionária, Aimee Sempel McPherson, que superou os parâmetros determinados por uma época e, seguindo revelação divina, fundou nos Estados Unidos da América uma igreja que hoje está presente em quase todos os países do mundo e no Brasil: a Igreja do Evangelho Quadrangular, unidade cristã a serviço do Príncipe da Paz.

Sr. Presidente, a missionária Doraci Edinger deverá ser admirada não só pelo papel eclesiástico que desempenhou, mas principalmente pelo ato de cidadania e de bravura ao denunciar aqueles crimes. A população brasileira deveria seguir o exemplo de vida que essa mulher batalhadora deixou para todos nós.

Para encerrar, acrescento que a saudosa Irmã Doraci nasceu na cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul. Estava em Moçambique desde 1998, onde colaborava na construção de escolas e postos de saúde e na perfuração de poços para abastecimento de água potável. Seu trabalho é, sem dúvida, a melhor recordação que devemos ter dessa pessoa que nos orgulha por ser brasileira.

Permitam-me, Srs. Parlamentares, oferecer a passagem do Dia Internacional da Mulher a Doraci Edinger, em louvor ao seu extraordinário trabalho, que simboliza a força feminina na batalha pela educação, na luta pela saúde e, sobretudo, pela vida digna para todos. Parablenizo também todas as mulheres, que lutam, a cada dia, por dignidade e igualdade.

A elas, nossa imperecível mensagem de amor e de reconhecimento por tudo o que realizaram e realizam em prol da humanidade.

Sr. Presidente, solicito seja divulgada nos meios de comunicação da Casa esta singela homenagem que prestamos às mulheres brasileiras, simbolizadas na força de luta da Irmã Doraci Edinger.

Muito obrigado.



---

Documento 12/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8531 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome das mulheres acreanas que participaram de uma revolução para se tornarem brasileiras, saúdo servidoras públicas, comerciárias, profissionais liberais, domésticas, lavadoras, agricultoras, indígenas, seringueiras, ribeirinhas e mulheres sem terra.

Saúdo especialmente as mulheres amazônidas, discriminadas até pelos pesquisadores do Índice de Desenvolvimento Humano. Registremos aqui que o IDH não faz a correta leitura da realidade das amazônidas, das condições de vida na floresta, de melhor qualidade do que as dos centros urbanos. O Poder Público precisa entender melhor a realidade da florestania e considerá-la parâmetro para ações governamentais.

Falo também das chefes de família que, segundo dados do IBGE, representam 24,9% da população nacional. Recai sobre elas a responsabilidade de conduzir o lar, de garantir o próprio sustento e de seus filhos.



Sr. Presidente, em relação aos movimentos populares, registro a realização, em Brasília, da marcha das trabalhadoras rurais que, incansavelmente, buscam melhorias para o trabalho no campo, financiamentos justos e condizentes com as condições das mesmas, incentivo tecnológico, acesso à saúde e a educação apropriada à realidade do campo. Cabe registrar, Sr. Presidente, que mulheres alfabetizadas hoje trocam sua carteira de identidade, pois antes usavam a impressão digital.

Saúdo ainda as donas de casa que marcham até Brasília para lutar pela garantia de aposentadoria, considerando importante proposta que tramita na Câmara dos Deputados.

Mais uma vez atrizes das comemorações do Dia Internacional da Mulher, nós que ocupamos as tribunas do Congresso Nacional como trincheiras de luta por nossos direitos e busca de conquistas, trazendo à reflexão as necessidades de companheiras que precisam da nossa voz.

Companheiras, se são certos os resultados estatísticos que apontam crescimento, ainda que pequeno, de nossa presença nos processos decisórios das esferas públicas e privadas, é certa também a dificuldade de transpor essas barreiras.

Hoje, o número de mulheres Parlamentares, executivas e dirigentes ainda não é equilibrada em relação ao de homens, diferentemente do que aponto o último Censo, ou seja, uma diferença a menor de 1,56% em relação aos brasileiros do sexo masculino. A pequena margem populacional, infelizmente, não tem a mesma representatividade nos postos públicos e privados de comando.

Ao iniciarmos um novo século, numa visão panorâmica pelo mundo vimos o quanto ainda vivem subjugadas milhares e milhares de mulheres. Pelas trevas das justificativas culturais e socioeconômicas, crianças e adolescentes têm seus direitos privados naquilo que os organismos internacionais consideram básico ao ser humano. Na leitura desses dados encontramos considerável quantidade de mulheres que sofrem abusos sexuais e discriminações, que servem de mercadoria e são tratadas com desprezo pelas políticas públicas governamentais.

Entretanto, os novos tempos vêm proporcionando mudanças, e considerável parcela das mulheres descobriu sua condição de sujeito histórico. Nessa



passagem pelas ruas, em sua luta cotidiana, a mulher elevou sua consciência, afirmou sua auto-estima e incorporou-se à ação política, alcançando significativos avanços.

Os últimos 90 anos marcaram verdadeira reviravolta na situação das mulheres em diferentes campos da vida humana: acelerou-se sua integração ao mercado de trabalho; sua agenda de direitos foi reconhecida pelos organismos internacionais e por inúmeros governos. Estudos sobre sua especificidade foram absorvidos pelo debate científico em incontáveis espaços acadêmicos.

Essas mudanças se deram num período em que se pôde presenciar extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico no mundo. Em igual período, avanços históricos ocorreram com as revoluções sociais e anticoloniais que levaram ao poder novas experiências de sociedades pautadas no ideário do fim da exploração nas relações humanas.

Contraditoriamente, nunca ficou tão clara a existência e a continuidade da opressão de gênero. O progresso material da sociedade não foi acompanhado em igual intensidade pelo avanço social e espiritual, particularmente no que se refere à vida das mulheres. As chagas da opressão saltam aos olhos na lentidão da igualdade no trabalho, nas cicatrizes da violência, na distância dos níveis de poder.

Companheiro Presidente, cabe aqui registrar o avanço deste nosso Governo, que, sensível e compromissado, instituiu 2004 como o Ano da Mulher, sendo diretriz de política pública a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, cujos critérios sabiamente estabelecidos garantem ampla e significativa participação de companheiras de todo o território nacional.

Tendo como tema Políticas Para as Mulheres: Um Desafio Para a Igualdade Numa Perspectiva de Gênero e sendo promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Conferência está prevista para junho próximo e contará com a presença de aproximadamente duas mil delegadas, além de convidadas e observadoras, quando serão traçados conseqüentes rumos às políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal de governo.



Registro aqui a dedicação demonstrada pela Secretaria Extraordinária de Mulheres do Estado do Acre. A equipe, comandada pela companheira Mara Vidal, realizará plenárias preparatórias em todos os Municípios, fazendo assim a diferença em relação a outros Estados da Federação.

Nobres pares, debateremos questões essenciais a trabalho, saúde, educação, poder, economia, inclusão social, violência, dentre tantas outras necessidades das mulheres brasileiras.

Cabe ressaltar a brilhante decisão da Câmara dos Deputados, que demonstra sensibilidade ao criar a Comissão Especial da Mulher, objetivando dar celeridade e fazer boas análises das matérias que tratam da questão de gênero em tramitação na Casa. As 542 matérias que tratam dos direitos da mulher e da equidade de gênero terão a atenção especial de valorosas colegas. Buscarei estar presente aos debates e colaborar no que me for possível e necessário.

Congratulo-me com as companheiras que militam na política, na retomada da campanha Mulheres Sem Medo do Poder, e seguirei também nesse caminho para que possamos garantir um número maior de mulheres nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras nas próximas eleições.

Em recente artigo, Rose Muraro, escritora e feminista, argumenta que nos países onde a mulher alcança presença considerável a corrupção tende a cair drasticamente. Nesses países encontra-se menor desigualdade de renda, maior grau de instrução da juventude, suporte governamental a mães e pais para cuidar das crianças pequenas, com a garantia de seus empregos. Afirma a escritora: "Sabidamente, um país não se desenvolve se não desenvolver sua metade feminina". Aponta, com inteligência, a necessidade de não mais educar um homem para educar um indivíduo, mas, sim, de educar uma mulher objetivando educar a sociedade.

Sr. Presidente, embora estejamos alicerçando um novo amanhã, algumas notícias ainda não soam bem aos nossos ouvidos. Após século e meio do bárbaro assassinato das trabalhadoras norte-americanas, a violência contra as mulheres continua alarmando a sociedade.



A Anistia Internacional anuncia o lançamento de campanha mundial intitulada Parem com a Violência Contra as Mulheres. Em relatório publicado verifica-se que pelo menos uma mulher em cada três são vítimas de violência familiar, e 51% das pessoas portadoras do HIV no mundo são do sexo feminino.

Amigas companheiras, camaradas, parceiras, nossa responsabilidade na condição de mãe, companheira e fêmea é constante. Nossa responsabilidade de solidariedade e compromisso com as mulheres que ainda não podem falar é maior. Nossa luta é contínua e cresce cada vez mais.

Se somos as pérolas da humanidade, resistentes e belas na construção da rebeldia que constrói o novo, façamos não só neste dia, mas em todos os demais 364 do ano, um elo indispensável de corrente humana que conduzirá a humanidade do "reino da necessidade para o reino da liberdade".

Muito obrigada.



---

Documento 13/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:16

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8507 CELCITA PINHEIRO-PFL -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da instituição de 2004 como Ano da Mulher. Relevância do papel desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Perspectiva de ampliação da participação política feminina, ao ensejo da reforma política. Desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Instalação da Comissão Especial da Mulher na Casa. Êxito de programas de integração social da mulher desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Cidadania de Mato Grosso. Desempenho da Primeira-Dama Terezinha Maggi à frente do órgão.

---

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 2004 é um ano especial para o Brasil e para nós, mulheres. Estamos vivendo o Ano da Mulher, definido em lei, institucionalizado e sacramentado.

Com a nova lei, o Governo Federal deve promover a divulgação e a comemoração do Ano da Mulher por meio de programas e atividades, com a participação da sociedade civil, para estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade.



Para que os direitos das mulheres tivessem representatividade governamental, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Ela deve assessorar a Presidência da República na formulação e coordenação de políticas para as mulheres e promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados.

Neste Ano da Mulher, as brasileiras, de norte a sul, terão 329 dias, a contar desta terça-feira, para debater questões que interessam a toda a sociedade. Esse movimento se iniciou em 1857, em luta travada, naquela época, pelas mulheres das fábricas de vestuários e têxteis dos Estados Unidos, mais precisamente de Nova Iorque, que no dia 8 de março saíram às ruas para protestar contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias de trabalho e reivindicar alguns direitos.

Esta é uma oportunidade ímpar de passar a limpo as questões de gênero no País. Somente quando tivermos extirpado o preconceito e a violência que ainda massacram as brasileiras poderemos construir uma sociedade justa e solidária, onde todos terão dignidade e qualidade de vida.

A participação da mulher em todos os campos de atividade vem crescendo muito nas últimas décadas, mas os resultados ainda são tímidos.

Um exemplo evidente está aqui mesmo, nesta Casa. Embora representemos mais da metade da população — 86 milhões contra 83 milhões de homens — , as mulheres são minoria no Congresso Nacional. Entre 551 Parlamentares, apenas 45 são mulheres. No Senado, apenas 9, das 81 cadeiras. No Executivo a situação se repete: apenas 4 dos 35 Ministérios têm comando feminino.

O projeto de reforma política, uma das prioridades da pauta de votações, pode começar a mudar esse quadro. A proposta garante a aplicação de parte do Fundo Partidário em programas de incentivo à participação política feminina. Da mesma forma, seriam usados pelo menos 20% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.

Com o objetivo de reparar séculos de discriminação e injustiça, esta Casa criou, e instala hoje, a Comissão Especial da Mulher, que tenho a honra de integrar. Ela garantirá mais agilidade aos trabalhos articulados pela bancada feminina. Sua



primeira tarefa será selecionar projetos cuja votação seja prioritária. A intenção é aprovar propostas que facilitem o acesso a serviços de saúde e educação e ao mercado de trabalho e garantam o combate à violência doméstica.

Pelo menos 300 projetos sobre direitos das mulheres tramitam na Casa. É urgente rever quase 2 mil projetos de lei relativos às questões de gênero e hoje engavetados.

Vamos discutir o desemprego, a violência doméstica, a desigualdade, a discriminação, a pobreza, a dupla jornada, o controle da natalidade e outros obstáculos que se colocam para as mulheres no País.

O trabalho desta Comissão vai ajudar também a traçar o perfil da mulher brasileira em 2004. Quais são efetivamente as grandes demandas das brasileiras neste início do século XXI?

Pesquisa recente aponta que 60% das mulheres querem acesso ao mercado de trabalho, direitos trabalhistas, salários semelhantes aos dos homens, oportunidades iguais na vida pública e na política. E conclui que "a mulher 2004 revelada pelas pesquisas é uma cidadã disposta a enfrentar seus problemas com todas as diferenças de classe, de etnias, de região".

A questão salarial é um desafio. O IBGE confirma que as mulheres têm remuneração inferior à dos homens. A população feminina ocupada concentra-se nas classes de rendimentos mais baixos: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, contra 55,1% dos homens.

Precisamos lutar pela igualdade no trabalho, contra o preconceito que afeta a mulher negra e para melhorar a qualidade de vida das indígenas, a maioria residente em meu querido Estado de Mato Grosso.

Sou uma mulher simples, professora aposentada e dediquei boa parte da vida às populações carentes de meu Estado. Depois da experiência da cátedra, que muito me honrou e fortaleceu, decidi deixar o papel de coadjuvante e assumir a possibilidade de representar Mato Grosso nesta Casa.

Em Mato Grosso, assim como em todo o Brasil, milhões de mulheres estão trabalhando de forma organizada para garantir a igualdade em todos os sentidos. Nas escolas, nas ruas, nas associações de bairros, nas entidades de classe, nos



clubes de serviço, nos clubes de mães, nos sindicatos, nas empresas, nas Prefeituras, nas Câmaras e nas Assembléias no Governo Estadual, é cada vez maior o contingente de mulheres engajadas nessa luta. Mas a luta não é só das mulheres. Ela é também dos homens e de toda a sociedade.

Em meu Estado um grande programa social está sendo desenvolvido e tem como foco principal a mulher, a chefe de família, a profissional que enfrenta sucessivas jornadas para garantir qualidade de vida aos seus.

Através da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, comandada pela Primeira-Dama Terezinha Maggi, diversos projetos estão resgatando os direitos, a igualdade e a dignidade das mulheres mato-grossenses.

Nós, de Mato Grosso, acreditamos que homens e mulheres podem viver e trabalhar em paz, com dignidade e respeito mútuo. Estamos ajudando a construir um novo Brasil, e este novo País tem o rosto da brasileira: mulher decidida, ativa, competente e ousada, que não se descuida de seus deveres, mas também não abre mão de seus direitos.

Muito obrigada.



---

Documento 14/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8633 TAKAYAMA-PMDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. TAKAYAMA (PMDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março comemorou-se o Dia Internacional da Mulher. Por isso, subo à tribuna para, com muita honra, saudar todas as mulheres do Brasil e do mundo.

Sabemos que a luta da mulher, ao longo da história, foi geralmente marcada por grande sofrimento e discriminação.

Não ignoramos que ainda existem obstáculos a serem vencidos para que se possa dizer que a mulher finalmente conquistou o espaço que lhe pertence. Mas podemos afirmar que o direito à igualdade encontra-se garantido pela Constituição Federal, ao vedar qualquer forma de discriminação, em função do sexo, da idade, das condições físicas e mentais, da raça, da origem social ou geográfica, das opções políticas, filosóficas ou religiosas. A nossa Lei Maior, portanto, é o resultado de muitas batalhas, no decorrer dos tempos.

A mulher tem muita história para contar, na sua luta contra a truculência e a discriminação, seja ela doméstica ou pública.



Lembramos que em 1995, quando da realização da IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida na China, houve uma grande vitória: a adesão maciça dos países participantes à proposta de combaterem tudo que impedisse as conquistas das mulheres. Ou seja, 181 países assumiram a proposta de proteger os direitos pelos quais as mulheres sempre lutaram.

Chamo a atenção para o fato de que podemos considerar esse comprometimento uma ação planetária. Creio ter sido um marco entre todas as conquistas das mulheres no mundo, pois 181 países se renderam à evidência de que a mulher precisa ter os seus direitos garantidos, indicando, ainda, que nesses países, pelo menos na esfera estatal, tal reconhecimento já existe.

Sabemos que vários daqueles países ainda discriminam a mulher dentro das suas fronteiras. Ainda assim considero que a adesão dos participantes foi uma vitória da mulher. Até porque a partir dali passou a existir um instrumento, que pode ser utilizado como trunfo na cobrança do compromisso.

Todos nós, cidadãos, independentemente do sexo, temos de nos revestir desse compromisso de honrar a mulher, respeitando sua dignidade e seus direitos. Fazemos parte de uma Nação que deve muito da sua soberania à contribuição da mulher, seja na força produtiva, seja na educação dos seus filhos. A nação que não honra a mulher é uma nação indigna.

Abro aqui um parêntese para dizer que, quando falo da dignidade da mulher, não me refiro à mulher-objeto, alvo de manipulação da mídia e da propaganda, mas à mulher como ser humano, na sua integridade física, moral, intelectual. Essa mulher que nada deixa a dever ao homem na contribuição do crescimento do País.

Quero, neste instante, aproveitar para sugerir que se registrem nos Anais desta Casa homenagem especial e reconhecimento a uma grande mulher. Através dela estaremos homenageando cada brasileira.

Trata-se da Dra. Zilda Arns Neumann, médica, pediatra e sanitarista.

Com reconhecimento mundial pelo seu magnífico trabalho em favor da criança brasileira, a médica paranaense já foi indicada por 3 vezes ao Prêmio Nobel da Paz. O seu trabalho chamou a atenção das autoridades internacionais pela sua



grande eficácia, pois, através de medidas e ações de baixíssimo custo, obteve drástica redução na mortalidade infantil no Brasil.

Coordenadora da Pastoral da Criança, a Dra. Zilda Arns é a mentora de um trabalho considerado revolucionário no combate à mortalidade infantil no País. Através de meios e ações simples e de ínfimo custo, alcançou resultados surpreendentes pela sua eficácia e eficiência. A Dra. Arns popularizou o uso do soro caseiro, o que possibilitou reduzir sensivelmente a morte de crianças por desidratação — acontecimento até então muito comum no Brasil.

Crianças praticamente condenadas à morte por desnutrição tiveram a graça de serem "ressuscitadas" pela utilização do suplemento denominado multimistura ou farinha múltipla, formulado com ingredientes simples e caseiros, porém de eficiente poder nutritivo.

Essas e muitas outras ações que a Dra. Zilda Arns promoveu no seu trabalho de atendimento e assistência às crianças fizeram com que o seu nome fosse indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

A essa incansável mulher, grande figura brasileira que muito nos orgulha com o seu trabalho em prol dos marginalizados e desassistidos, especialmente os pequeninos, já deveriam ter sido realmente conferidos esse e muitos outros prêmios. Mas, enquanto não se faz a devida justiça, fica esta homenagem que nós, representando o povo brasileiro, deixamos aqui registrada.

Parabéns, Dra. Zilda Arns Neumman! Parabéns, mulher brasileira por ela representada!



---

Documento 15/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8631 ADELOR VIEIRA-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração de aniversário do Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Inauguração de obras públicas na municipalidade. Saudação ao ex-Prefeito Municipal Luiz Gomes.

---

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer 2 registros. O primeiro é uma saudação às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional das Mulheres.

O segundo é relativo ao transcurso, no dia de hoje, 9 de março, do aniversário da cidade de Joinville, Santa Catarina. E é nessa importante efeméride que o Prefeito de Joinville, Sr. Marco Tebaldi; o Governador do Estado, Sr. Luiz Henrique, e o Governo Federal, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presenteiam aquele Município com importantes obras. Aproveito a oportunidade para cumprimentar também o ex-Prefeito Luiz Gomes.

Em Joinville foram inauguradas obras de real significado. Dentre elas, um centro para atendimento a pessoas portadoras de fissura labiopalatais.

O Governador do Estado promoveu melhorias na área da saúde, no Hospital Regional Hans Dieter Schimidt. Por sua vez, o Governo Federal imprimiu sua



marca na cidade ao inaugurar o aeroporto de Joinville, batizado com o nome do ex-Deputado Lauro Carneiro de Loyola, um importante terminal aéreo.

Parabenizamos, portanto, o Prefeito Marco Tebaldi, o Governador Luiz Henrique e o Presidente Lula, por terem entregue essas obras à comunidade joinvilense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 16/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8629 NEUCIMAR FRAGA-PL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Extinção de preconceitos e da violência contra a classe feminina. Necessidade de atenção especial com a saúde da mulher, sobretudo por parte do Governo Federal. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente à genitora e à esposa do orador, respectivamente, Adnair Ferreira Fraga e Sandra Lúcia Satório Fraga.

---

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PL-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres colegas, neste dia do ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam a fábrica para reivindicar a redução da carga de trabalho, de mais de 16 horas por dia, para 10 horas diárias. Essas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica. Houve um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Assim, em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas operárias, que o 8 de Março seria considerado como o Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que se trate de uma luta do



passado. Apesar dos muitos avanços verificados no último século, subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher, como reconheceram unanimemente representantes de 189 países na 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995.

Sr. Presidente, nobres colegas, as mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência. Em boa parte de África e da Ásia, elas representam três quartos da população analfabeta. No Brasil, são mais de 50% da população.

Segundo o Censo de 2000, as brasileiras já representam 41,39% da população economicamente ativa do País. E, muitas vezes, elas têm que enfrentar dupla jornada de trabalho — como profissional e dona de casa.

Infelizmente, esses números não se traduzem em vantagens práticas na vida das mulheres. Embora muitas tenham conseguido êxito na luta por igualdade e melhoria das condições de vida e trabalho, ainda é comum encontrar mulheres que ganham menos que os homens desempenhando a mesma função.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, de 1999, do IBGE, revelam que o rendimento médio dos homens é de 3,2 salários mínimos, enquanto o das mulheres fica em 1,4 salários.

Sr. Presidente, nobres colegas, a saúde da mulher é outro assunto que merece especial atenção, sobretudo do Governo Federal. O relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil, desenvolvido em 1996 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, apresenta números preocupantes. Mostra, por exemplo, que a alta taxa de mortalidade materna, 124 para cada 100 mil mulheres, é ocasionada pela deficiência dos serviços de saúde e pela falta de qualidade no atendimento pré-natal.

A violência é outro aspecto negativo ainda presente na vida de muitas mulheres. O já citado relatório mostra que 66% das vítimas de agressões na família são mulheres, e quase sempre o agressor é um homem, muito freqüentemente o marido. Algumas iniciativas, como a criação das Delegacias de Mulheres, têm contribuído para denunciar essa situação, mas não há estatísticas completas



sobre a violência contra a mulher. Estima-se que os fatos registrados não representam nem 10% da violência que realmente é praticada, situação que resulta sobretudo da vergonha ou do medo das vítimas de denunciar.

Diante desse quadro que precisa ser mudado, é importante saber que, ao respeitar os direitos da mulher, todos estarão contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e feliz.

Não somente neste dia, mas em todos, devemos reconhecer o papel e a dignidade da mulher e levar o País a uma tomada de consciência acerca do seu valor na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que, no decorrer da história, são impostos à mulher.

Deixo registrado o meu aplauso a todas mulheres do Brasil, em especial à minha mãe, Adnair Ferreira Fraga, que, com temor a Deus, amor e carinho, me deu a oportunidade de estar nesta Casa, e à minha esposa, Sandra Lúcia Satório Fraga, pessoa muito importante na minha vida, na criação dos meus filhos e na condução do meu mandato. Quero também saudar todas as mulheres que prestam serviço nesta Casa de Leis.

Parabéns, mulheres brasileiras, pelo seu dia! Contem conosco para juntos derrubarmos os preconceitos e alcançarmos os direitos que lhes são devidos.

Que Deus abençoe esta Casa!



---

Documento 17/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8632 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudação às mulheres brasileiras, especialmente às pensionistas e aposentadas. Aguardo, pela classe, da reposição de perdas salariais.

---

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, quero registrar meus cumprimentos a todas as mulheres do nosso País pelo transcurso Dia Internacional da Mulher.

Cumprimento especialmente as pensionistas e as aposentadas, que têm passado uma série de dificuldades e problemas. Muitas delas estão aguardando ansiosamente a reunião a ser realizada amanhã, às 10h, no Ministério da Previdência, quando deveremos definir a reposição das perdas salariais das aposentadorias e pensões e, definitivamente, encontrar uma solução para vários processos.

Muitas pensionistas, desde a Assembléia Nacional Constituinte, continuam recebendo apenas 60% do benefício a que tinham direito, enquanto as que impetraram ações na Justiça e as tiveram deferidas estão recebendo integralmente.



Espero que essa definição seja alcançada amanhã, numa grande homenagem a todas as mulheres brasileiras — pensionistas, aposentadas e trabalhadoras do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 18/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:04

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8541 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Persistência da desigualdade de renda entre homens e mulheres. Contribuição das mulheres para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

---

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março de 1875, na cidade de Nova York, centenas de operárias de uma fábrica de tecidos levaram a cabo manifestações de protesto, na luta pela igualdade na trabalho. A data marca a lembrança da tragédia que ocorreu então, quando várias dessas operárias morreram queimadas num incêndio criminoso, durante a greve que faziam, e em 1975 a Organização das Nações Unidas - ONU instituiu-a como o Dia Internacional da Mulher.

Naquele já distante 8 de março de 1875 surgiu o movimento feminista, dentro do movimento operário, ganhando força depois da II Guerra Mundial, com a substituição gradativa de homens por mulheres em vários setores.

Neste ano as comemorações no Brasil terão um gosto diferente. Não fossem já suficientes as profundas alterações trazidas pelo novo Código Civil Brasileiro,



igualando em definitivo os direitos do homem e da mulher, é dever registrar a promulgação da Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003, instituindo 2004 como o Ano da Mulher.

A luta das feministas vem de longa data. É tão antiga como a história da civilização. No decorrer dos séculos, as mulheres foram sempre subjugadas por seus parceiros masculinos, que lhes impuseram, pela força física, uma situação de domínio e submissão. O que era regra geral no passado hoje apenas é encontrado em longínquos pontos do planeta.

No Brasil, do início do Século XX, as mulheres já buscavam sua igualdade social, embora se deva admitir que limitadas a manifestações específicas e, no mais das vezes, apenas em círculos intelectuais. Foi na segunda metade do Século XX que as mulheres passaram a reclamar com sucesso sua posição de destaque na vida brasileira.

Até a virada do Século XXI, com um Código Civil editado em 1916, o qual estipulava que o marido era o chefe da sociedade conjugal, função que exercia com a mera colaboração da esposa, a mulher saía da tutela do pai para a tutela do marido, o que não se podia reconhecer como avanço nos seus direitos civis. O novo Código Civil Brasileiro trouxe com atraso o reconhecimento da igualdade, que na prática já era aceito na maior parte dos lares brasileiros, não mais pela força física, e sim pelo reconhecimento das igualdades sociais dentro de um casamento. Neste sentido, o art. 1.567 determina que "a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos".

É bom lembrar que as empresas, em sua origem, foram criadas por homens e para homens. No entanto, desde a II Guerra Mundial, o número de mulheres que trabalham aumentou 200%. Depois de décadas silenciosas de preparação, depois de ganharem experiência e sofrerem frustrações com o predomínio masculino, as mulheres que trabalham estão à beira de mudanças revolucionárias. Mais velhas, mais sensatas, mais numerosas e bem representadas em setores de ponta como computação, finanças e publicidade, as mulheres estão prontas para romper barreiras que as impediam de chegar ao topo.



O princípio dominante da organização da revolução industrial deixou de ser a gerência com o objetivo de controlar a empresa e passou a ser a liderança com o objetivo de extrair das pessoas o que elas têm de melhor e reagir rapidamente às mudanças. As empresas mudaram, e o mesmo aconteceu com a sua força de trabalho. Essa é talvez a principal razão pela qual o princípio orientador dos negócios mudou da gerência tradicional para a liderança, abrindo as portas para as mulheres.

Uma outra importante observação a fazer, Sr. Presidente: para o exercício da liderança, as mulheres contam com a prática diária, por toda a história da humanidade, da arte de conversar, de negociar e de extrair das pessoas aquilo que elas têm de melhor. É assim no diálogo dentro dos lares, dentro das famílias, negociando com seus maridos e interagindo com seus filhos e filhas.

Longe de fazer o jogo masculino e cheias de feminilidade, as mulheres conquistam novos espaços. O grande diferencial da mulher é a intuição, além da capacidade de se adaptar a situações novas. Ter filhos, estar grávida e ser casada deixaram de ser itens prejudiciais à carreira. Foi-se o tempo em que uma aliança na mão arruinava uma entrevista de emprego. Muito pelo contrário, estabilidade familiar, felicidade e bem-estar são características positivas e valorizadas pelos empregadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cargos de atendimento ao público, a exemplo das secretárias, são dominados pelas mulheres. Homens, mesmo que com nível superior de secretariado executivo, raramente ocupam essas vagas. A enfermagem é outro campo em que os empregadores preferem contratar as candidatas. A sensibilidade e o carisma são características inerentes à mulher que muitos homens estão tentando aprender para reconquistar postos no mercado.

Altos cargos executivos também estão sendo tomados por mulheres. As estatísticas indicam que de cada 10 cargos de confiança 8 são ocupados por elas. A capacidade de liderar e a lealdade ao trabalho são muito fortes na mulher. Elas procuram estabilidade no emprego e na vida, e são fiéis a essa estabilidade. Outra característica que se destaca nelas é a capacidade de se adaptarem a novas situações melhor do que os homens.



Estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE mostrou que a participação feminina no mercado de trabalho vem aumentando. Ainda assim, não há muito a comemorar. Segundo o levantamento, as mulheres continuam enfrentando desigualdades de oportunidades e de remuneração. Além disso, a inserção feminina, embora venha aumentando mais que a masculina, ocorre principalmente em postos vulneráveis e de baixa remuneração.

De acordo com o DIEESE, em 2001 35 milhões de mulheres encontravam-se no mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas - o equivalente a 42% da População Economicamente Ativa brasileira. Na década de 90, 23 milhões de mulheres faziam parte da força de trabalho do País, correspondendo então a 35,5% da PEA, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Os salários, como já foi indicado, continuam inferiores aos dos homens. Em 2002 o rendimento feminino, na média nacional, equivalia a 66% do recebido pelos homens. A deterioração da economia brasileira nos últimos anos não permitiu que os indicadores do mercado de trabalho melhorassem. A razão disso está no aumento do desemprego e na diminuição dos rendimentos salariais. A mulher teve que ir à luta.

Teve que ir à luta, Sr. Presidente, como foram à luta as milhares de mulheres, companheiras dos participantes da maior migração registrada na história econômica e demográfica do estado de Rondônia: 100 mil famílias de sem-terra. Desde os idos de 1969/70, no início da colonização oficial traçada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, até hoje, as mulheres migrantes vêm trabalhando ombro a ombro, ao lado dos seus maridos.

Trabalham na abertura dos lotes, trabalham no preparo das terras, trabalham nos plantios e nas colheitas das "lavouras brancas" - arroz, milho, feijão, mandioca etc. Cerca de 40 mil famílias de cafeicultores cuidam das lavouras de café, plantando, carpindo, colhendo os 2,5 milhões de sacas, e lá estão as mulheres. Os cafezais Conillon, de Rondônia estão em mãos dos pequenos agricultores familiares. Na



pecuária de leite não é muito diferente: cerca de 44 mil pequenos criadores possuem e ordenham os 3 milhões de cabeças de gado leiteiro de Rondônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naquele Estado, com uma população de 1.377.000 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, existia uma PEA de 460 mil pessoas; dessas, as mulheres somavam 196 mil, o que correspondia a 43% do total. As atividades que então mais ocupavam a força de trabalho da mulher rondoniense eram o comércio, o artesanato e os empregos domésticos, fora, é claro, a participação no setor agrícola.

A democracia não existe quando a homens e mulheres são oferecidas oportunidades diferentes para o seu pleno desenvolvimento humano. Sob essa perspectiva, a revolução feminina, no final, representou um desafio à Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento de 1948 não trata de questões de gênero. A interpretação da Declaração sob essa ótica concretizou-se em 1979, na 34ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, quando se adotou a Convenção sobre a Eliminação de Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, que em 1984 foi ratificada pelo Brasil.

Em 22 de outubro de 2002, com o apoio da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, o Governo lançou o primeiro Relatório Nacional Brasileiro da CEDAW, uma verdadeira prestação de contas da situação social, política, econômica e jurídica da mulher neste País. O documento mostra que nos últimos 17 anos foram criadas aqui 42 leis que beneficiaram a mulher. Cifras oficiais provam que aumentaram muito a escolaridade das mulheres e seu acesso à saúde nesse período, mas exibem também números precários no mercado. Elas ganham menos do que os homens para desempenhar funções idênticas. Apenas 10% dos filhos e filhas de trabalhadoras têm acesso a creches, e a violência contra a mulher compromete pelo menos 10% do Produto Interno Bruto - PIB.

Não poderia deixar de me associar aos que prestam hoje justas homenagens às mulheres brasileiras, e de modo particular às mulheres de Rondônia. Trabalhadoras ou não, todas elas merecem as homenagens feitas, e, muito mais do que homenagens, merecem o respeito, o carinho e a estima de toda a sociedade, brasileira e rondoniense.



Muito obrigado.



---

Documento 19/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:06

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8545 COSTA FERREIRA-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todas as mulheres do Brasil pela passagem do dia 8 de março, data em que se comemora, com justiça, o Dia Internacional da Mulher. A mulher vem ocupando o espaço merecido em todos os aspectos da vida moderna da forma mais digna e capaz. A data não tem um fim em si mesma, mas deve servir de parâmetro para todos os outros dias do ano.

Apesar de a sociedade ser constituída de homens e mulheres, interdependentes entre si, com igual competência, as mulheres têm conquistado seu espaço gradativamente. Em países livres como o nosso, a mulher já marca presença em praticamente todas as profissões, com resultados que não podem ser aferidos, a priori, pelo gênero. Ou seja, homens e mulheres chegam igualmente á excelência profissional, a depender apenas de esforço que desenvolva as aptidões necessárias. Entretanto, o posição que ocupam nas empresas e os salários, quando podem ser distintos, via de regra, revelam que são inferiores aos dos homens.



O exemplo da política é emblemático. O Direito de voto, para as mulheres, foi construído progressivamente. Em 1932, o Governo de Getúlio Vargas instituiu o voto feminino; na verdade um descargo de consciência, pois limitava-se às mulheres com renda própria - número insignificante à época - e às casadas munidas de autorização dos maridos. Outro degrau foi galgado no ano seguinte, 1933, para as mulheres que exercessem cargos públicos remunerados.

Somente 13 anos depois, em 1946, é que a mulher teve o direito pleno de votar.

Mortalidade materna é outro indicativo relevante. Dados do Ministério da Saúde dão-nos conta de que o número de mulheres que morrem durante o parto, ou em consequência direta dele, é de 75 para cada mil nascimento. O absurdo ganha maior contorno se considerarmos que apenas as capitais abasteceram os números.

A quantidade de óbitos da parturiente supera em muito a taxa de mortalidade infantil, sendo indicativo de que o cuidado com a mulher-mãe não cresceu na mesma proporção. Considerando o restante do País, é provável que não haja dados confiáveis quanto ao número total de mulheres que morrem durante o parto. Mesmo o projeto do Governo de reduzir, nesta Legislatura, em até 25% esse índice, é pouco.

Hoje, a bancada feminina representa 12,3% das cadeiras do Senado Federal e quase 10% da Câmara, com 9 e 44 Parlamentares, respectivamente. Embora sub-representadas quanto ao número, as mulheres formam um contingente significativo no Congresso Nacional, com atuação intensa e de nível.

Entendemos que ainda permanece uma aura de preconceito que deve ser dissipada. O número de mulheres desempenhando funções políticas, em qualquer âmbito dos Poderes, deve-se principalmente ao sistema de cotas, que estabelece um número mínimo de 20% das vagas destinadas a um partido político às mulheres.

Segundo constatam pesquisas, as mulheres são mais vulneráveis às vicissitudes do emprego. Ganham até 40% menos mesmo desempenhando a mesma função. São mais vulneráveis ao desemprego e têm menos carteira assinada. É preciso



mudar o quanto antes esse quadro lamentável com ações concretas, respaldados pela dignidade e competência das mulheres.

Ao desempenhar funções com a desenvoltura exigida, as mulheres abrem o leque de oportunidades a outras áreas antes exclusivamente masculinas. Hoje ajudam a compor os quadros da Academia Brasileira de Letras, do Supremo Tribunal Federal, dos Poderes Legislativos e Executivos; integram as Forças Armadas, a Polícia, são líderes comunitárias, agricultoras, empresárias; no segmento cristão-evangélico, desempenham cada vez mais a função pastoral.

Assim, faço remissão à Lei n.º 10.745, que instituiu o ano de 2004 como o Ano da Mulher, que embute uma justa homenagem e o desafio de darmos instrumentos legais para concebermos uma sociedade justa.

Muito obrigado.



---

Documento 20/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:08

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8481 PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Valorização da classe feminina. Artigo da escritora Rose Marie Muraro a respeito do tema.

---

O SR. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu discurso é sobre o Dia Internacional da Mulher.

Infelizmente, ainda vivenciamos uma disputa entre homens e mulheres. Ainda é necessário um dia dedicado à mulher para que a honremos com o que lhe é de direito, para que nós, homens, lhe apresentemos os mais efusivos cumprimentos, puxemos a cadeira para ela se sentar, a presenteemos com rosas, a levemos para almoçar ou jantar fora, quando tudo isso deveria ser feito naturalmente.

No mundo moderno ainda vemos essa divisão de homem e mulher, quando na verdade as duas metades constituem o ser humano. Dar à mulher e ao homem o que lhes é de direito nesta sociedade é o que deveremos fazer, não só em função de existirmos enquanto homem e mulher, mas também pelo resultado da união de ambos: os filhos.



Parabéns às mães que souberam criar seus filhos e que hoje são pessoas de bem. Parabéns a todas as mulheres que contribuem com a Nação, que desenvolvem o seu trabalho para que nosso País seja pujante.

Não poderia deixar de ler trecho de artigo escrito também por uma grande mulher, Rose Marie Muraro, hoje com 73 anos. Ele apresenta índice de grande importância: os países mais desenvolvidos que têm menos problemas com educação de crianças e economia são aqueles orientados pela gestão feminina. Entre eles se incluem Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia e Finlândia.

Diz Rose Marie Muraro:

"Esses países e mais alguns outros apresentam uma menor desigualdade de renda, maior grau de instrução da juventude, suporte governamental a mães e pais para cuidar das crianças pequenas sem a perda dos respectivos empregos, treinamento dos homens para as suas funções parentais antes e depois do nascimento da criança, cuidado com os mais velhos bancado pelo governo, vigiados pela sociedade civil, e assim por diante. Além disso, eles possuem economias mais integradas, pouca ou nenhuma dívida governamental, inclusive com o FMI etc."

Rose Marie Muraro, escritora de grande nome, apresenta uma visão do mundo do trabalho realizado pela mulher e não uma homenagem a ela num único dia, como costumeiramente se faz. Sei que os homens aproveitam às vezes, no mundo machista em que vivemos, o Dia Internacional da Mulher para dizer que dela se lembraram. Na verdade, devemos nos lembrar sempre da mulher, inclusive pelo fato de termos sido gerados por ela e recebido dela nossa primeira orientação.

Às mulheres educadoras os meus cumprimentos - aquelas que edificaram escolas e nelas preparam nossos filhos para o futuro. Às mulheres que até hoje continuam nos seus empregos, com salários menores do que os dos homens, os meus cumprimentos e o meu grito de alerta para que a luta continue, porque somos iguais, somos seres humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 21/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:04

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8498 JORGE GOMES-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta passagem de mais um Dia Internacional da Mulher apresenta-se como oportuna ocasião para discutirmos as questões de gênero e ressaltar a luta feminina, visando ao reconhecimento da mulher como ser produtivo, respeitável e, sobretudo, igual. E o melhor preito que se faz neste dia é rememorar o processo histórico, é constatar o excelente trabalho desenvolvido por muitas mulheres engajadas na defesa dos seus direitos inalienáveis. Alguns deles já alcançados a duras penas, outros postos como novo desafio às bravas mulheres espalhadas por este Brasil afora.

Neste momento, quero homenagear as mulheres brasileiras na figura da jornalista e feminista, recentemente falecida, Wilma Lessa, paranaense que se fez pernambucana das mais combativas. Fundadora da organização Viva Mulher, foi das suas ativistas mais corajosas e empreendedoras durante mais de 3 décadas. Fazia dessa missão uma verdadeira bandeira de luta, usando sua voz e força em defesa das vítimas da violência, a exemplo do seu esforço pioneiro para a criação



das Delegacias da Mulher em Pernambuco. Ao movimento feminista, Wilma Lessa emprestou características da sua personalidade, tais como vigor, coragem e alegria. Sua ausência representa grande perda para as mulheres brasileiras, e a lembrança do seu legado é referência e incentivo para continuarem sempre e sempre lutando.

Quero também homenagear Cleusa Pereira do Nascimento, Prefeita Municipal de Salgueiro, pólo de desenvolvimento do sertão pernambucano, minha companheira do Partido Socialista Brasileiro — PSB, por ter conseguido o feito de se impor numa terra tradicionalmente administrada por homens. E o fez tão bem que, recentemente, foi eleita pelos outros Prefeitos da região para a Presidência do Consórcio Municipal do Desenvolvimento do Médio São Francisco. O seu é nitidamente um exemplo de conquista feminina pautada pela competência e seriedade.

É desnecessário lembrar o papel e a importância da mulher na nossa sociedade, a sua capacidade de ação e eficiência demonstradas nas mais diversas atividades, mas é importante destacar aspectos nos quais a sua participação é tímida e minoritária. Apesar de as mulheres terem começado a participar da vida política, o que se constata, neste nosso tempo, é que elas ainda são excluídas do cenário político-eleitoral em todo o mundo, aparecendo como eleitoras que têm como desafio a conquista de cargos eletivos.

As brasileiras conquistaram o direito de votar e serem votadas em 1932. Apesar disso, o Brasil integra o grupo de 70 países com pior desempenho quanto à presença da mulher no Parlamento. O fato evidencia a necessidade de se reverter esse quadro com a adoção de ações afirmativas, a exemplo do que foi feito com a fixação de cotas. O sistema, instituído no nosso País em 1995, foi revisado dois anos após, por meio da superação de uma política compensatória para a redistribuição das oportunidades de acesso a posições de poder.

Acurada observação mostra que o sistema de cotas não foi suficiente para alterar significativamente o cenário, mas aponta para a urgência da implantação de um conjunto de políticas públicas e de intervenções que possam ampliar a participação da mulher na vida brasileira. Em perspectiva mais ampla, é



importante o reconhecimento social da contribuição política das mulheres, a construção de relações pessoais igualitárias e a oferta de serviços públicos que dêem suporte às suas atividades, tais como creches, escolas de boa qualidade e serviços médicos adequados.

A democratização da representação e a ampliação das ações afirmativas na esfera de reforma política são bandeiras da luta dos movimentos feministas e de mulheres vinculadas aos diversos partidos políticos. E esse assunto deverá ser largamente discutido durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada, aqui em Brasília, de 17 a 19 de junho deste ano. O tema escolhido é Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero. Estão previstas discussões em torno do exame da realidade brasileira, avaliação das ações, análise das políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de Poder frente aos compromissos internacionais e proposição de diretrizes da política nacional para as mulheres, apontando prioridades para os próximos anos.

Tenho participado da luta feminista e colocado o meu mandato parlamentar à sua disposição, para fazer eco às reivindicações das mulheres. Entre as ações que desenvolvi na qualidade de Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de Pernambuco, ressalto a realização de audiência pública com a participação do Fórum das Mulheres e da Rede Nacional Feminista de Saúde, oportunidade em que foi conjugada ampla representatividade com enorme seriedade na indicação das falhas do Sistema de Saúde, tanto na formulação de denúncias como nas reivindicações e propostas. Esse encontro representou um meio de realimentar a luta popular na busca de uma saúde pública de qualidade para as brasileiras e brasileiros.

A socióloga e professora da Universidade de Brasília, Almira Rodrigues, sintetiza bem o caminho a ser percorrido por todos nós, que, irmanando princípios e gêneros, somos mulheres e homens brasileiros comprometidos com as profundas mudanças que se fazem imprescindíveis. Diz a professora: "Tão importante quanto a luta pela presença das mulheres na política é a luta pela afirmação das plataformas feministas no âmbito do Estado, da sociedade e dos partidos políticos.



As plataformas sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres vêm sendo cada vez mais acolhidas, evidenciando-se o seu caráter propositivo e de expressiva contribuição para a construção de uma sociedade democrática, justa e fraterna".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 22/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8626 PASTOR FRANKEMBERGEN-PTB -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanço na participação social e política feminina no Brasil e no mundo. Persistência da discriminação de gênero e das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

---

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, quero ressaltar que no Brasil e no mundo, com ênfase nos últimos 20 anos, vêm caindo por terra inúmeras e antigas discriminações contra a mulher, até recentemente aceitas como "naturais".

Paralelamente a essa queda, as mulheres vêm ocupando, cada vez mais, funções as mais diversas, inclusive aquelas consideradas de exclusividade do sexo masculino.

Em nosso País, a marca da presença feminina está se fazendo em todos e quaisquer setores de trabalho e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos.

Apenas para ilustrar, cito recentes e relevantes conquistas efetivadas, como prova indiscutível nesse processo de equiparação entre os sexos: a indicação, pela primeira vez na história do Brasil, de uma mulher, a Dra. Ellen Northfleet, para a mais alta corte do País, o Supremo Tribunal Federal, e a eleição de Marta Suplicy



para a Prefeitura da maior metrópole brasileira, cargo, aliás, antes conquistado por outra valorosa e digna mulher, a nordestina Luiza Erundina.

Cito também Roraima, que, a exemplo de muitos outros Estados brasileiros, creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir os seus destinos. O povo roraimense elegeu a Prefeita da Capital e mais 2 no interior; 2 Deputadas Federais; 3 Deputadas Estaduais e dezenas de Vereadoras.

Vale ressaltar aqui, Sr. Presidente, uma pesquisa nacional elaborada pelo IBGE durante a década de 90 e publicada no ano de 2000, que representa prova incontestada da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividade.

Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o fato de que as vagas que exigiam nível superior ou 2º grau completo foram ocupadas em mais de 50% pelo sexo feminino.

Dentre as muitas profissões acadêmicas, vale a pena registrar que as mulheres brasileiras representam, hoje, 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos deste País; ocupam 91% dos enfermeiros; 89% dos psicólogos; 77% dos professores; 59% dos advogados; 54% dos médicos; 50% dos dentistas, arquitetos e professores universitários; 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo.

Em síntese, a participação da mulher na força de trabalho em nosso País, em números oficiais, supera o percentual de 51%.

Temos informações de que as mulheres também superaram os homens, nos últimos anos, no preenchimento de vagas de nível superior — 83% dos cargos de dentista, médico e veterinário. Nesse caso, de cada 10 vagas, 8 ficaram para as mulheres. Para aqueles que ainda não sabem, mais de 25% dos cargos de juiz em solo brasileiro são ocupados por advogadas...

Não param aqui, meus nobres colegas, as conquistas das mulheres brasileiras.

No Estado de São Paulo, para citar apenas um dos mais prósperos de nosso País, a participação da mulher na população economicamente ativa teve aumento superior a 30% nos últimos anos; as mulheres taxistas aumentaram em 900% nos



últimos 10 anos e as dentistas e médicas tiveram crescimento na ordem, respectivamente, de 190 e 250% nos últimos 20 anos.

Também nas Forças Armadas a mulher tem se destacado. Em 1997, nas escolas militares do País, 80% dos estudantes que alcançaram o título máximo de Coronel-Aluno foram do sexo feminino.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, as representantes femininas estão em todas as demais funções: Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras e Governadoras, com o destaque de que a edilidade feminina teve aumento superior a 100% nas 2 últimas eleições.

Na verdade, não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde o trabalho se faça necessário: no plantio e na colheita da terra; na direção dos caminhões e dos táxis na cidade; na atuação no Legislativo e no Executivo; na administração de empresas e gerências bancárias; nas mesas de cirurgia hospitalares ou na forja do aço nas indústrias; nos tribunais e nas escolas; nas letras e nas artes. Civis, fardadas ou togadas, por onde quer que olhemos lá estão competentes e decididas brasileiras, contabilizando seu sucesso.

Mas também é certo, Sr. Presidente, que injustiças ainda existem, e precisamos estar atentos a elas. Paralelamente a tantas conquistas, a mulher ainda sofre, no Brasil e no mundo, repressões e discriminações inaceitáveis às almas crentes e bafejadas pelo Criador.

A ONU, por exemplo, em recente relatório publicado, afirma que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta. Indica também que, dos mais de 30 milhões de refugiados em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino. E o pior: coloca nosso País em 58º lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política.

Outras informações internas nos dão conta de que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; de que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e de que no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos, garantidos constitucionalmente a qualquer



cidadão, na prática são desprezados, com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Estatísticas elaboradas com base em informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que em nosso País cerca de 450 mil mulheres sofrem, anualmente, algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais, e que 95% dos casos de agressão a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

Inaceitável, também, é a constatação de que a média salarial das trabalhadoras brasileiras chega a até 60% a menos que a dos homens em serviços correlatos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se de um lado esses dados e informações nos honram, nos enchem de orgulho e colocam a mulher brasileira em invejável situação, se comparada à realidade em inúmeros países, de outro nos causam apreensões e passam a nos exigir profunda reflexão.

Somos todos nós, homens e mulheres, criaturas concebidas à semelhança do Criador e, assim crendo, centelhas divinas, em transcendência até o Juízo Final.

Como seguidor dos princípios divinos emanados por Nosso Senhor Jesus Cristo e como legislador pela vontade do povo de Roraima, que me outorgou o direito de representá-lo nesta Casa, faço um apelo a todas as autoridades do Brasil: em respeito aos princípios humanos, em nome da ética e por questão de justiça, vamos fazer valer, de uma vez por todas, o que está escrito no art. 5º de nossa Constituição, segundo a qual "todos são iguais perante a lei" e "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

Aliás, não tenho dúvida de que a inclusão desse artigo em nossa Carta Magna teve inspiração em Gênesis, 1:27, onde lemos: "Criou Deus, pois, o homem à sua imagem...; homem e mulher os criou".

Diz a Bíblia, em Provérbios: "A mulher sábia edifica a sua casa". Com certeza, grandes e sábias mulheres edificam esta Casa que representa o povo brasileiro. Diz ainda: "Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de finas jóias".

Sr. Presidente e nobres pares, vamos dar mais valor a quem há muito vem demonstrando ter coragem e qualidades de sobra para contribuir positivamente



com os anseios maiores da sociedade brasileira: a criatura Mulher, que, muito mais que apenas servir de inspiração poética e ser responsável pela perpetuação da espécie humana, sobrepuja em força e determinação muitos dos homens que insistem em chamar exclusivamente para si os desígnios futuros da humanidade.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



---

Documento 23/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8533 BETO ALBUQUERQUE-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Manifestação de pesar pelo falecimento da Sra. Zaida Jayme Jarros, fundadora da Companhia Jornalística J.C. Jarros, e do historiador Décio Freitas.

---

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, gostaria de deixar aqui a minha saudação a todas as mulheres e, de forma particular, às mulheres do Rio Grande do Sul.

Tive a oportunidade de, no último domingo (7 de março), participar de uma concentração no Brique da Redenção, em Porto Alegre, com a distribuição de panfletos em homenagem às mulheres. A atividade foi promovida pela Secretaria Estadual de Mulheres do PSB, entidade que aglutina as mulheres do nosso partido para o desenvolvimento de ações que buscam corrigir distorções e promover a sua ampla e igualitária participação na sociedade. A Secretaria Estadual das Mulheres do PSB teve importante iniciativa: a indicação da Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Wrana Panizzi, para



receber o Troféu Mulher Cidadã, na categoria Educação da Mulher, prêmio oferecido anualmente, numa parceria do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que será entregue em sessão solene a ser realizada no próximo dia 10 de março.

Também no dia 10 a companheira Jane Machado, a quem quero homenagear, tomará posse como Vice-Presidenta da Associação das Promotoras Legais Populares (PLP) de Porto Alegre. A associação atua com voluntários nas unidades do Serviço de Informação à Mulher, mantido pela ONG Themis, que desde 1995 capacita as PLP, através de cursos sobre noções básicas de Direito, direitos humanos das mulheres, especialmente no campo da violência, discriminação, direitos sexuais e reprodutivos. As PLP são lideranças comunitárias capacitadas para promoção, defesa e prevenção de violações dos direitos das mulheres e prestam, portanto, serviço muito importante para cidade de Porto Alegre.

Outro trabalho que quero destacar nesta homenagem às mulheres é o da gari do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre Rozeli da Silva, que tive oportunidade de conhecer em visita que fiz ao Bairro Restinga, na segunda-feira. Rozeli mantém uma creche que proporciona instrução e alimentação a 184 crianças carentes, dos 7 aos 14 anos. Rozeli é protagonista de uma trajetória improvável, na qual o sofrimento se transforma em solidariedade. Varrendo as ruas do centro da Capital, de madrugada, viu a si mesma nas crianças e nos adolescentes que viviam debaixo dos viadutos, consumindo drogas ou com bebês nos braços. Essa experiência despertou em Rozeli o desejo de fazer alguma coisa para as crianças carentes, o que se concretizou em 1998, quando inaugurou o Centro Infantil Renascer da Esperança, com o auxílio da assistente social Learsi Kelbert.

Por fim, Sr. Presidente, quero saudar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo anúncio de regulamentação, nos próximos dias, da lei que obriga hospitais e postos de atendimento médico a comunicarem à Polícia os casos de internação de mulheres em consequência de agressões. A lei que obriga a notificação dos casos de violência foi sancionada em novembro e determina que devem ser informados às autoridades policiais os casos que resultem em "dano ou sofrimento físico,



sexual ou psicológico à mulher". A lei estabelece ainda que a notificação deve ser tratada em caráter sigiloso e será um avanço importante no sentido de acabar com violência contra a mulher.

Da mesma forma, quero salientar programa lançado pelo Ministério da Saúde também no dia 8 de março. Trata-se do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O objetivo desse programa é reduzir em 15%, até o fim de 2006, os atuais índices. Segundo o Ministério da Saúde, a cada cem mil nascidos vivos ocorrem 74,5 mortes de mulheres. O padrão aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 20 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos. No caso das crianças, a cada mil nascidas vivas, 18,3 morrem antes de completar 1 mês. A redução da mortalidade materna e neonatal precisa ser encarada como ação de diversos Governos, e é importante que a enfrentemos com coragem.

Sr. Presidente, passo agora a abordar outro assunto.

O Rio Grande do Sul perdeu nesta terça-feira 2 de seus mais ilustres cidadãos: a fundadora da Companhia Jornalística J.C. Jarros, Zaida Jayme Jarros, e o historiador Décio Freitas. Aos 90 anos, D. Zaida deixou uma história de solidariedade, espírito comunitário e capacidade empresarial.

Zaida Jarros nasceu em Porto Alegre em 15 de outubro de 1914, iniciando seus estudos no Colégio Americano e transferindo-se, posteriormente, para Santa Maria, onde se formou professora no Colégio Centenário daquela cidade. Filha do pastor Eduardo Menna Barreto Jayme, desde cedo dedicou-se à filantropia e à assistência social, valendo-se do magistério e de sua atuação na Igreja Metodista para concretizar valioso projeto comunitário. Estes fundamentos a acompanhariam por toda a vida.

Quando voltou a residir em Porto Alegre, D. Zaida conheceu o jovem Jenor Cardoso Jarros, que iniciava a caminhada da fundação do Jornal do Comércio. Casou e teve 2 filhos - Delmar e Noemi. Desde logo, Zaida Jarros colaborou intensamente com a consolidação do então Consultor do Comércio, corrigindo textos, dados estatísticos e tudo o mais que, pioneiramente, era publicado.



Em 1969, com a morte prematura de seu marido, Zaida assume a administração da empresa no momento em que esta passava por um processo de grande reformulação. Com o auxílio do filho Delmar Jarros, Zaida completa o trabalho com a mudança para a nova e ampla sede da Avenida João Pessoa, onde se encontra até hoje, com a ampliação das diversas equipes da empresa, desde repórteres aos setores administrativos e, principalmente, com a inauguração da primeira impressora em offset da Capital e a segunda do Rio Grande do Sul.

Eram tempos de intensa concorrência no meio jornalístico de Porto Alegre, com 7 jornais. Mesmo assim, o Jornal do Comércio firma-se como o diário de economia e negócios por excelência de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, posição que mantém até os dias atuais, com mais de 70 anos de circulação ininterrupta. Há 7 anos, antevendo o fim de um ciclo administrativo e organizando a sucessão, Zaida Jarros e Delmar Jarros iniciam o processo de transferência lenta, gradual mas irreversível, rumo à profissionalização do Jornal do Comércio.

Voltado para agropecuária, indústria, comércio, finanças e serviços, o tradicional veículo da imprensa gaúcha chega hoje a 200 mil leitores, a cada dia, o que revela o sucesso da atuação de Zaida à frente da empresa à qual dedicou-se a vida inteira.

Outra perda irreparável é a do historiador Décio Freitas, que morre aos 82 anos. Décio deixa um filha e a esposa Bernadete Rodrigues, com a qual era casado há alguns anos. O historiador gaúcho é um dos mais importantes do Brasil. Na obra *Palmares - A Guerra dos Escravos*, o autor comprova a existência do herói Zumbi dos Palmares.

Natural de Encantado, o jovem Décio Bergamaschi Freitas se mudou para Porto Alegre para estudar no Colégio Rosário. Mais conhecido como historiador, Décio era formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, onde iniciou intensa militância política no Partido Comunista Brasileiro e o trabalho na imprensa. Na ocasião, aproximou-se do então prestigiado intelectual em política Dyonélio Machado e conviveu com estudantes como Raymundo Faoro.

Décio Freitas trabalhou na banca de tradutores da antiga Editora Globo e do velho Correio do Povo, na companhia de Mario Quintana, entre outros. Foi na condição



de jornalista que travou contato com figuras como Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Getúlio Vargas. O escritor atuou como repórter político dos Diários Associados na década de 40.

Nos anos 60, foi nomeado pelo já Presidente da República João Goulart Procurador-Geral da Fundação Brasil Central, em Brasília. Por isso, depois do golpe militar, instalou-se, de 1964 a 1972, na Capital uruguaia. Neste período, entrou duas vezes clandestinamente no Brasil, escapando por pouco de ser preso. Foi em Montevidéu que ele, formado em Direito, decidiu graduar-se em História e vasculhar o passado de seu País. O pensador gaúcho atuou também como Procurador Federal e professor universitário.

Entre 1982 e 1985, em Brasília, foi Presidente do Comitê Nacional de Anistia. Mais de uma dezena de livros foram publicados pelo escritor, que nos últimos anos colaborava com artigos no jornal Zero Hora, aos domingos. Em 1999, Décio Freitas foi patrono da 45ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Muito obrigado.



---

Documento 24/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:40

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8488 GERALDO RESENDE-PPS -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ações do orador em defesa dos direitos da mulher.

---

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos num país onde 41% da população economicamente ativa é formada por mulheres, sendo que 1 em cada 4 lares brasileiros é comandado por elas. Apesar disso, ainda é um descabro a diferença salarial que se impõe às mulheres, uma vez que 71,3% delas recebem até 2 salários mínimos, contra 55,1% dos homens. No outro extremo, ou seja, nos melhores salários a situação é no mínimo vexatória para nossa sociedade: 91,8% dos homens ganham mais de 5 salários, remuneração que cabe tão-somente a 9,2% das mulheres trabalhadoras.

Apesar de constrangedores, esses números não são novos, pelo contrário, por incrível que pareça, estatisticamente são melhores do que aqueles apresentados na década passada. Assim, é de se notar que os discursos, as palavras há tempo se repetem estéreis, sobretudo no dia 8 de março. Onde está a concretude das



belas palavras? Onde poderemos observar o resultado de tão alardeadas indignações que em especial os homens costumam propalar?

Pois bem, de nossa parte, a história de vida pública está fortemente marcada por ações de dignificação da condição feminina, principalmente na área da saúde, setor que sempre permeou nossa atuação política.

No Legislativo, quando Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul, entre as leis que legamos ao Estado está a que determina a realização do teste do pezinho ainda na maternidade, logo após o nascimento; e a que propicia a realização de exames de DNA gratuito para a identificação da paternidade das crianças. Além da produção legislativa, mantivemo-nos atentos aos desdobramentos das ações de governo que poderiam beneficiar as mulheres.

Oportunidade maior surgiu quando estivemos no Executivo, na condição de Secretário de Estado da Saúde, onde deixamos como uma das principais marcas de nossa passagem a ativação do Hospital da Mulher de Dourados, hoje uma realidade indissociável da comunidade da Região da Grande Dourados. Inclusive foi premiado pela UNICEF e Ministério da Saúde com o título de Hospital "Amigo da Criança", além da distinção como "Maternidade Segura", aliás, maternidade, pediatria e UTI neonatal, sendo referência regional para a gravidez de alto risco.

Além dessa obra, os números apontam inegáveis avanços na saúde da mulher que permanecem até hoje, como é o caso dos Comitês de Mortalidade Materna que reativamos após um período de 5 anos de abandono.

Criamos e fomentamos programas de suma importância na prevenção às doenças da mulher, como o câncer de mama e de colo do útero. Um dos principais foi o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. Ora, a concepção é e deve ser uma benção para as mulheres. É inaceitável que vidas sejam sacrificadas nesse ato de profunda beleza, muitas vezes, pela mera falta de informação e cuidados básicos.

Fomos ainda parceiros do BNDES e da Fundação Orsa na realização do Seminário do Centro-Oeste do Método Mãe Canguru. Fruto de nossa dedicação é a expressiva redução da mortalidade materna e infantil em nosso Estado.



Encheu-nos de orgulho a implementação do Controle de Transmissão Vertical da AIDS, fato que levou a um impressionante número, em 2003, de atendimento a 119 mães portadoras do vírus HIV, das quais, à exceção de somente uma, todas deram à luz crianças saudáveis, livres da AIDS. Isso nos emociona.

Devemos registrar que, se no combate e tratamento da AIDS, o Brasil é modelo para o mundo, Mato Grosso do Sul é exemplo para o Brasil.

No mesmo período, distribuímos para todo o Mato Grosso do Sul, seguindo a regionalização do SUS, aparelhos de mamografia, densitometria óssea e ultrasons, muitos dos quais instalados nos Centros de Referência Saúde Mulher que edificamos em cerca de 10 Municípios-chaves da rede SUS. Essas unidades foram concebidas de forma muito especial, pois além de aspectos médicos também fomentam a atenção ao climatério, a educação em saúde ginecológica e obstétrica e o planejamento familiar. São centros dedicados a uma importante seara do universo feminino, sua valorização e preservação.

Poderíamos aqui continuar a elencar ações, porém as poucas que arrolamos já são suficientes para deixar nossa mensagem de que os discursos, especialmente nesse começo de março, não dizem muito à condição feminina, se não forem precedidos ou se no mínimo a eles não se seguirem imediatas atitudes que realmente combatam qualquer forma de discriminação e, sobretudo, garantam dignidade às mulheres, de forma que possam se postar ombro a ombro com os homens, percebendo justa valoração por suas conquistas, fato que, se parece simples, em verdade, ainda é uma mácula.

Entendemos que não cabe a 8 de março parabenizarmos as mulheres. É, sim, momento de aprofundarmos nossas reflexões acerca de suas lutas contra as mazelas que nossa história, cultura e sociedade lhes impõem.

Grato pela atenção.



---

Documento 25/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:34

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8550 JOÃO GRANDÃO-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Garantia pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, de acesso da mulher ao crédito agrícola, reivindicado pelo Movimento de Mulheres Camponesas.

---

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher realizadas ontem em todo o Brasil mostraram a força da luta das mulheres, que conquistaram inúmeras vitórias nas últimas décadas.

As lutas das mulheres brasileiras não devem parar apenas nestas comemorações. O fortalecimento das mulheres e de suas entidades representativas, com a expansão da cidadania e o aprofundamento da democracia, deve ser um compromisso de toda a sociedade, e nós, na condição de Parlamentar, vamos continuar no combate à exploração da mulher no trabalho e a todos os tipos de preconceitos.

A luta das mulheres também passa pela alteração da divisão sexual do trabalho na família, uma vez que a mulher tem dupla e até tripla jornada de trabalho, e pela garantia de condições de autonomia sobre o corpo e sobre a maternidade, de liberdade de expressão e de políticas públicas nas áreas de saúde e educação.



Destacamos a ação do Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, que atendeu à reivindicação do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC e garantiu que o Ministério vai trabalhar para qualificar o acesso das mulheres ao crédito para o Plano Safra 2004/2005, que se inicia no segundo semestre.

O acesso de mulheres ao crédito especial, independentemente do seu estado civil, de serem ou não titulares da posse da terra, e com autonomia, ou seja, garantido mesmo que o marido já tenha solicitado outro crédito, é de fundamental importância para a produção de alimentos para a subsistência, como hortaliças, frutas e criação de pequenos animais.

Por fim, hipotecamos todo o nosso apoio às mulheres para que consigam a aprovação do projeto de lei da Deputada Luci Choinacki que garante aposentadoria para as donas de casa, para que seja democratizado o acesso das mulheres aos cargos públicos e para que haja uma maior participação delas nas eleições, elegendo-se um número cada vez maior de mulheres.

Em nome de mulheres como Dorcelina Folador, que tombou pela causa da justiça e da cidadania, e de Marta Guarani, que militou na causa indígena com denodo, demonstramos todo o nosso apreço e a nossa consideração às mulheres em sua luta pela plena emancipação social feminina.

Muito obrigado.

---

Documento 26/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:38

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8487 SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

DISCURSO



---

## Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço coro com tantos colegas que desde sexta-feira expressam em seus pronunciamentos homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ocorrido ontem.

Há exatos 145 anos, pelo menos 130 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque deram a própria vida chamando a atenção do mundo inteiro para o papel e a dignidade da mulher, levando-nos a uma tomada de consciência do valor da pessoa, de forma a que percebêssemos a sua importância no contexto da sociedade. Queriam, na verdade, protestar e rever preconceitos e limitações que infelizmente ainda vêm sendo impostos à mulher.

Desde a última sexta-feira, Sr. Presidente, esta Casa está mobilizada, discutindo questões que envolvem os direitos da mulher, a exemplo do debate promovido pela TV Câmara, com a participação de importantes núcleos do Governo Federal que têm a obrigação de fazer o § 8º do art. 226 da Constituição deste País, determinando ao Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Infelizmente, Sr. Presidente e nobres Deputados, a Lei Maior que rege os interesses do povo brasileiro não vem sendo respeitada, conforme lembrou o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, num encontro, nesta segunda-feira, durante o café da manhã, com cerca de 300 mulheres que trabalham no Palácio do Planalto. As estatísticas estão aí para comprovar a realidade dos fatos. Pesquisas de grupos de defesa dos direitos da mulher



mostram que pelo menos 2 milhões de brasileiras são espancadas anualmente, sendo que, em 70% dos casos, infelizmente o agressor é o marido, o ex-marido ou o namorado.

Felizmente, o Governo Federal mostrou-se sensibilizado com essa triste e lamentável realidade. Por isso, anunciou nesta segunda-feira, durante o programa radiofônico quinzenal Café com o Presidente, que entrará em vigor em aproximadamente 30 dias, a regulamentação de uma lei que obriga hospitais e postos de atendimento médico a comunicar à polícia a ocorrência de internação de mulheres vítimas de violência. Ainda bem, porque é sabido que a cada 4 minutos uma mulher é agredida dentro de casa. Nesta mesma segunda-feira, tivemos o desprazer de ouvir do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, outra constatação dramática: a de que em 20 anos o número de mortalidade materna não foi resolvido.

Na verdade, o Dia Internacional da Mulher simboliza, mais do que nunca, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sabemos perfeitamente que, apesar dos muitos avanços e conquistas durante este século, ainda subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. Vejam os senhores, uma estimativa da Anistia Internacional nos mostra que cerca de 2 milhões de mulheres são anualmente submetidas à mutilação genital. Isso é uma verdadeira barbárie.

Entendemos que os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Em razão disso, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica ou condição social.

O próprio Presidente Lula lembrou nesta segunda-feira que o Brasil tem hoje 6 milhões de mulheres analfabetas, admitindo ainda que o Governo precisa aperfeiçoar a política de saúde e de empregos para a mulher. Entendeu também S.Exa. que o Governo e a sociedade precisam se mobilizar para discutir essas questões de importância fundamental à garantia dos direitos individuais do cidadão brasileiro.



Ficamos otimistas quando escutamos do Ministro da Saúde, Humberto Costa, o projeto de reduzir nos próximos 11 anos em até 75% o número de mulheres que morrem durante o parto. S.Exa. falou também da importância de dar assistência humanizada a mulheres que sofrem abortamento. Não nos podemos esquecer, Sr. Presidente, de que apenas nas capitais brasileiras é grande o índice de mortalidade materna. Ou seja, de cada 100.000 crianças que nascem morrem pelo menos 75 mães.

Ouvimos também nos debates de sexta-feira, através da TV Câmara, a constatação de que o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, ainda em discussão no Congresso Nacional, não contempla ações suficientes para a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Isso significa dizer que dos 380 programas que estão no PPA apenas 5 são direcionados à questão da mulher, revelando, sem dúvida alguma, a grande distância que infelizmente ainda existe entre o que o Governo pretende fazer na prática em defesa da mulher e o que anuncia como um grande desafio e as condições efetivas para enfrentá-lo, conforme denunciou no debate Guacira César de Oliveira, diretora da Organização Não-Governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Ainda bem que esta Casa, sempre atenta no seu papel de estabelecer os debates em defesa dos interesses da Nação brasileira, está aproveitando as manifestações voltadas ao Dia Internacional da Mulher para a instalação da Comissão Especial, que vai discutir ações que facilitem o acesso da mulher a serviços fundamentais de Saúde e Educação, ao mercado de trabalho, garantindo ainda o combate à violência doméstica, agora, em 2004.

Com certeza, a Comissão Especial recém-criada vai garantir maior agilidade aos trabalhos articulados pela bancada feminina nesta Casa Legislativa, de forma a selecionar projetos que criem ou ampliem os direitos da mulher.

Aproveito esta oportunidade para manifestar do fundo do meu coração todo o respeito, carinho e amor que dedico a todas as mulheres, razão de nossa própria existência. É ela quem nos dá à luz para a vida; é ela que nos alimenta, nos embala, nos orienta, nos defende e nos encaminha para o mundo que haveremos



de conquistar e zelar para que a paz, a compreensão e solidariedade humana perdurem entre os filhos de Deus.

Muito obrigado.



---

Documento 27/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:44

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8492 JOSÉ ROCHA-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Investimentos na produção de energia eólica no Município de Caetité, Estado da Bahia. Contribuição das usinas eólicas para a preservação do meio ambiente.

---

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente homenageio todas as mulheres de nosso País pelo Dia Internacional da Mulher, em especial as nossas colegas Deputadas e as que trabalham nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caetité, terra natal do grande educador Anísio Teixeira, fica no sertão baiano, a 757 quilômetros de Salvador. Tem apenas 45.000 habitantes, mas impressiona por suas jazidas de manganês, granito e ametista, além das jazidas de urânio, vitais para o programa nuclear brasileiro.

Pois bem. A novidade é que Caetité receberá 200 milhões de dólares da iniciativa privada multinacional, financiada em 50% pelo BNDES. Os investimentos serão para produzir energia eólica, ou seja, energia a partir dos ventos de 9 quilômetros por hora que sopram quase constantemente na região.



São 4.000 hectares arrendados de 12 proprietários, que receberão, no total, 50.000 reais por mês. Cerca de 600 empregos serão gerados na fase de implantação do projeto que, a partir de 2005, manterá 300 funcionários para cuidar das 226 torres e da turbina, dimensionada para gerar 192 megawatts, o equivalente ao consumo de uma cidade do porte de Vitória da Conquista.

O melhor de tudo é que a captação de energia eólica não impede a exploração agropecuária de destacada expressão em Caetité, um dos maiores produtores baianos de mandioca e cachaça. O impacto ambiental das torres é muito baixo, tendo como único inconveniente a produção de ruído pelas imensas hélices.

No entanto, esse tipo de poluição é muito mais aceitável do que o efeito estufa, a poluição radioativa ou mesmo o desperdício de terras e biomassa ocasionados pelas usinas hidrelétricas.

Na Alemanha, maior produtora mundial de energia eólica, os ventos já respondem por 4,5% da produção energética do país, ou 12.000 megawatts. A Espanha, que trocou os moinhos de Dom Quixote pelas usinas eólicas, é a segunda produtora, com 6.000 megawatts. A Dinamarca gera 2.500 megawatts, mas perderá o terceiro lugar para o Brasil, que pretende alcançar a produção de 5.000 megawatts já em 2007.

Nada melhor, Sr. Presidente, do que diversificar nossa matriz energética através de usinas ecológicas, como as que aproveitam a energia do sol ou dos ventos.

Alegro-me que a Bahia esteja atraindo investimentos privados para o sertão, aplicando-os numa obra de infra-estrutura gigantesca, segura, rentável e, ao mesmo tempo, não poluente. Possa o resto do Brasil seguir o exemplo de Caetité!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa A Voz do Brasil e nos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. será atendido.



---

Documento 28/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:46

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8493 ÁTILA LINS-PPS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Interesses subjacentes da proposta de reforma política do Governo Federal. Apoio à introdução do instituto da fidelidade partidária no sistema político do País. Contrariedade ao financiamento público de campanha eleitoral e à instituição do voto de legenda em listas preordenadas. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à mulher amazonense.

---

O SR. ÁTILA LINS (PPS-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma política volta a preocupar o Congresso Nacional. Quero manifestar minha total discordância em relação à forma como ela está sendo apresentada, ou seja, ela seria debatida com o propósito de desviar as atenções do caso Waldomiro Diniz, criado com a denúncia de ligações do ex-assessor do Palácio do Planalto com bicheiros e donos de bingos em troca de recursos financeiros para campanhas eleitorais. Trata-se de um caso isolado, que já está sendo investigado pela Polícia Federal, por ordem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que não pode determinar urgência para um assunto que deve ser exaustivamente discutido pela sociedade brasileira.



Sou favorável à introdução da fidelidade partidária no sistema político do País. Medidas mais rigorosas terão de ser adotadas para o fortalecimento dos partidos políticos. Mas sou contra o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, que acaba com o voto nominal para candidatos nas eleições proporcionais, instituindo o voto de legenda em listas preordenadas. Discordo dessas inovações por 2 motivos: o primeiro é o alto custo que o financiamento representa para os cofres públicos. Uma despesa extraordinária que só iria contribuir para reduzir ainda mais os escassos recursos destinados principalmente para os setores da educação e da saúde. As finanças do País não estão preparadas para arcar com esta despesa. E o financiamento das campanhas não vai diminuir o abuso do poder econômico. As pessoas jurídicas, que serão proibidas de passar recursos para os partidos ou candidatos, certamente vão usar o caixa 2 para bancar as eleições.

O segundo motivo pelo qual discordo deste ponto da reforma é a imposição da lista fechada. Ela vai criar uma nova ditadura em nosso País. Hoje já reclamamos do fato de o poder econômico prevalecer nas eleições proporcionais. A lista fechada vai criar a nova ditadura, a ditadura da cúpula dos partidos, dos que no momento são os responsáveis pelo comando partidário.

Entendo que o assunto não está amadurecido, está distante das preocupações do eleitorado brasileiro.

Defendo a votação de uma reforma política, mas só depois de passar por amplo debate em todo o País. Uma discussão transparente, com a participação de todos os segmentos. Os fóruns desses debates seriam as câmaras municipais, assembleias legislativas, universidades, sindicatos, enfim, todos os setores representativos do País. Após o resultado desse amplo debate, aí, sim, o Congresso Nacional estaria em condições de votar a tão sonhada reforma política, que é exigida há muito tempo por todo o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para registrar, com satisfação, o Dia Internacional da Mulher e homenagear as mulheres do meu Estado, o Amazonas, desde as que vivem nos Municípios mais distantes até as que vivem na nossa Capital, Manaus.



Quero, portanto, me juntar às homenagens que têm sido prestadas desde ontem às mulher brasileiras, cumprimentando a mulher amazonense.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 29/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8512 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PFL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração dos 72 anos da conquista do voto feminino no Brasil e dos 70 anos do primeiro mandato parlamentar feminino, obtido por Carlota Pereira de Queiroz. Implantação, pela Casa de Mulher do Nordeste, do projeto Mulher e Democracia: 70 Anos de Luta pela Representação. Combate à violência contra a mulher, especialmente à violência doméstica. Presença das mulheres na política brasileira. Congratulações às pernambucanas agraciadas com o Prêmio Tacaruna Mulher e homenageadas com a exposição Mulheres IN, no Shopping Guararapes.

---

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, que ontem se comemorou, marca os 72 anos da conquista do voto feminino no Brasil e os 70 anos do primeiro mandato obtido por uma brasileira, a paulista Carlota Pereira de Queiroz, que se havia notabilizado como enfermeira voluntária durante a Revolução Constitucionalista de 1932.



Desde então, tem sido longo e difícil o percurso da cidadania da mulher e a sua ascensão na sociedade civil, para fugir ao estereótipo de mãe e dona de casa herdado da Colônia e do Império.

Hoje, numerosas são as organizações feministas que se instalaram no País para defender os direitos da mulher e definitivamente inseri-la na vida política, social e econômica do Brasil. Com essa visão, a Casa de Mulher do Nordeste está construindo o projeto Mulher e Democracia: 70 Anos de Luta pela Representação, de modo a resgatar a história da luta feminina e contribuir para ampliar a representação política da mulher nos diferentes Estados da região e no País.

Há, todavia, um aspecto da vida cotidiana da mulher que precisa de mais atenção do Poder Público: a violência doméstica. Não são poucos os casos, no dia-a-dia, de violência contra a mulher, muitas vezes não relatados nas delegacias especializadas, por receio do escândalo social e da divulgação, como acontece com o estupro.

A instalação de Delegacias da Mulher em várias Capitais do País agilizou os processos de investigação e atuação policial, mas é preciso que os órgãos de divulgação dêem mais espaço a esse noticiário, mesmo que se omitam os nomes das agredidas, para que a sociedade tome consciência da gravidade dessa situação.

No meio rural, a situação assume aspectos dramáticos, pois a mulher do campo tem medo de relatar os fatos e não encontra, muitas vezes, apoio nos vizinhos ou nos familiares.

As mulheres constituem, em nossos dias, metade da população mundial, mas ainda são discriminadas no trabalho, com salários muitas vezes inferiores aos dos homens. Em alguns países, são confinadas ao lar e às atividades domésticas, quando não mutiladas na genitália, como ocorre em algumas nações islâmicas do Oriente e da África.

No Ocidente, a mulher hoje compete, até vitoriosamente, com o homem nas universidades, nos bancos, no serviço público. As 2 Grandes Guerras — 1914 e 1939 — consolidaram definitivamente o novo papel da mulher na sociedade, e o século XX viu alguns gênios femininos se destacarem: Eleanor Roosevelt,



Madame Curie, Gertrude Stein, Virginia Wolf, Gabriela Mistral, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, entre outras.

Em Pernambuco, foi Martha Holanda de Albuquerque a primeira mulher a ser votada, mas não eleita, em 1928. Em 1935, o Estado elegeu 7 Vereadoras e 14 Suplentes no interior. Júlia Santiago da Conceição foi a primeira Prefeita em Pernambuco, ao administrar o Município de Aliança, na Mata Norte do Estado.

Hoje, 8 Deputadas Estaduais compõem o Legislativo pernambucano, com atuação muito destacada. Integram várias Comissões Técnicas, nas quais vêm dando o contributo de sua competência e dedicação.

A presença da mulher na política só vem engrandecer a nossa atividade e consubstancia a igualdade entre os sexos, mostrando que a política no Brasil é uma atividade abrangente e não discriminatória, pois somos um país maduro e apto a fortalecer a democracia representativa nos planos nacional e internacional.

Quero aproveitar a oportunidade para congratular-me com 12 pernambucanas homenageadas na 4ª edição do Prêmio Tacaruna Mulher por se destacarem na sua área de atuação: Arli Pedrosa, Ação Social; Cecília Brennand, Cultura; Celecina Pontual, Política; Edla Soares, Educação; Suely Guimarães, Esporte; Eliete Conter Mayer, Moda; Érica Pereira Mansilla, Negócios; Helena Caúla Reis, Justiça; Janete Freire, Paisagismo; Jô Mazarollo, Comunicação; Margot Monteiro, Artes Plásticas; e Maria de Lourdes Correa de Araújo, Saúde.

Do mesmo modo, quero cumprimentar as conterrâneas que influenciaram com seu talento diferentes campos de atividade e por isso foram homenageadas em exposição fotográfica realizada pelo Shopping Guararapes sob o título Mulheres IN: Maria Dulce Lapa, Maria Digna Pessoa de Queiroz, Joana Maranhão, Lília Santos, Maria Odete Souto, Marta Freire, Maria Helena Brennand, Sílvia Rissin, Lourdinha Maciel, Ester Souto, Célia Batista, Norma Maranhão, Taciana Mendonça, Lucila Nogueira, Rafaela da Fonte, Márcia Nejaim, Mirella Andreotti, Marianne Peretti, Sabrina Pessoa de Queiroz, Deborah Brennand, Vera Magalhães e Clementina Duarte.

Muito obrigado.



---

Documento 30/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8514 PASTOR REINALDO-PTB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instituição de 2004 como o Ano Nacional da Mulher.

---

O SR. PASTOR REINALDO (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, coincide com o Ano Nacional da Mulher, oficialmente instituído para ensejar, tanto por parte do Poder Público quanto da sociedade civil, programas e atividades específicos, com o objetivo de estabelecer condições de igualdade e justiça para a mulher no Brasil, bem como de valorizar seu papel e sua participação em todos os setores da vida social.

A luta das mulheres pela emancipação e equiparação de direitos é secular em nosso País. Incontáveis gerações de brasileiras se dedicaram à causa, suportando todo tipo de agressão e preconceito. Hoje, quando desfrutam de plena capacidade civil e direito de voto, quando estão protegidas por mecanismos como a cota mínima para cargos eletivos e pela atuação vigorosa e eficiente das Delegacias da Mulher, ainda têm de lutar contra a violência doméstica, contra a discriminação no trabalho, contra a falta de apoio para as mães trabalhadoras, contra a ausência de



serviços específicos de saúde, contra a exploração da imagem feminina pela mídia, contra, enfim, uma série de manifestações de injustiça e opressão ancestrais, que ainda se verificam na sociedade atual.

Por todos esses problemas, Sr. Presidente, na conjunção do Dia Internacional com o Ano Nacional da Mulher, gostaríamos de enfatizar nossa adesão à luta feminina, na convicção de que se trata de causa que diz respeito à própria essência da democracia, a seus corolários de justiça e liberdade.

De fato, não se pode falar em democracia quando não se respeitam os direitos elementares do ser humano, comuns a ambos os sexos, a todos os povos, raças e religiões.

Como admitir que a mulher possa sofrer discriminação salarial mesmo quando tenha qualificação profissional idêntica à do homem ou que possa ser vítima de maus-tratos ou violência em nome das prerrogativas de marido ou de pai? Como aceitar que a esmagadora maioria das mulheres pobres no Brasil não tenha acesso à educação e à saúde, permanecendo condenadas à incapacidade e ao subemprego, padecendo de doenças ou problemas facilmente evitáveis? Como tolerar a exploração sexual de mulheres, muitas ainda na infância, ou suas formas mais sutis, como a banalização aviltante do corpo feminino na mídia em geral?

Na verdade, Sr. Presidente, é inacreditável que a questão da mulher seja sempre tratada como de minoria. Esse paradoxo terrível é, todavia, uma realidade mundial. Observe-se, por exemplo, que, no Brasil, 51% do eleitorado é feminino, tal como apurado nas últimas eleições. Não obstante, há total disparidade em relação à ocupação dos cargos eletivos. Mesmo com a implantação do sistema de cotas, não se registram candidatas em número suficiente, em cabal demonstração do alijamento da mulher em relação à esfera pública em todos os níveis.

Assim é que, proporcionalmente, a mulher brasileira conta com poucas representantes no Congresso Nacional. É de se louvar, contudo, e com todo o entusiasmo, a participação histórica de nossas Parlamentares, cuja atuação é motivo de orgulho para nosso País.

São inúmeras as iniciativas das nobres colegas visando à plena emancipação da mulher no Brasil, em todos os aspectos concernentes à sua valorização individual



e social. Assim, por exemplo, a elaboração de mecanismos para o amplo acesso aos sistemas de saúde e educação, para a proteção contra a violência, em todas as modalidades, sobretudo a doméstica, para a garantia de equiparação de direitos no trabalho e nas diversas formas de participação política.

É esse trabalho incansável que precisamos, todos, secundar; é esse tema fundamental que precisamos, todos, desenvolver; é em torno desse ideal de Brasil, sem preconceito e sem discriminação contra a mulher, que precisamos, todos, cerrar fileiras, para verdadeiramente consolidar nosso projeto democrático em todas as frentes, em todas as direções.

Seja esse o nosso compromisso, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que, entre nós, transcorre especialmente no Ano Nacional da Mulher.

Muito obrigado.



---

Documento 31/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8619 VADINHO BAIÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Leitura de poema de autoria da escritora Erma Bombeck.

---

O SR. VADINHO BAIÃO (PT-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nesta semana especial em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de vir a esta tribuna para prestar a minha homenagem à mulher brasileira, entre elas a trabalhadora rural, a doméstica, a executiva, a política, a mulher mãe, a mulher estéril, que não pode dar à luz. Mas, de uma maneira muito particular, quero render a minha gratidão à mãe especial, através do poema adaptado de Erma Bombeck, que diz:

"Este ano, aproximadamente 100 mil mulheres serão mães de crianças com alguma deficiência. Já perguntaram como Deus escolhe as mães destas crianças? Eu visualizo Deus passeando sobre a Terra selecionando seus instrumentos para a preservação da espécie humana com grande cuidado e deliberação, ordenando seus anjos a fazerem anotações num bloco gigante:

'A primeira mãe terá um menino, cujo santo protetor será São Mateus.

A segunda mãe terá uma menina, a santa protetora será Santa Cecília.

A terceira mãe terá gêmeos, o santo protetor será São Geraldo.



A quarta mãe' — Deus sorri e diz: 'Para esta, manda uma criança deficiente'.

O anjo, cheio de curiosidade, pergunta: 'Por que justamente ela, Senhor? Ela é tão feliz!'

'Exatamente', responde Deus, sorrindo: 'Eu poderia confiar uma criança deficiente a uma mãe que não conhece o riso? Isto seria cruel'.

O anjo pergunta: 'Será que ela terá paciência suficiente?'

'Eu não quero que ela tenha paciência demais, senão ela acabará se afogando num mar de desespero e autocompaixão. Eu a estava observando. Ela tem conhecimento de si mesma e um senso de independência que são raros e, ao mesmo tempo, necessários para uma mãe. A criança que vou confiar a ela tem seu mundo protegido pela família; a família terá que ajudar essa criança e não será nada fácil'.

O anjo provoca: 'Mas, Senhor, eu acho que ela nem acredita em Ti.'

Deus sorri e diz: 'Isto não importa. Esta é mãe perfeita. Ela possui dose exata do egoísmo de que vai precisar'.

O anjo engasga e pergunta: 'Egoísmo? Isso é uma virtude?'

Deus balança a cabeça afirmativamente: 'Se ela não for capaz de se separar da criança de vez em quando, ela não vai sobreviver. Sim, aqui está uma mulher a quem vou abençoar com uma criança especial. Ela ainda não tem consciência disso, mas será invejada. Ela nunca vai considerar banal qualquer palavra pronunciada por seu filho. Por mais simples que seja o balbucio dessa criança, ela o receberá como um grande presente. Nenhuma conquista da criança será vista por ela como corriqueira. Quando a criança disser mamãe, ela verá um milagre e saberá reconhecê-lo. Quando ela mostrar a natureza e tentar ensiná-la a repetir as palavras, ela será capaz de enxergar minhas criações como poucas pessoas são capazes de vê-las. Vou permitir que ela veja claramente as coisas que eu vejo — ignorância, crueldade, preconceito. Vou fazer com que ela seja mais forte do que tudo isso. Ela nunca estará sozinha. Estarei a seu lado a cada minuto de sua vida, porque estará fazendo meu trabalho e estará aqui ao meu lado'.

'E qual será o santo protetor desta mãe?', pergunta o anjo, com a caneta na mão.

Deus novamente sorri e diz: 'Nenhum, basta que ela se olhe no espelho'."



Era o que tínhamos a dizer.



---

Documento 32/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8617 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Extinção de preconceitos e discriminações contra a classe feminina. Combate à violência contra a mulher.

---

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar desta tribuna, mais uma vez, o transcurso do dia 8 de março, consagrado à luta das mulheres. Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam o prédio para reivindicar a redução da jornada de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que por 16 horas de trabalho, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, a qual se incendiou, matando cerca de 130 mulheres.

Em 1910, numa conferência internacional realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem às mulheres, que seria comemorado em 8 de março o Dia Internacional da Mulher. É o dia dedicado internacionalmente à reflexão sobre a situação da mulher. Portanto, ontem ocorreram em todos os continentes diversas manifestações em favor da mulher, bem como reivindicações de garantia da igualdade de gênero em nossa sociedade.



Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, embora nos nossos dias as leis do País não estabeleçam qualquer diferença entre homens e mulheres, a prática demonstra que ainda persistem muitos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade. É preciso que o Estado dê condições para que sejam criados mecanismos de defesa e proteção às mulheres. Também devemos estimular o debate acerca desta realidade nas escolas, nos lares, nas igrejas, nas associações de moradores, enfim, nas nossas relações sociais.

De modo geral, o que se observa é que as leis foram feitas por e para os homens. Para estes os direitos, para as mulheres os deveres. A Igreja reconhece a mulher como acessório do homem. Por muito tempo a mulher esteve sozinha na luta contra a violência. Por vezes, tinha na lei e no Direito adversários. Essa legislação sexista não fazia senão refletir a concepção de instituições e representações sociais dominantes.

Apesar das grandes mudanças ocorridas, como a liberdade sexual e o ingresso da mulher nas atividades da esfera pública, há ainda acentuada desigualdade no setor privado. As relações sociais ainda funcionam com base num modelo hierárquico, repressivo e autoritário no qual a mulher é tratada conforme a posição ocupada pelo marido/parceiro e se considera o casamento ou união uma apropriação.

Outra realidade cruel é a violência praticada contra a mulher. Além de envolver questões sociais e principalmente culturais, o tema também tem reflexos na economia. Segundo pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no Brasil em 1998, a violência doméstica é a causa de uma a cada cinco faltas das mulheres ao trabalho. Isso faz com que o Brasil perca, anualmente, 10,5% do PIB ou R\$ 84 bilhões.

Outro dado relevante é o processo de feminização da pobreza verificado na sociedade mundial. Segundo estudo da ONU, as mulheres representam 70% da população pobre do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. A pesquisa revela também que 27% das mulheres possuem filhos menores de 18 anos, e a maioria delas (60%) não recebe pensão regular do pai da criança.



No Brasil, a situação é dramática: a população feminina, de 86 milhões de mulheres, representa 55% da força de trabalho do País. No entanto, essas trabalhadoras recebem 69% dos salários normalmente pagos aos homens, e apenas 17% delas têm Carteira de Trabalho assinada, embora sejam chefes de família de 32% dos lares brasileiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso combater essa situação no dia-a-dia, através do diálogo na própria família, no ambiente de trabalho, nas escolas, nas igrejas, enfim, em todos os locais de convívio social. Afinal, não podemos ser tolerantes com a violência, prática que faz a sociedade retroceder no caminho da democracia. A dignidade da mulher é ideal democrático que nenhum homem poderá negar e do qual nenhuma mulher haverá de abrir mão.

Sr. Presidente, tive oportunidade de participar de atividades comemorativas ao Dia Internacional da Mulher. No Município de Simões Filho, Estado da Bahia, foi promovido grande ato político com a presença de segmentos femininos importantes; em Salvador, foi realizada uma marcha com o objetivo de chamar a atenção dos governantes para a necessidade da igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Viva o Dia Internacional da mulher! Viva a vida!

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



---

Documento 33/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:30

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8521 ANTÔNIO CARLOS BIFFI-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Papel exercido pelas mulheres no processo de desenvolvimento do Brasil. Combate à desigualdade de gênero presente no cotidiano brasileiro. Conquistas da classe feminina.

---

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna homenagear todas as cidadãs brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher e lembrar das atividades programadas para esta semana em Mato Grosso do Sul.

Há alguns anos, o dia 08 de março era marcado por campanhas contra a violência, manifestações pela busca da igualdade de direitos e melhores condições sociais. Hoje, ainda que os problemas não tenham sido extintos, já são evidentes os sinais de progresso.

A mulher ocupa importantes cargos em todos os campos da sociedade, seja em empresas, instituições ou na política. Elas são metade da população brasileira, 36% da força de trabalho ativa, metade do eleitorado e do público consumidor.



Não podemos esquecer do papel delas no desenvolvimento do nosso País, sempre se engajando na luta por um Brasil melhor. Com competência, criatividade, determinação e vontade política conciliam os deveres do lar — com a família e os filhos — e a profissão sem jamais perderem a delicadeza. E este é o desafio diário da maioria das mulheres brasileiras.

Mas mesmo que as mudanças tenham sido significativas, o homem ainda possui vantagens. A desigualdade de gênero está presente em nosso cotidiano. O salário médio dos homens é maior que o das mulheres. Além disso, são as mulheres o principal alvo da violência e da discriminação.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que em 100 anos os avanços da mulher na sociedade são imensos. Conquistou o voto, o direito de optar e lutar por seus ideais, levantar bandeiras e alcançar postos antes destinados apenas aos homens.

O dia 08 de março é um símbolo de luta e força e nos incentiva a continuar buscando uma vida mais justa e sem desigualdades. Cabe a nós garantirmos que a mulher tenha seus esforços e seu trabalho devidamente reconhecidos. Espero que nos próximos dias das mulheres estejamos comemorando mais avanços na luta feminista e que a discriminação e a disparidade de gênero façam parte do passado.

Muito obrigado!



---

Documento 34/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:06

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8543 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Urgente alocação de recursos federais para cobertura dos prejuízos causados pelas enchentes no Estado de Pernambuco.

---

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, dia 8 do corrente, é uma alusão e um reflexo de todo um movimento em prol da igualdade de direitos da mulher. Aproveito este momento para deixar aqui minha homenagem, sobretudo à mulher do sertão pernambucano, aquela mulher anônima, que cuida da família, que trabalha, que sustenta os filhos, que sabe o que é sofrer e merece mais atenção, mais cuidado e mais apoio do Estado e da sociedade.

Poderia lembrar aqui, Sr. Presidente, grandes mulheres que marcaram a História do Brasil, como a grande Rachel de Queiroz, primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, Ana Néri, precursora da enfermagem, Bertha Maria Júlia Lutz, uma das pioneiras da luta pelo voto feminino, Madalena Caramuru, filha da índia Moema e do português Diogo Álvares Corrêa, a primeira mulher brasileira a saber ler e escrever, segundo atestam alguns historiadores, e a baiana Maria



Quitéria de Jesus, que é considerada a heroína da Independência, sem falar em Cora Coralina, irmã Dulce, Benedita da Silva, Chiquinha Gonzaga e tantas outras que tanto contribuíram para a nossa sociedade, as nossas ciências, as nossas artes, a nossa vida. Mas quero, aqui no Congresso Nacional, prestar hoje minhas homenagens particularmente às sertanejas nordestinas do Brasil.

Na casa, nas cozinhas, no comércio, onde quer que seja, está a mulher brasileira na sua labuta diária para manter a família. As conquistas das nossas mulheres vieram da luta organizada da categoria, que inclusive, durante a Assembléia Nacional Constituinte, estendeu suas reivindicações a outros segmentos sociais, tais como, os índios, os negros, as crianças e os adolescentes, por exemplo.

Deixo, portanto, Sr. Presidente, minha homenagem a todas as mulheres brasileiras, a todas as mães que se dedicam exclusivamente ao lar, às mulheres de todas as profissões, às desempregadas, às estudantes, às professoras em especial, e também àquelas que estão nas ruas, abandonadas, exploradas, abusadas. Todas são mulheres que procuram sua vocação, seu lugar ao sol, e com certeza vão encontrá-lo. Para isso trabalhamos nesta Casa, para melhorar as condições ainda tão desiguais, ainda tão injustas e às vezes tão desumanas que cercam as mulheres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste meu pronunciamento hoje também quero descrever a situação em que ficaram várias cidades de Pernambuco em razão das fortes chuvas que atingiram o Estado nos meses de janeiro e fevereiro. A dádiva da natureza foi tamanha que pegou todos nós de surpresa, embora as autoridades já devessem saber que este seria um período de fortes chuvas, antecedendo o grande ciclo de 6 anos de seca que teremos pela frente.

As calamidades foram o resultado de diversos fatores que não quero analisar aqui, mas devo mencionar, entre eles, a inércia e a inépcia dos Governos de realizarem as obras necessárias para melhorar a precária infra-estrutura das cidades e do campo, obras essas baratas e simples, que vão sendo sempre adiadas por um motivo ou outro, inclusive com o sumiço inexplicável de verbas. Agora as chuvas chegaram e dezenas de cidades ficaram arruinadas, com grande sofrimento para



as populações, doenças para as crianças e prejuízos para agricultores, produtores, transportadores.

Foram afetados 108 Municípios pernambucanos, sendo que, desses, 48 encontram-se em estado de emergência e 8 em calamidade pública, com aproximadamente 20 mil cidadãos atingidos. Esses dados referem-se somente ao período de 20 a 27 de janeiro, em que houve as piores ocorrências. De lá para cá, o quadro já piorou substancialmente.

O Governo de meu Estado elaborou um relatório preliminar contendo os primeiros prejuízos provocados pelas chuvas desse período. Esse relatório foi enviado ao Governo Federal para sensibilizar as diversas instituições sobre o problema enfrentado pela população pernambucana.

Aliás, Sr, Presidente, é preciso que se diga que o próprio Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se envolveu pessoalmente na busca de soluções imediatas para a calamidade que se abateu sobre diversos Estados nordestinos, com especial intensidade sobre Pernambuco. S.Exa., que é filho da região, esteve visitando pessoalmente os desabrigados e inclusive sobrevoou as áreas mais atingidas, ocasião em que fui convidado a acompanhá-lo. O que viu foram prejuízos que já ultrapassam os R\$ 60 milhões: 3 hospitais atingidos, 251 escolas afetadas, 507 quilômetros de estradas danificadas, algumas intransitáveis, quase 5 mil moradias destruídas e muitas localidades isoladas, sem falar das 20 mil pessoas desabrigadas e das de dezenas de mortes.

A população tem ajudado, com sua costumeira solidariedade nesses momentos difíceis, mas é preciso que o Governo aja rapidamente para evitar mais danos a essa terra já empobrecida e carente. Os prejuízos sociais econômicos para muitas cidades de Pernambuco serão multiplicados com a demora na realização das urgentes obras emergenciais.

A situação é realmente séria, Sr. Presidente. Para se ter uma idéia, só em Petrolina, a média histórica de chuvas do mês de janeiro é de 63 milímetros, e em poucos dias choveu 424,8 milímetros. E assim foi também em muitas outras cidades, como Afrânio, Alagoinha, Bodocó, Carnaubeira da Penha, Exu, Granito,



Mirandiba, Moreilândia, Ouricuri, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Trindade, Tuparetama e outras.

Outro Município que sofre é Floresta, que vem enfrentando profundas dificuldades em decorrência do excesso de chuvas nas áreas urbana e rural, já tendo inclusive decretado estado de calamidade pública.

Fazemos, pois, um veemente apelo às autoridades, especialmente aos Srs. Ministros Ciro Gomes e Antônio Palocci, no sentido de que envidem ações imediatas de socorro emergencial à população flagelada, incluindo distribuição de alimentos, roupas, medicamentos e moradia, ações de limpeza, recuperação e reconstrução de habitações e equipamentos urbanos, ações imediatas visando à definição de auxílio financeiro para reconstrução de estabelecimentos rurais, como construção de cercas, redes elétricas, equipamentos de irrigação e drenagem a fundo perdido, recuperação de açudes, barragens, pastos, passagens molhadas e estradas de acesso às propriedades sem encargos aos usuários, apoio financeiro para o comércio e a indústria na área urbana, recuperação da malha rodoviária, crédito em condições especiais, com escalonamento de dívidas, e isenção de impostos estaduais, municipais e federais nas áreas afetadas.

Se essas medidas não forem tomadas, Sr. Presidente, haverá fome, desemprego, paralisia dos meios de produção, dos transportes, da saúde e da educação em muitas cidades de Pernambuco, e será grande e de sérias conseqüências o clamor social.

Esta é a hora de todos nos darmos as mãos: Prefeitos, Governador, Governo Federal, todas as esferas de poder, com o objetivo de trabalharmos para trazer as coisas à normalidade, lembrando-nos sempre de trabalhar arduamente todo o tempo, não esperando que calamidades ocorram para agir na base do imprevisto.



---

Documento 35/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-14:06

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8477 CARLOS NADER-PFL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Documento da Sociedade Barramansense de Ensino Superior - SOBEU e matérias publicadas pelos jornais Diário do Vale e A Voz da Cidade a respeito da concessão, pela SOBEU, de bolsas de estudo a alunos carentes.

---

O SR. CARLOS NADER (PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março foi consagrado o Dia Internacional da Mulher. Nesta semana haverá diversos eventos comemorativos da data. Hoje, entretanto, quero sair um pouco da rotina dos discursos que a marcam. Ainda que haja consenso em relação ao preconceito, à discriminação e à violência enfrentados pelo sexo feminino em pleno século XXI, quero falar um pouco mais da conquista das mulheres, sobretudo no campo político.

Temos visto, Sr. Presidente, a crescente participação da mulher brasileira na política partidária. Hoje já não são tantas, como no passado, as Câmaras Municipais que não registram pelo menos uma mulher entre os Vereadores. Da mesma forma, mais participação é observada nas Assembléias Legislativas, onde,



mais do que algumas cadeiras, as mulheres têm conquistado espaços importantes. Também no Congresso Nacional temos inúmeras companheiras brilhantes, cujo desempenho reforça a nossa convicção de que a participação feminina na política só tende a crescer. As mulheres têm feito da atuação política um tabu quebrado a cada momento. Arrisco-me a dizer, Sr. Presidente, que não está distante o dia em que teremos uma mulher na Presidência da República. É o último patamar que lhes falta.

É bom ver que nosso País tem vencido as barreiras que são impostas às mulheres de muitas nações. Reconhecemos que ainda há muito a fazer para que a mulher venha a ter menos obstáculos. Mas são justamente a garra, a persistência, a sensibilidade, características bem próprias da mulher, que vão continuar fazendo a diferença.

Quero prestar minha homenagem à mulher brasileira, que, de maneira geral, tem quase sempre uma tripla jornada: é mãe e, mesmo quando trabalha fora, não deixa de ser dona de casa, porque raras são as mulheres que não sentem prazer de dar atenção especial ao lar, onde convivem com o companheiro e os filhos.

Homenageio ainda as mulheres que, guerreiras, são também chefes de família e exercem sua função de forma invejável, com responsabilidades externas e internas.

Sr. Presidente, a mulher, em especial a brasileira, merece, enfim, todas as nossas homenagens. Não apenas em 8 de março, mas em todos os dias, em todas as horas. Ela deve receber o apoio da sociedade em busca da igualdade, do fim dos preconceitos, das discriminações, inclusive profissionais, que as fizeram menos remuneradas do que nós, homens.

Espero que o nosso País tenha sucesso na sua caminhada, para que a mulher não seja vítima de violências físicas ou psicológicas, como ainda ocorre, em alto grau - os movimentos femininos estão a comprová-las e a denunciá-las seguidamente.

Às minhas colegas Deputadas, o meu carinho especial. A todas as mulheres, a minha consideração, respeito e admiração.

Passo a abordar outro assunto:



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que a Sociedade Barramansense de Ensino Superior - SOBEU, entidade mantenedora do Centro Universitário de Barra Mansa, completa 43 anos, quero inserir nos Anais desta Casa documento da SOBEU e matérias publicadas nos jornais Diário do Vale e A Voz da Cidade a respeito da concessão de R\$ 26.890.767,48 em bolsas de estudos a alunos carentes, sem que a instituição tenha recebido um único centavo de verbas públicas (subvenções sociais) nestes últimos 10 anos.

Quero também homenagear os fundadores da instituição, abnegados idealistas que contribuíram para que milhares de brasileiros pudessem concluir o seu curso superior. Entre eles, para nossa honra e orgulho, está o meu pai, o ex-Deputado Federal Feres Nader.

Essa instituição é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com um patrimônio avaliado em mais de 200 milhões de reais.

A SOBEU, Sr. Presidente, vem se constituindo, ao longo das últimas 4 décadas, numa referência como instituição de ensino superior em nosso País. Graças aos esforços de seus mantenedores, do seu corpo administrativo e do quadro de docentes, vem desenvolvendo novos cursos, ampliando o atendimento aos estudantes, buscando a excelência da qualidade do nível de ensino, num trabalho extenuante, a fim de proporcionar aos seus alunos o pleno conhecimento para o desempenho de suas profissões.

Para tanto tem investido cada vez mais em pessoal e equipamentos, em suas instalações, e em pesquisas, apesar de todas as crises e dificuldades econômicas enfrentadas ao longo dos últimos 43 anos. O Centro Universitário de Barra Mansa é um patrimônio do Município, onde jovens de várias cidades da região e do País se encontram, a cada ano letivo, em busca da realização de um grande sonho, a que todos devem ter direito: ter um diploma de nível superior.

O Centro Universitário de Barra Mansa vem estendendo suas atividades extracampus, com participação crescente em atividades comunitárias. Participa ativamente de eventos e de programas, através de convênios com órgãos e entidades da região centro-sul fluminense.



O sonho dos abnegados que acreditaram na proposta de instalação, no Município, de um estabelecimento de ensino superior transformou-se em realidade muito mais cedo do que qualquer um pudesse imaginar. Esse empreendimento, que ainda hoje emociona aqueles que apostaram na sua viabilidade, tem um belo futuro pela frente. E nele certamente está incluído o compromisso de continuar propiciando aos estudantes carentes a chance de disputar, de igual para igual, as oportunidades no mercado de trabalho.

Ao Centro Universitário de Barra Mansa, mantido pela SOBEU, quero deixar os meus parabéns por mais um aniversário de fundação, com a certeza de que, com altruísmo e dignidade, continuará pavimentando os sonhos de infindáveis gerações.

Muito obrigado.

DOCUMENTO E MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR



---

Documento 36/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:02

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8497 CHICO ALENCAR-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, está na Bíblia: Deus viu que não era bom que o homem fosse só. E Eva floresceu no paraíso. Jesus, o novo Adão, nasceu de Maria, foi acolhido morto (por crime de subversão) em seus braços, e anunciou-se ressuscitado, naquele domingo de Páscoa, em primeiríssimo lugar, às mulheres que levavam flores e bálsamo ao seu túmulo.

Está na vida: quando a barra pesa, somos bezerros gritando mamãe. No aconchego materno, velhos embora, ficamos pequeninos feito grão de milho, lembra Drummond ao indagar por que as mães vão-se embora um dia. O primeiro amor, coração batendo, apressado e fugindo pela boca, chama Lilia, Ângela, Jane, Cláudia, Laura, Leila, Maria Maria. A gente ainda nem acha que amar é tolice, é bobagem, é ilusão. Paixão é muito feminina.

Há 147 anos, no dia 8 de março de 1857, aconteceu aquela que terá sido, em todo o mundo, uma das primeiras ações organizadas por trabalhadoras. Centenas de



mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de Nova Iorque iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias e as más condições de trabalho. O incêndio provocado numa fábrica causou a morte de 130 manifestantes.

Em 1903, profissionais liberais norte-americanas criaram a Women's Trade Union League. Esta associação tinha como principal objetivo ajudar todas as trabalhadoras a exigirem melhores condições de trabalho.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque: reivindicaram o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan "pão e rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.

Mais tarde, o Partido Socialista norte-americano decretou o último domingo de fevereiro como o Dia Internacional da Mulher.

Foi comemorado pela primeira vez em 1909 e pela última vez no ano de 1913, pois durante uma conferência mundial das organizações socialistas, decorrida em Copenhagem (Dinamarca), a revolucionária alemã Clara Zetkin propôs o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

O dia 8 de março foi assumido pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher em 1975.

A humanidade já deu chances demais aos machos da espécie. Eles construíram muitas coisas, destruíram outras tantas, fizeram-se violentos, autoritários, hipócritas. Generais, reis, papas, presidentes, cientistas — homens para todo gosto e função. Só não souberam construir o tempo da delicadeza.

Que bom a gente poder presenciar a afirmação da mulher! Que bom a gente ter instrumentos para observar nossos preconceitos, nosso machismo, nossa sexualidade fragmentada — que muitas vezes vê a outra pelas partes. Mas já nos questionamos sobre isso! É um começo, é um caminho, é o princípio numa sociedade patriarcal, tão masculina, tão violenta.

Nobre colega Ministro Gilberto Gil, você bem viu: "minha porção mulher, que até então se resguardara, é a porção melhor que tenho em mim agora".

Viva o dia 8 de março, viva a luta pela afirmação feminina!



Homenageio também as pessoas desse gênero que trabalham aqui, que sustentam nossas sessões e têm paciência para nos aturar, e as colegas Deputadas, que em geral têm mais sensibilidade e argúcia do que nós, homens. Sou fã incondicional, assim como o Deputado Zezéu Ribeiro, dessa parte majoritária da humanidade.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 37/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-16:52

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8554 WASNY DE ROURE-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Exemplificação da discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho pelo ostracismo da atriz negra Marina Miranda. Menção à conquista de Medalha de Ouro pela atleta brasileira Daiane dos Santos na Copa do Mundo de Ginástica Olímpica, em Budapeste, Hungria.

---

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)  
- Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, durante toda a semana esta Casa renderá homenagens à mulher no seu Dia Internacional, e eu não poderia deixar de parabenizá-las por tão importante dia. Gostaria, porém, de fazê-lo de forma menos convencional, ou seja, quero, sim, cumprimentá-las por esse dia, mas quero também fazer uma breve análise da realidade vivida pelas mulheres em nossos dias.

É comum, todos os anos, no dia 8 de março, ouvirmos exaustivamente falar-se de como as mulheres se emanciparam, de como elas hoje ocupam espaços até pouco tempo atrás reservados aos homens, dos dados estatísticos que apontam as discriminações remanescentes, e até mesmo fazerem-se veementes protestos contra o machismo recrudescido. Mas eu gostaria, nesta oportunidade, de relatar



o que me ocorreu ontem, quando pensava em traçar alguns comentários para este dia tão especial.

No final da tarde de ontem, enquanto pensava no que iria dizer a essas discriminadas lutadoras, liguei a TV e, procurando um programa diferente, detive-me por alguns instantes em um programa da Bandeirantes, que apresentava, em um quadro intitulado "Longe dos olhos e perto do coração", uma velha conhecida de todo brasileiro que tenha visto televisão, por menor tempo que a ela se tenha dedicado. Trata-se de um rosto muito conhecido pelo povo brasileiro. Lembro-me dela em programas humorísticos, sempre encarnando figuras caricatas e, portanto, marginalizadas pela sociedade. Trata-se da atriz Marina Miranda, uma senhora de 73 anos, e negra. Sua simples presença causava tristeza, para não dizer emoção, tamanha era sua fragilidade emocional. Ela não se continha, e mal conseguia relatar o próprio sofrimento, agravado pelo estado de fragilidade da sua saúde, visivelmente oriundo das dores ocultas que o ser humano acumula no coração, principalmente quando, em certa idade, a pessoa muito tem a contribuir mas é colocada às margens do mercado de trabalho, praticamente sem assistência alguma; assim, diante do descaso, do desprezo e da anulação do trabalho realizado durante toda a existência, vê sua saúde esfacelar-se.

Infelizmente, essa é a realidade vivida pelos idosos de nosso País, especialmente pelas mulheres, mais ainda as mulheres negras. Não quero aqui fazer acusações nem me entristecer num dia que é dedicado às nossas irmãs, mães e companheiras. Quero apenas, com este relato, comentar o quanto ainda há por fazer em prol da luta por igualdade, fraternidade e liberdade, principalmente para a população que é discriminada, com ênfase para as mulheres.

Ontem, fui tocado pela atriz Marina Miranda. E também ontem uma outra mulher, uma jovem ginasta, também negra, vivia o inverso da dor de Marina. Vivia a glória de ter conquistado para o Brasil uma medalha de ouro na Alemanha.

Espero sinceramente que nos mobilizemos em favor da luta pelo fim de todo e qualquer tipo de discriminação, para que amanhã possamos não só comemorar o Dia Internacional da Mulher, mas também estender nossa alegria pelo fim das desigualdades, da opressão e da escravidão de milhares de irmãos que são



discriminados sem motivo algum, pois são cidadãos como nós, filhos do mesmo Pai, como qualquer um de nós.

Parabéns, mulheres, pelas conquistas já alcançadas!

Parabéns, mulheres, pela resistência, silenciosa ou não!

Parabéns por tudo, e perdão, em nome da minoria de homens brancos que, ao longo dos séculos escravizou, explorou e discriminou tantas mulheres.

Somos todos compostos da mesma matéria; portanto, não existe qualquer motivo para marginalizar alguém.

Vamos à luta, companheiras, sem jamais esquecermos o quanto ainda resta ser feito. Que as conquistas hoje aclamadas sirvam para lembrar o quanto ainda há por fazer.

Muito obrigado.



---

Documento 38/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:06

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8500 CARLOS SANTANA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, em todo o mundo, foi comemorado ontem o Dia Internacional da Mulher. Geralmente com talento e delicadeza, hoje em dia, essa data é comemorada com programação especial, com shows, eventos, cursos, filmes na televisão e no cinema e cardápios refinados em bares e restaurantes da moda.

As atividades gratuitas ligadas à literatura, as exposições, espetáculos teatrais e musicais marcam agora as homenagens às mulheres, mas nem sempre foi assim. Muitos se perguntam a origem do Dia Internacional da Mulher, e muitas são as versões sobre a origem dessa data. A mais mencionada é o fato ocorrido em 8 de março de 1857, quando 129 operárias da fábrica têxtil Cotton, de Nova Iorque, por terem iniciado uma greve reivindicando melhores salários, redução da jornada de trabalho e descanso aos domingos, foram trancadas, pelos patrões, dentro da fábrica e incendiadas vivas. Estudos mais recentes, porém, mostram que a origem da data pode estar ligada a outros fatos, como o papel das mulheres na revolução



rusa. No entanto, pouco importa saber qual a verdadeira origem, o que importa é que a trágica morte das operárias se converteu em símbolo da luta feminista, levando a 2ª Conferência das Mulheres Socialistas a propor a dia 8 de março como data histórica para reivindicar os direitos femininos, desde os políticos, como o direito ao voto, até humanos, entre eles, o combate à violência contra elas.

Apesar de se ter registrado avanço na consolidação dos direitos da mulher no mundo, no início do século XXI ainda não podemos dizer que as mulheres conquistaram uma posição de igualdade perante os homens. Operárias em greve já não são queimadas, e a mulher conquista a arte dos direitos pelos quais tanto lutou, mas o sexo masculino continua desfrutando de maior acesso à educação e a empregos bem remunerados. Além disso, Sr. Presidente, a violência física e psicológica contra a mulher continua a fazer parte do cotidiano da vida moderna.

Sabemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que todos os direitos das mulheres sejam reconhecidos. Por isso, queremos fazer uma retrospectiva para vermos o quanto tem sido grande a discriminação da mulher na sociedade. Desde a Antigüidade a mulher sofre discriminações. Na Grécia, elas e os escravos ocupavam a mesma posição social, e, em Roma, o paterfamilias legitimava o poder do homem sobre a mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Idade Média foi palco de uma das maiores perseguições contra a mulher: a caça às bruxas, quando a Igreja, por intermédio do Santo Ofício, a Inquisição, liderou verdadeiro massacre, qualificado como genocídio, contra o sexo feminino. Há referências de que no século XIV, em um único dia, foram executadas 3 mil mulheres. A opressão e a discriminação à época eram tamanhas, que as estatísticas de morte revelavam que, para cada 1 homem queimado vivo na fogueira da Inquisição, 10 mulheres tinham o mesmo destino. A inquisição perpetrou crimes silenciosos e permitidos.

Joana D'Arc foi um exemplo dessa época. Embora tenha optado pela guerra e chefiado exércitos buscando salvar a França contra os ingleses na Guerra dos 100 anos, foi acusada de feiticeira, o que ocultou o caráter político de seu processo.

Com o advento do capitalismo e das guerras, a mulher foi empurrada para fora do lar, deixando de lado a condição de apenas esposa e mãe para integrar o



mercado de trabalho. A consolidação do capitalismo trouxe também o surgimento de lutas e organizações em prol dos direitos da mulher, não só na França, mas nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Alemanha. As condições de trabalho eram ruins para os homens e muito pior para as mulheres.

Foi nesse contexto que as 129 tecelãs da fábrica de tecido Cotton iniciaram o movimento reivindicatório por aumento salarial e redução da jornada de trabalho para 12 horas, que deu origem à primeira greve organizada por mulheres. Os donos da fábrica norte-americana patrocinaram um dos episódios mais absurdos da História: a fábrica foi incendiada, e as operárias trancadas nas instalações da tecelagem, morrendo queimadas.

As duas Grandes Guerras Mundiais garantiram, em parte, mais espaço às mulheres no mercado de trabalho. Nas décadas de 30 e 40 foram consolidadas importantes conquistas femininas, como o direito ao voto. No Brasil, a participação feminina nas eleições foi permitida a partir de 1934, enquanto na França, Itália e Japão, só em 1945. Na Rússia, a Revolução de 1917 garantiu às mulheres o direito ao voto. Um ano mais tarde foram as alemãs e, no seguinte, as norte-americanas que ganharam o direito de ir às urnas. As mulheres deram um grande passo e conseguiram que a ONU decretasse 1975 como Ano Internacional da Mulher, o que revigorou o movimento feminista. Os anos 80 serviram para que os estudos sobre a condição da mulher fossem aprofundados, ocasião em que começaram a surgir os conceitos e a teoria de gênero.

Em 1993, a ONU realizou, em Viena, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos e reconheceu oficialmente todos os direitos das mulheres como direitos humanos. A Conferência recomendou que toda mulher tenha direito à vida; não seja submetida a tortura nem a tratamento cruel, desumano ou degradante; tenha igualdade na família, acesso a empregos em condições justas e favoráveis, entre outros.

Em 1995, aconteceu em Beijing, na China, a 4ª Conferência Mundial da Mulher. Nas declarações assinadas pelos países presentes, inclusive o Brasil, eles assumem o compromisso de garantir que todas as suas políticas e programas de governo reflitam uma perspectiva de gênero. Reconheceram também que a



promoção da equidade entre homens e mulheres é fundamental para a consolidação da democracia e o alcance dos objetivos de desenvolvimento e de paz para a humanidade.

No Brasil, porém, ainda existem muitos casos de violência contra a mulher. Na família e no trabalho, sobram discriminações. As mulheres vêm tendo mais acesso à educação e ao mercado de trabalho, mas há estatísticas provando que, às vezes, as mulheres produzem mais e, em geral, recebem menos que os homens pelo mesmo tipo de trabalho.

O atual modelo de globalização oferece certas mudanças e possibilidades para as mulheres, mas, como a base do sistema é a discriminação social e a exclusão dos pobres, a situação da mulher acaba refletindo a mesma segregação. A concentração da terra nas mãos de uma minoria, a diminuição de postos de trabalho e todo tipo de injustiça estrutural oprimem homens e mulheres, mas de certa forma acaba criando mais sofrimento para as mulheres. As mães de família são duplamente atingidas pelo desemprego. Mais do que o homem, a mulher é freqüentemente forçada a trabalhos sexuais aviltantes. A miséria econômica castiga mais as mães de filhos menores que ficam permanentemente com as crianças, sem ter como garantir comida, saúde e habitação digna.

Sr. Presidente, após essa breve retrospectiva e sem deixar de lado a questão social da mulher, quero também exaltar as qualidades do ser mulher, independente de condição social raça e credo. E começo citando um provérbio que diz que a "mão que embala o berço movimenta o mundo". Esse provérbio significa que a mulher é a guardiã da civilização, porque por natureza é incapaz de destruir ou abandonar o que está ameaçado. Serve, por isso, de contrapeso às forças do homem, por vezes destruidoras.

São os homens e mulheres diferentes, pois, na anatomia e na missão, mas iguais em dignidade e em direitos. E isso não é novidade alguma, haja vista o que diz o Livro de Gênesis: "Homem e mulher os criou", em igualdade total. Portanto, nobres parlamentares, faz-se necessário acabar com o escândalo da gritante desigualdade entre homens e mulheres. E, durante décadas, o Dia da Mulher tem servido como apelo para que essa nobre tarefa seja cumprida em âmbito mundial.



A luta, porém, continua longe de ser ganha — e basta consultar os relatórios da ONU ou simplesmente observar o mundo que nos rodeia, para nos dar conta dessa realidade.

Não é demais frisar que não é para se tornarem iguais ao homem que as mulheres comemoram o dia 8 de Março, mas, sim, para serem respeitadas e reconhecidas na sua própria maneira de ser, de pensar e de viver. Desejam as mulheres que, finalmente, seja valorizada sua insubstituível contribuição para a humanidade.

Ainda nos atendo aos preceitos bíblicos, vemos que muitas mulheres cristãs alinharam-se nessa luta. Fazendo uma releitura da Bíblia e da tradição cristã, o que descobrimos? Para começar — e por mais incrível que pareça — , a simples existência das mulheres: Sara, Rebeca, Lia e Raquel, e não apenas Abraão, Isaac, Jacob. Encontramos Marta, Maria, Salomé e outras discípulas de Jesus, e não apenas os 12 apóstolos. Encontramos também algumas grandes líderes políticas e espirituais, como Miriam, Débora e Judite e as muitas mulheres cujo nome evoca o milenar sofrimento feminino: escravas como Agar, segundas esposas como Raquel, viúvas como Noemi, imigrantes como Rute. Sem dúvida, a Bíblia reflete a realidade da vida das mulheres deste mundo. E não fica por aí. Ao afirmar a fundamental e indestrutível dignidade da mulher, coloca em questão essa realidade e abre horizontes completamente diferentes.

Nas palavras do Livro de Gênesis, mulher e homem foram criados à imagem de Deus. São filhas e filhos de Deus que trazem Sua imagem dentro de si. Na Bíblia encontramos também exemplos de convicção, de fé que se transforma em extraordinária força interior e que encontra expressão em ações corajosas e inteligentes como, por exemplo, no caso de Pua e Sifrá, duas parteiras hebraicas que, por reconhecerem a presença de Deus, se recusam a matar os recém-nascidos filhos de Israel, contrariando a ordem do faraó. Duas mulheres, entre muitas outras, numa longa tradição de dignidade e de liberdade, de uma memória rebelde, profundamente enraizada na fé no Deus da Vida.

Não, senhoras e senhores, não é para serem aceitas ou reconhecidas pelos faraós ou qualquer outro poder vigente que as mulheres lutam. Pelo contrário, em



nome do Deus Vivo, defendem com imensa criatividade a vida neste planeta, empenhando-se para fazer um mundo mais humano, para homens e mulheres. Inserindo-se na longa tradição, muitas mulheres cristãs hoje se sentem fortalecidas e encorajadas na sua própria determinação e nela descobrem fonte de ânimo, mesmo nos momentos mais difíceis.

O Cântico dos Cânticos apresenta como lugar de revelação e manifestação de Deus a aliança entre homem e mulher em termos de igualdade, sem submissões. A mulher é apresentada como companheira do homem, no mesmo nível e com a mesma dignidade. Ela tem iniciativa, é fiel e ardente. Não há a figura de sedutora do homem, mas de amor e entrega mútuos. Salvo raras exceções, a mensagem bíblica é inteiramente favorável à mulher.

Portanto, Sr. Presidente, é no suave toque de Deus, como diz o profeta Oséias, no abraço terno como de uma mãe ou de um pai, que encontramos essa nova energia que nos humaniza, cura e liberta. E é bom fazer transparecer, através de palavras e atos, neste mundo do 3º milênio, essa idéia, pois quem procura ligar a vida à sua fé sabe que as religiões têm grande dívida social com a causa da mulher.

A Bíblia proclama a igualdade fundamental entre homem e mulher; suas leis defendem o direito da mulher. No passado, porém, como ressaltai anteriormente, houve a Inquisição. Hoje trabalha-se nas Igrejas para que as mulheres tenham acesso aos ministérios sagrados, com o mesmo direito que os homens.

Sr. Presidente, ainda falando das qualidades das mulheres, quero aqui transcrever um escrito da escritora e poetisa Martha Medeiros que diz:

"Peça para um homem descrever um mulherão. Ele imediatamente vai falar no tamanho dos seus seios, na medida da cintura, no volume dos lábios, nas pernas, bumbum e cor dos olhos. Ou vai dizer que tem que ser loira, 1,80m, siliconada, sorriso Colgate. Mulherões, dentro deste conceito, não existem muitas: Vera Fischer, Letícia Spiller, Malu Mader, Adriane Galisteu, Lumas e Brunas.

Agora pergunte para uma mulher o que ela considera um mulherão... Você vai descobrir que tem uma em cada esquina.



Mulherão é aquela que pega dois ônibus para ir para o trabalho e mais dois para voltar e, quando chega em casa, encontra um tanque lotado de roupa e uma família morta de fome.

Mulherão é aquela que vai de madrugada para a fila garantir matrícula na escola e aquela aposentada que passa horas em pé na fila do banco para buscar uma pensão de 100 reais mensais.

Mulherão é a empresária que administra dezenas de funcionários de segunda a sexta, e uma família todos os dias da semana.

Mulherão é aquela que sai do trabalho e vai para a faculdade estudar até 24:00 para ter uma vida mais digna.

Mulherão é quem volta do supermercado segurando várias sacolas depois de ter pesquisado preços e feito malabarismo com orçamento.

Mulherão é aquela que se depila, que passa cremes, que se maquia, que faz dieta, que malha, que usa salto alto, meia-calça, ajeita o cabelo e se perfuma mesmo sem nenhum convite para ser capa de revista.

Mulherão é quem leva os filhos na escola, busca os filhos na escola, leva os filhos para natação, balé, leva os filhos para cama, conta histórias, dá um beijo e apaga a luz.

Mulherão é aquela mãe de adolescente que não dorme enquanto ele não chega, e que de manhã bem cedo já está de pé, esquentando o leite.

Mulherão é quem leciona em troca de um salário mínimo, é quem faz serviços voluntários, é quem colhe uva, é quem opera pacientes, é quem lava roupa para fora, é quem bota a mesa, cozinha o feijão e à tarde trabalha atrás de um balcão.

Mulherão é quem cria os filhos sozinha, quem dá expediente 8 horas e enfrenta menopausa, TPM e menstruação.

Mulherão é quem arruma os armários, coloca as flores nos vasos, fecha a cortina para o sol não desbotar o sofá, mantém a geladeira cheia e os cinzeiros vazios.

Mulherão é quem sabe onde cada coisa está, o que cada filho sente e qual o melhor remédio para azia.

Lumas, Brunas, Carlas, Luanas, Sheilas: mulheres nota 10 no quesito " lindas de morrer", mas mulherão é quem mata um leão por diapara sobreviver.



Parabéns para as mulheres e para os homens que reconhecem e merecem um mulherão!

Concluo esta homenagem às mulheres, com um poema que diz:

Mulher

Nunca eu hei de saber quem és, mulher,  
por mais que te ame e admire e louve. Só sei que a Deus criar-te aprovou, pois só  
Deus poderia dar-te o ser.

Tu és o mistério para o meu saber,  
tu és a melhor sorte que me coube;  
e, ainda que em teu ser todo me arroube, não poderei maior beleza ver.

Para mim és sublime maravilha, sejas irmã, esposa, mãe ou filha  
tu és, sem fundo, um poço de ternura.

Tu és o vaso de eleição mais vivo.

Muito obrigado.



---

Documento 39/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-15:08

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8503 SERAFIM VENZON-PSDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Encaminhamento de indicação ao Ministro da Previdência Social, Amir Lando, para criação da Agência Nacional da Previdência Complementar. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas das mulheres brasileiras. Prioridade do Congresso Nacional e da sociedade brasileira nas ações em favor da classe feminina. Elevado índice de violência contra a mulher no Brasil e no mundo.

---

O SR. SERAFIM VENZON (PSDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Emenda à Constituição nº 41, que trata da reforma da Previdência Social, na verdade alterou muito as regras para aqueles que querem aposentar-se com algum valor a mais do que recebem, com a criação da previdência complementar ou suplementar. Entendemos que essa foi — ou é — uma tentativa, na verdade, de privatizar grande parte da Previdência, que não pode ficar também ao léu, à mercê das agências de fundo de pensão. Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando a V.Exa., neste momento, um requerimento dirigido ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no sentido de que se crie uma Agência Nacional da Previdência Complementar.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também, nesta oportunidade, saudar a mulher brasileira, mãe, esposa, companheira e amiga de todas as horas. No dia 8 comemora-se o Dia Internacional da Mulher, instituído desde 1857.

No Brasil, a mulher tem persistido em trilhar o caminho da dignidade pessoal, em melhorar sua condição socioeconômica buscando o reconhecimento que tanto merece, em preservar suas virtudes e em conservar seus valiosos hábitos de bondade. Assim, houve a conquista, em 1934, do direito ao voto; em 1975 foram criados diversos comitês de debate sobre a questão da mulher; em 1978 intensificou-se a luta por creches e direitos trabalhistas, com salários iguais aos dos homens; em 1985 criou-se a primeira Delegacia da Mulher em São Paulo; em 1990 multiplicou-se o número de ONGs e serviços voltados ao atendimento da mulher; e finalmente, em 2003, instalou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República.

O compromisso do Congresso Nacional e da sociedade civil com a mulher deve primar pelo combate aos preconceitos, em ação consistente para eliminar a discriminação, pela inclusão social no mercado de trabalho, pela valorização da irmandade e pela justiça social.

Se hoje há competentes mulheres nos Tribunais Superiores do Poder Judiciário, 42 Deputadas Federais e 10 Senadoras no Poder Legislativo, e centenas delas exercendo cargos e funções de destaque no Poder Executivo, há que se reconhecer a grande distância a percorrer para alcançar a igualdade, fonte maior da fraternidade universal.

Informações de 2002 do IBGE revelam que, enquanto a renda média das mulheres negras era de R\$ 211,80, a dos homens brancos ficava em R\$ 698,07. A taxa de desemprego aberto por sexo e cor estava em 14,8% para as mulheres negras e 7,3% para os homens brancos.

Cerca de 2,3 milhões de crianças brasileiras de até 6 anos de idade vivem em casas chefiadas por mulheres pobres, com renda mensal de até 2 salários mínimos.

O crescimento do número de mulheres responsáveis por domicílios — hoje 27% — é um fenômeno associado à urbanização, à ocupação do mercado de trabalho



e à própria liberação feminina. Para a socióloga Graça Ohana, "o que leva cada vez mais mulheres ao mercado de trabalho não é, em princípio, o desejo de emancipação, mas a necessidade de sobrevivência". Segundo dados do IBGE, 41,4% da população economicamente ativa — PEA do Brasil é composta por mulheres. Elas representam 38% do volume total de empresários do País e respondem por uma em cada 3 iniciativas de negócios. Poderiam prosperar mais se conseguissem ultrapassar certas dificuldades, como deixar de ser o suposto "sexo frágil", alargar o tempo dedicado aos filhos, destruir obstáculos para contratar empréstimos bancários e diminuir o nível de estresse, prejuízo sofrido no desempenho de múltiplos papéis.

Apesar de inúmeras conquistas, 43% das mulheres brasileiras afirmam que já foram vítimas de algum tipo de violência. Uma em cada 5 queixa-se de agressão praticada por seus parceiros. Em Lima, no Peru, 90% das mães entre 12 e 16 anos foram estupradas; na França, 95% das vítimas de violência são mulheres e 51% sofrem agressões dos próprios maridos; nos Estados Unidos da América, a violência doméstica atinge de 2 milhões a 4 milhões de mulheres, resultando em 21 milhões de hospitalizações, a um custo de US\$ 44 milhões por ano.

Técnicos do Banco Mundial advertem que as brigas domésticas não são apenas uma violação dos Direitos Humanos, mas também um problema econômico, pois sobrecarregam a saúde pública e o sistema judicial, além de criar instabilidade emocional na família.

Para mim, a mulher é fonte de luz que ilumina a harmonia da relação dos seres, dos filhos e da sociedade; é a generosidade que alegra a existência e, com certeza, é o sol do mundo. Um pequeno trecho do poema "O Homem e a Mulher", do célebre pensador francês Victor Hugo, vem ilustrar minha postura de político e cidadão:

"O homem é a mais elevada das criaturas.

A mulher, o mais sublime dos ideais,

Deus fez para o homem um trono;

para a mulher fez um altar.

O trono exalta e o altar santifica.



O homem é o cérebro;

a mulher o coração.

O cérebro produz a luz;

o coração produz o amor.

A luz fecunda;

o amor ressuscita".

Que Deus continue iluminando os corações das mulheres e dos homens na concretização de seus sonhos, na convivência da paz e na efetivação da prosperidade para todos.

Muito obrigado.



---

Documento 40/67

---

014.2.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2004-17:26

Publ.: DCD - 10/03/2004 - 8630 JOÃO MENDES DE JESUS-PSL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Prática de preconceito e violência contra a mulher no mundo. Conquistas da classe feminina. Homenagem às mulheres brasileiras.

---

O SR. JOÃO MENDES DE JESUS (Bloco/PSL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que venho a esta tribuna homenagear as mulheres, especificamente as brasileiras, que, lado a lado com os homens, construíram este País e que, no presente, lutam para que o Brasil se torne um lugar mais justo, igualitário e democrático.

Quero deixar claro, porém, que a comemoração do Dia Internacional da Mulher, data marcante para todos nós, não se resume a apenas este dia. A mulher, eterna companheira do homem — avó, mãe, filha, esposa e colega de profissão e trabalho — deve ser respeitada e compreendida em toda sua nobre essência.

Sras. e Srs. Deputados, universalmente, a mulher sofre ainda diversas modalidades de preconceitos e violências, sendo vítima de assédio moral, sexual e econômico em seu ambiente de trabalho e dentro de casa.

Apesar disso tudo, são visíveis os avanços que a mulher conquistou. Ela hoje ocupa cargos de relevância em diversos setores da economia e da política,



levando para a sociedade o olhar feminino em relação à administração pública e privada. Com prudência, paciência e dinamismo para realizar seu ofício, características tão presentes na maioria das mulheres, elas fazem com que o chamado sexo forte passe a exercitar o ato de ouvir mais e, conseqüentemente, aprenda a negociar, melhorando assim as relações interpessoais.

Sr. Presidente, esta data tem de ser comemorada diariamente. Afinal, todo dia, todo mês, todo ano é dia da mulher. Conclamo, portanto, a sociedade a reconhecer a importância das mulheres em nossa vida.

Vivem na memória do povo brasileiro grandes mulheres, como Ana Pimentel Caramuru, primeira mulher donatária no Brasil e talvez a primeira a ser alfabetizada; Bertha Lutz, bióloga e líder feminista; Clara Camarão, índia de tribo potiguar, esposa de Felipe Camarão; Escrava Anastácia; Maria Quitéria de Jesus, voluntária que lutou pela Independência do Brasil, e Nísia Floresta, educadora e escritora.

Cito também, Srs. Parlamentares, Anita Garibaldi, republicana e idealista das causas da liberdade farroupilha; Princesa Isabel, única mulher a administrar o Brasil e responsável pela assinatura da Lei Áurea; Chiquinha Gonzaga, compositora e maestrina; Mirtes Campos, primeira mulher a advogar no Brasil, em 1906; Nair de Teffé, primeira caricaturista brasileira, que, em 1913, casou com o Presidente da República, Hermes da Fonseca; Tarsila do Amaral, artista plástica e um dos símbolos do Movimento Modernista de 1922, e Anita Malfatti, talentosíssima artista plástica.

E há muitas mais, Srs. Deputados, nomes de grande envergadura, como os de Cecília Meireles, maior poetisa do Brasil; Nise da Silveira, psiquiatra, que foi elogiado pelo mitológico Jung; Olga Benário Prestes, militante política, Rachel de Queiroz, escritora e primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras; Maria Clara Machado, dramaturga; Zuzu Angel, estilista e militante política; Cacilda Becker, atriz e empresária teatral; Clarice Lispector, escritora; Maria da Conceição Tavares, economista; Rose Marie Muraro, socióloga, líder feminista e escritora, além da tenista, a melhor do mundo no biênio 1959/1960, Maria Esther



Bueno, e da pediatra indicada pelo Governo brasileiro para o Prêmio Nobel da Paz, Zilda Arns.

Muito obrigado.



---

Documento 41/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:28

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9116 MARCELO ORTIZ-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Implementação do dispositivo constitucional sobre estabelecimento de igualdade entre o homem e a mulher com relação a direitos e obrigações.

---

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando da realização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o Parlamento brasileiro conseguiu aprovar o inciso I do art. 5º da Constituição Federal de 1988, cujo texto é o seguinte:

"Art. 5º .....

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Quem viveu aquela época sabe do intenso, árduo e penoso trabalho realizado por um grupo de Constituintes mulheres, apoiadas por aqueles que tinham sensibilidade para ver que não era mais possível a brasileira continuar sendo uma espécie de objeto, condicionada a um "não pode" ou "não deve", para transformá-la no que é hoje: uma companheira que ajuda, protege e tantas vezes é a construtora da vitória do seu parceiro.



O poeta Lamartine Babo é autor de frase que se espalhou pelo mundo: "atrás de um grande homem está sempre uma grande mulher". Durante toda a minha trajetória, tanto na vida pública quanto na Advocacia, fui um dos que tentaram corrigi-la, e contra ela ainda hoje protesto. Acredito que a mulher está ao lado do homem — aliás, muitas vezes à frente, puxando o seu marido, noivo ou companheiro para que ele alcance a vitória.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda que o texto constitucional tenha sido vitorioso, ainda que a mulher hoje esteja lado a lado com o homem, a grande verdade que não pode ser em nenhum instante ofuscada por uma caricatura que não traduz a realidade é que ela sofre na pele tratamento desigual. E esse tratamento desigual vai da dupla jornada de trabalho às diversas formas de violência que lhe é imposta, muitas vezes até em casa pelos seus próprios familiares.

É nessa condição que quero emprestar às mulheres a minha solidariedade no transcurso de data tão significativa. E peço àqueles que têm sensibilidade que possamos construir juntos, distanciados de quaisquer preconceitos, um mundo melhor, para que a mulher possa ser o que realmente é: a companheira que está firme na condução do lar, na criação dos filhos e na proteção do seu marido, do seu noivo, do seu esposo.

Com essas palavras, Sr. Presidente, em nome do Partido Verde brasileiro, quero ressaltar — e já se vão 15 anos — a sensibilidade dos Constituintes que fizeram inscrever no texto da nossa Carta Magna o inciso I do art. 5º. E, ao fazê-lo, cumprimento as nossas companheiras Deputadas Federais, Senadoras, Deputadas Distritais e Estaduais, Governadoras, Prefeitas, Vereadoras, taquígrafas e demais funcionárias que integram o corpo do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 42/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:22

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9078 IRINY LOPES-PT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas das mulheres brasileiras. Perdas salariais da classe feminina. Combate à violência contra a mulher. Solidariedade às mães vítimas do crime organizado no Estado do Espírito Santo. Homenagem póstuma à ex-Prefeita Dorcelina Folador, do Município de Mundo Novo, Estado do Mato Grosso do Sul, e à ex-Deputada Francisca Trindade.

---

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo a semana das mulheres. Apesar de sua importância, é muito pouco para discutir todas as questões relativas aos problemas, às especificidades e às necessidades das mulheres brasileiras.

O Dia Internacional da Mulher lembra episódio ocorrido no dia 8 de março de 1857 nos Estados Unidos. Naquele fatídico dia, operárias em greve foram mortas em seu local de trabalho, apenas porque ousaram se unir e reivindicar direitos. Pediam redução da jornada de trabalho, pois na época trabalhavam 12 horas por dia. A partir de então, elas se tornaram símbolo da combatividade das mulheres de todo o mundo todo.



Mas não foi só nesse momento que as mulheres mostraram sua capacidade de luta. Noutras ocasiões históricas, a mobilização das mulheres trabalhadores tem sido o ponto de partida de grandes transformações sociais, como na Rússia, em 1917, na Rússia, quando uma greve de tecelãs desencadeou revolução que foi vitoriosa e que iniciou uma série de experiências importantes para o mundo.

No Brasil, as mulheres têm obtido vitórias importantes na sua história recente. Começo lembrando a Constituição de 1988, que nos assegurou o direito à licença-maternidade, acompanhada da estabilidade provisória durante a gestação. Espero que esta Casa tenha sensibilidade, se ocorrer a reforma trabalhista, para preservar essas conquistas.

Prossigo ressaltando o avanço feminino nas diversas esferas de Poder, no Executivo e no Legislativo, em escala municipal, estadual e federal. É marca histórica no Governo do Presidente Lula a criação de uma Secretaria Especial com status de Ministério para debater, propor e conduzir as políticas públicas relativas às questões de gênero.

Apesar de todos os avanços que registro, ainda há muito a ser feito em nossa caminhada. O mercado de trabalho, em diversos setores, é ainda um dos grandes problemas que nós, mulheres, enfrentamos. Dados econômicos indicam que em 2003 o trabalho feminino sofreu significativas perdas salariais. Persistem as estatísticas terríveis da violência contra a mulher nas ruas, no trabalho e em casa. Segundo a Organização das Nações Unidas, as mulheres representam cerca de 70% da população em estado de miséria, na chamada "feminização da pobreza". Reforçando essa estatística negativa, registramos que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e que é crescente o número chefes de família do sexo feminino que criam sozinhas dos filhos.

Além das mudanças políticas e econômicas que podemos e devemos fazer, é preciso também criar nova mentalidade na relação entre os sexos. Exulto ao constatar que alguns homens se mostram sensíveis ao tema, como a organização não governamental chamada Papai, que desenvolve a campanha Laço Branco, homens pelo fim da violência contra a mulher. Empenho minha solidariedade a esses homens que mobilizam o Brasil em defesa das mulheres.



Os movimentos sociais têm papel importante a cumprir na busca de nova modalidade de relação entre homens e mulheres. Como disse nossa companheira Maria Angélica, da Executiva Estadual do PT-SP, "o movimento de mulheres e o feminismo trouxeram para a luta da classe trabalhadora uma postura e um componente de rebeldia que questionam as relações de poder entre os sexos, e que são relações de poder que perpassam mesmo os diferentes setores do movimento do próprios trabalhadores, inclusive aqueles que se colocam como portadores de profundas transformações da sociedade". É verdade: mesmo aqueles setores que se colocam na vanguarda e dedicam a vida a promover profundas mudanças sociais e políticas no País ainda não chegaram ao ponto de incluir no seu dia-a-dia nova postura em relação às companheiras de luta.

A luta por uma sociedade igualitária não se distingue da luta pela igualdade entre os sexos. Ambas requerem ações e concepções anticapitalistas, contrárias à exploração e à opressão tanto no ambiente privado quanto no público.

É necessário, em primeiro lugar, garantir os direitos já conquistados.

Em segundo lugar, é importante lutar para que o Estado cumpra seus deveres de amparo à mulher trabalhadora, fiscalizando as condições de trabalho, assegurando salário igual para trabalho igual, coibindo os assédios sexual e moral, viabilizando escolas e creches de qualidade para os filhos.

Em terceiro lugar, é bom reconhecer que também são trabalhadoras aquelas mulheres que labutam diariamente no espaço doméstico, realizando um trabalho diuturno e muitas vezes enfadonho, não remunerado e pesado. Um dos avanços possíveis seria a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 385/2001, de autoria da Deputada Luci Choinacki, que institui a aposentadoria das donas de casa, fazendo justiça àquelas mulheres que contribuem para o desenvolvimento do País, mesmo não tendo o reconhecimento devido.

No ano passado, o Seminário Contra a Violência Doméstica, realizado na Comissão de Segurança Pública, elencou uma série de medidas e iniciativas que poderiam ser tomadas o quanto antes possível, como o aperfeiçoamento das Delegacias de Atendimento à Mulher e a criação de abrigos à fim de proteger as vítimas.



Da mesma forma seria importante o exercício de rigorosa fiscalização das condições de trabalho das mulheres pelo País afora. Assistimos em 2003, também na Comissão de Direitos Humanos, a um vídeo produzido pela TV Record no qual se denunciava a situação de semi-escravidão vivida pelas canavieiras de São Paulo, realidade que não se diferencia muito de outras colheitas e regiões brasileiras.

No meu estado, o Espírito Santo, muitas mulheres sofrem pelas filhas e filhos mortos pela ação do crime organizado. A violência generalizada sobre a sociedade atinge as mulheres de forma particularmente cruel, desmontando vidas e lares, fazendo muitas sucumbirem à tristeza. Solidarizo-me com essas mulheres que não se dobram e querem transformar sua dor numa forma de cobrar do Estado providências.

Mas sempre há as mulheres que lutam, como a companheira Dorcelina Folador, Prefeita de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, também assassinada pelo crime organizado e cuja vida serviu de exemplo para as lutadoras de hoje. Lembro também a querida amiga Francisca Trindade, que nos deixou no ano passado, guerreira das causas populares cuja vida foi marcada pela firmeza e combatividade ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras de seu Estado, o Piauí, e de todo o Brasil.

A mensagem que precisamos reforçar é a da esperança de dias melhores para nosso povo, o que só será possível quando não houver mais opressão e exploração sobre a mulher.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 43/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-16:36

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9210 VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Preocupação com a crise política no Haiti. Homenagem à Irmã Santina Perin, religiosa brasileira defensora dos direitos dos haitianos. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solidarizo-me com o sofrido povo haitiano. Acompanhando pela imprensa o que lá acontece, e infelizmente sem acesso a uma fonte confiável que diga, com isenção de ânimos, o que está por trás da saída do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, prefiro me ater ao drama vivido por milhares de haitianos hoje desesperados pela incerteza — e o país já amargava antes a caótica posição de o mais pobre das Américas.

O Presidente Lula, em nome da paz, manifestou o interesse brasileiro em colaborar no processo de reconstrução daquele país, sem, entretanto, com isso, desejar ou impor ingerência externa, que não é a prática do seu governo.

O haitiano é um povo de luta, de resistência, de coragem. Tamanhas e históricas adversidades nunca lhe tiraram a capacidade de sobreviver, de desejar a liberdade, de viver com dignidade e paz.



No meio da década de 90, quando o ditador Raoul Cédras tomou o poder, expulsando e perseguindo o mesmo Jean-Bertrand Aristide, a onda de crimes, de perseguições e de tortura foi enorme.

Em julho de 1994, o ditador determinou que todos os que quisessem sair do Haiti poderiam fazê-lo, marcando como prazo final o dia 31 daquele mês e ano. Em relação ao episódio, quero citar a bravura, a coragem e a dedicação evangélicas das irmãs do Imaculado Conceição de Maria, do Rio Grande do Sul, que também têm casa em São Paulo. As freiras, as mesmas que agora decidiram permanecer no Haiti e do mesmo modo que aconteceu em 1994, anunciaram que abandonar o país seria abandonar o povo, abandonar os pobres, abandonar a luta, não era para isso que haviam entrado na Congregação e que não era essa a mensagem que o Deus da vida lhes havia transmitido.

Naquela época, a Irmã Santina Perin, gaúcha da cidade de Marau, decidiu sair do Haiti não como uma covarde, mas dentro de um pequeno barco de madeira, exatamente como tentavam deixar o país centenas de haitianos. Pretendia, com esse gesto, denunciar as arbitrariedades, as atrocidades e a dor vivida pelo povo haitiano, pois enquanto saíssem somente os haitianos, a ditadura militar pouco se importaria. E uma freira brasileira e branca certamente chamaria a atenção do mundo sobre a realidade do Haiti. Irmã Santina não estava só: no mesmo barco foram dois padres — um canadense e um guatemalteco.

Em um frágil barco, no qual só cabiam 30 pessoas, viajavam 69, em um mar infestado de tubarões. Irmã Santina, então com 54 anos, e o grupo que a acompanhava acabaram resgatados por um navio da Guarda Costeira dos Estados Unidos. Permaneceram um dia em Guantánamo, em Cuba, onde puderam manter contato, rezar e se solidarizar com centenas de haitianos que já haviam sido resgatados em alto-mar. Depois ela foi para os Estados Unidos e, em seguida, veio para o Brasil.

Sua bela história virou o livro *Pense no Haiti, Reze pelo Haiti*, verso da música de Caetano Veloso e do hoje Ministro Gilberto Gil. Escrito pelo jornalista Guilherme Salgado Rocha, que trabalha na minha assessoria de comunicação desde 1997, esse livro foi publicado pela Musa Editorial e conta, com detalhes, tudo o que



aconteceu. Guilherme Salgado Rocha o escreveu depois de entrevistar a Irmã Santina, já no Brasil, durante uma semana, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O livro é prefaciado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, que na época trabalhava na Rede Globo e estava no Haiti quando a freira e os dois padres decidiram sair no pequeno barco ("kantée", em creóle, a língua falada pelo povo haitiano). Foi-lhe solicitado que divulgasse os fatos apenas quando o barco estivesse em alto-mar, a fim de evitar a fúria dos militares haitianos, que suportavam, e até incentivavam, a saída dos negros e pobres, nunca a de uma freira e dois padres.

Absolutamente ético, Paulo Henrique Amorim esperou que alguém, em algum momento, lhe desse a senha, "o Jonas partiu", e somente aí enviou a matéria para o Jornal Nacional e para o Fantástico. O caso ganhou repercussão internacional.

Pois bem. Essa mesma mulher, a Irmã Santina, voltou ao Haiti pouco tempo depois, lá permanecendo até hoje. Ela e mais duas freiras da mesma Congregação, as Irmãs Davina e Beatriz, decidiram permanecer no Haiti, recusando a oferta do Governo brasileiro, que na semana passada enviou um avião para trazer os brasileiros que lá vivem. Dos 28 brasileiros, apenas quatro vieram. Irmã Santina e suas colegas vivem em um lugarejo denominado Leon, próximo a Jeremie, bem distante da Capital, Porto Príncipe. Jeremie é uma cidade à qual praticamente só se chega de avião, dada a precariedade da estrada.

Na figura da Irmã Santina Perin, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrados meus mais sinceros cumprimentos a todas as mulheres do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Exemplo de dedicação, de humildade, de carinho, de amor ao povo, de coerência evangélica, de força e de inteligência é a vida de Irmã Santina e de tantas outras mulheres espalhadas pelo mundo inteiro. Sem retórica, elas levam a mensagem da esperança, da fé, da caridade e do amor ao próximo.



---

Documento 44/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:06

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9068 ROBÉRIO NUNES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Visita do orador a Municípios do Estado da Bahia.

---

O SR. ROBÉRIO NUNES (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar as mulheres pelo seu dia, comemorado na última segunda-feira. A mulher hoje ocupa todos os espaços no Brasil. Constatamos sua ascensão a cada dia. E eu, pessoalmente, tenho uma esposa maravilhosa, que muito contribui para meu mandato.

Durante séculos, o papel da mulher incidiu sobretudo na função de mãe, esposa, dona de casa. Ao homem estava destinado um trabalho remunerado para sustentar a família. Hoje as mulheres estão integradas em todos os ramos profissionais, mesmo naqueles que, até bem pouco tempo atrás, apenas eram atribuídos aos homens, nomeadamente a intervenção em operações militares de alto risco.

Para conseguir os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que os homens, foi preciso protestar, reivindicar direitos, mostrar capacidade e enfrentar outras batalhas. O Dia Internacional da Mulher é sinônimo dessa luta por uma sociedade



mais justa, data em que se comemoram os direitos civis alcançados pelas mulheres ao longo da História.

Parabéns, mulheres, por conquistarem cada vez mais espaços!

Aproveito para registrar também que no último final de semana estive no Município de Macaúbas, minha terra natal, mais precisamente na Rua do Escritório, reunido com amigos e lideranças políticas, e também visitei as comunidades de Biritinga, Cipó e Taperoá, assim como o Município de Novo Horizonte, juntamente com o Prefeito Lourival e diversas lideranças políticas.

Saúdo essas comunidades, inclusive as de Bela Vista e de Ibitiara, divisa com Ibipitanga, em que fomos recebidos pela Sra. Flávia e por outras lideranças políticas daquele Município.



---

Documento 45/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:10

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9070 LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem às trabalhadoras rurais presentes no Distrito Federal. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Urgência na tramitação da proposta sobre estabelecimento de cota mínima de participação das Parlamentares na Mesa Diretora e nas Comissões Permanentes da Casa. Apoio aos projetos de lei concessivos de direitos à mulher.

---

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero homenagear as trabalhadoras rurais que estiveram em Brasília, demarcando o espaço da mulher camponesa, trazendo para a agenda do dia suas reivindicações e lutas.

Quero, de forma especial, saudar a delegação das mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais, que contribuiu para o sucesso da manifestação.

As manifestações do dia 8 de março estão explicitamente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, mais dignidade, justiça e igualdade. Essa luta é antiga e contou com a participação de inúmeras mulheres que, nos vários momentos da história da humanidade, resistiram ao machismo e à discriminação.



As mulheres passaram a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando melhoria das condições de vida e trabalho, participação política, fim da prostituição, acesso à instrução e igualdade de direitos entre os sexos.

Não podemos esquecer o nome de mulheres como a francesa Olympe de Gouges, condenada à morte e guilhotinada em 3 de março de 1793, por "ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo". Afirmava ainda: "Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve poder subir também à tribuna".

Como não lembrar de Clara Zetkin, famosa ativista pelos direitos femininos, propondo que o 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher, homenageando as tecelãs de Nova Iorque? E jamais podemos nos esquecer das 129 trabalhadoras tecelãs que no dia 8 de março de 1857 foram violentamente reprimidas pela polícia. Acuadas, refugiaram-se nas dependências da fábrica. Os patrões e a polícia trancaram as portas e atearam fogo. Asfixiadas, dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas.

Esse acontecimento constituiu um marco para o movimento de mulheres no mundo e em nosso País.

No Brasil tivemos mulheres como Bertha Lutz; Veridiana Prado; Maria Tomazia Figueira de Lima, abolicionista; Carlota Queiroz, primeira Deputada Federal; Luciana de Abreu; Anita Garibaldi; Pagu; Margarida Alves, assassinada pelo latifúndio; Nísia Floresta; Heleoneida Studart; Irmã Dulce; Lélia Gonzales, fundadora do Movimento Negro Unificado; Ligia Lessa Bastos; Maria Clara Machado, a grande mulher do teatro brasileiro; em especial D. Helena Greco, que dedicou, e ainda dedica, sua vida à defesa dos despossuídos, excluídos, menores de rua, mulheres vítimas de violência e minorias, a quem presto a minha homenagem enquanto Deputado, representante de Minas.

A essas mulheres e a tantas outras anônimas, minhas sinceras e profundas homenagens pelo Dia Internacional da Mulher.

Nos últimos anos o movimento de mulheres aprofundou a interlocução com o Legislativo e o Executivo — e, em menor medida, com o Judiciário — , tanto no sentido da regulamentação de dispositivos constitucionais, quanto no sentido da



implementação de políticas públicas que levem em conta a situação das mulheres e a perspectiva de equidade nas relações de gênero.

As brasileiras, enquanto integrantes e representantes de organizações do movimento de mulheres, estão articuladas e sintonizadas com o movimento de mulheres internacional, particularmente o latino-americano e o do Caribe.

O Movimento de Mulheres participou dos grandes fóruns internacionais e contribuiu com eles, a exemplo das Conferências Mundiais da ONU — sobre Direitos Humanos (Viena-1993), População e Desenvolvimento (Cairo-1994) e Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Beijing-1995) — e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Belém do Pará, 1994), da Organização dos Estados Americanos — OEA.

Outra ação recente e de grande envergadura tem sido a Marcha Mundial das Mulheres, que tem agregado setores como o movimento autônomo de mulheres, os movimentos popular e sindical, rural e urbano na luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres, sempre com forte ação feminista, e na luta por igualdade, justiça, distribuição de renda, recursos e poder.

Poucas foram as representantes que passaram por este Parlamento. No entanto, todas marcaram muita presença com suas atuações. É visível e necessário o crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional, desde a inesquecível presença de Carlota Queiroz e Bertha Lutz.

Sr. Presidente, tramita nesta Casa proposição que reserva cota mínima de 30% de cargos da Mesa e das Comissões Permanentes da Câmara. Acho importante que continuemos essa discussão, pois, se pegarmos a relação dos membros da Mesa Diretora, concluiremos que faltam o ar da graça e a competência feminina na condução dos trabalhos da Casa. De qualquer forma, as ações aqui propostas são de suma importância para o gênero feminino.

Quero destacar a instalação da Comissão Especial que vai discutir o Projeto de Lei nº 1.399, de 2003, do Deputado Renato Cozzolino (PSC-RJ). Ele institui o Estatuto da Mulher e prevê, entre outras medidas, que o Sistema Único de Saúde (SUS) garanta, periodicamente, exames de prevenção de câncer de mama, colo de útero, hipertensão e programas de acompanhamentos de pré-natal e perinatal,



além de programas de orientação, distribuição de medicamentos e dispositivos contraceptivos, entre outros.

Quero me somar à bancada feminina no Congresso e apoiar a discussão das propostas prioritárias que aqui relaciono:

1 - PL nº 3.996, de 1997, da Deputada Telma de Souza (PT-SP), que cria nas programações da RADIOBRÁS espaço institucional para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ONGs;

2 - PL nº 2.155, de 1999, da Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que dispõe sobre a publicação anual, pelo Poder Executivo, das atividades sociais relativas à mulher;

3 - PL nº 2.593, de 2003, da Deputada Maria do Rosário (PT-RS), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para proibir o assédio moral nas relações de trabalho;

4 - PL nº 2.915, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante, durante o trabalho de parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

5 - PL nº 2.518, de 2003, da Deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que institui os Juizados Especiais, para criar procedimentos próprios no caso de crimes que envolvam violência na situação de coabitação;

6 - PL nº 910, de 2003, da ex-Deputada Francisca Trindade, que estabelece incentivo fiscal às empresas que contratarem empregadas mulheres chefes de família;

7 - PEC nº 510, de 2003, do Deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que proíbe a exoneração de servidora gestante admitida para o exercício de cargo em comissão, de livre nomeação, e de servidora de cargo efetivo, durante o intervalo entre a confirmação da gravidez e 5 meses após o parto.

Finalmente, quero, mais uma vez, parabenizar a bancada feminina pelo empenho, bem como todas as mulheres brasileiras, especialmente a minha companheira Miraci e a minha filha Érica. Em nome delas faço uma homenagem às mulheres de Minas. Espero colocar em breve na pauta a discussão sobre a paridade entre homens e mulheres na condução deste nosso Brasil. Viva as mulheres!



Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa.



---

Documento 46/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:14

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9076 THELMA DE OLIVEIRA-PSDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Saudação ao ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, em visita à Casa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Início dos eventos relativos ao Ano da Mulher. Artigo de autoria da escritora Rose Marie Muraro, sobre a necessidade de maior investimento na educação feminina, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Cortes de recursos orçamentários destinados a programas sociais voltados à mulher. Persistência de desigualdades de renda e da violência contra a mulher. Defesa da expansão da participação política feminina. Caráter recessivo da política econômica do Governo Federal.

---

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação especial ao ex-Governador Dante de Oliveira, que nos prestigia com sua presença na Casa.

Sr. Presidente, no dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher e demos início às diversas atividades que marcarão 2004, como o Ano da Mulher.

Desejamos iniciar nosso pronunciamento parabenizando todas as mulheres combativas e corajosas que lutam para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido nossa reflexão é acerca da importância de o Brasil



investir na educação das mulheres, pois um estudo da UNICEF, o Relatório da Integração da Infância e da Adolescência Brasileira, de 2004, mostra que as crianças filhas de mães com baixa escolaridade têm 7 vezes mais possibilidades de serem pobres, 11 vezes mais possibilidades de não freqüentarem escolas, e assim por diante.

Em função disso nosso País precisa cada vez mais de aprofundar as políticas positivas que possibilitem proteção às crianças pequenas, cuidados com os mais velhos, com as famílias e também tratar de diminuir a desigualdade de renda, aliás, um dos maiores desafios do atual Governo.

Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, a escritora Rose Marie Muraro afirma que é a "própria espécie que evolui quando, além de se educarem, as mulheres partilham o poder com os homens". Afirma ainda que, nos países em que a mulher alcança perto de 50% do poder, a corrupção tende a cair drasticamente e que educar um homem significa educar um indivíduo, enquanto educar a mulher significa educar a sociedade. Portanto, as políticas sociais brasileiras devem priorizar cada vez mais as mulheres, pois isso representa ampliar o desenvolvimento humano.

Apesar de todos os avanços alcançados, ainda muito se tem a fazer para garantir cada vez mais a cidadania da mulher. Precisamos ampliar os direitos sociais da mulher brasileira e transformar a "sociedade de discursos" em "sociedade de práticas".

Essa prática se refletirá quando os Governos, em todas as esferas, municipal, estadual e federal, realmente destinarem recursos aos programas que beneficiem as mulheres e sejam prioritários de fato na gestão, não sofram cortes e/ou abandono, como aconteceu com o PETI, o Projeto Sentinela e o Projeto Alvorada, que faziam parte da Rede de Proteção Social e que beneficiava principalmente a mulher pobre.

Precisamos praticar cada vez mais o respeito à mulher trabalhadora, que ainda ganha salário inferior ao do homem, que não encontra vagas nas creches para deixar seus filhos e não dispõem de atendimento hospitalar e educação de qualidade. Precisamos de políticas sociais voltadas para as mulheres, seja na



área da saúde, educação, proteção social, de emprego e renda, para que assim possamos realmente ver seus direitos garantidos.

Precisamos praticar ainda o respeito à mulher vítima de violência, que, sem opção e/ou oportunidade se libertar, submete sua família a uma vida de sofrimento.

Na capital do meu Estado, Cuiabá, foram registrados em 2003, de acordo com a Delegacia de Defesa da Mulher, 2.019 casos de mulheres que sofreram violência doméstica, sendo 15% de violência sexual.

Mas, Sr. Presidente, que esperança podem ter essas mulheres trabalhadoras e combativas, quando, nos dias de hoje, vemos a política econômica do Governo Federal priorizar o compromisso com o FMI? O Governo Federal já informou a sua bancada que vai manter a meta de superávit de 4,25% do Produto Interno Bruto, sem nenhuma perspectiva de diminuí-la no ano que vem.

Como as mulheres do País poderão ter esperança de igualdade de condições, quando os números do IBGE indicam que o desemprego avança em grande escala a cada ano? Atualmente, neste Governo, para metade dos brasileiros, 49%, o desemprego é o principal problema.

De acordo ainda com o Instituto de Estudos Socioeconômicos, 30% dos recursos orçamentários autorizados pelo Congresso Nacional não foram executados no ano passado, Deputado Wilson Santos, o que atingiu a área social: saúde, educação, cultura, meio ambiente, desenvolvimento agrário, assistência e promoção social, segurança alimentar, serviços prestados pela FUNAI e pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Nossa expectativa é a de que a política social tenha prioridade este ano, vencendo a queda de braço com a política econômica do Governo Federal.

Precisamos ampliar a participação da mulher na política, porque representamos hoje nesta Casa apenas 8,2% das cadeiras.

Sr. Presidente, o Governo Federal precisa cumprir as promessas feitas em palanque, como a retomada de crescimento e a criação de 10 milhões de emprego. Mas o que vemos hoje é o desemprego neste País. Precisamos, sim, de políticas sociais, porque da forma como está a situação hoje, priorizando-se uma política econômica, conservadora, geradora de desemprego, nós estamos vendo



as mulheres e os homens deste País desanimados e desencantados com o Presidente eleito pela maioria do povo brasileiro, que esperava uma situação melhor para o Brasil, mas isso não vem acontecendo.

Espero que o Presidente Lula tenha coragem e determinação de priorizar o social, em benefício das mulheres lutadoras e combativas deste País.

Avançamos com a política de cotas, mas ela é apenas um dos caminhos. A saída está nos próprios partidos, que deve abrir a participação das mulheres em seus diretórios, financiando cursos e campanhas publicitárias.

Nesse sentido, desejamos mais uma vez chamar a atenção para a importância da aprovação por esta Casa da reforma política.

Aliás, considero a reforma política como a mais importante das reformas. Pois só através do fortalecimento dos partidos estaremos consolidando a democracia.

Com a fidelidade partidária e especialmente com o financiamento público das campanhas estaremos dando oportunidade a todos que disputam eleições em igualdade de condições, especialmente as mulheres.

Nossa expectativa enfim é a de que as promessas feitas em palanque sejam cumpridas: a criação de 10 milhões de emprego, pois fechamos 2003 com uma taxa média de 12,5% de desemprego, 60% de informalidade e 13% na queda de renda; a retomada do crescimento; a priorização da área social, haja vista que os cortes feitos no Orçamento deste ano atingem diretamente esse setor.

As mulheres deste País são lutadoras, combativas, trabalhadoras, comprometidas, mas não iremos avançar se tivermos trabalhando contra nós uma política econômica conservadora, geradora de desemprego e de desânimo a todos os brasileiros.



---

Documento 47/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-16:36

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9160 JOÃO ALFREDO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Artigos publicados pelo jornal O Povo em homenagem ao transcurso do Dia Internacional da Mulher. Manifestação de pesar pelo falecimento da Profa. Magnólia Guerra, da Universidade Federal do Ceará.

---

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, solicito sejam registrados nos Anais da Casa 4 artigos publicados, na última terça-feira, no jornal O Povo, de autoria de Maria do Socorro Ferreira Osterne, Mônica Dias Martins, Nilze Costa e Silva e Ana Matos, respectivamente, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Assinalo a passagem desse dia com um certo atraso, mas os artigos sintetizam posições avançadas sobre o assunto.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, consigno triste nota de homenagem póstuma pelo falecimento, hoje, em Fortaleza, da Profa. Magnólia Guerra, que lecionava no Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Tive a honra de ser seu orientando durante a realização de meu mestrado na área. A Profa. Magnólia Guerra foi pioneira no ensino do Direito Urbanístico, na velha Faculdade de Direito, que tem 90 anos de existência. Era viúva do Prof. Willis Santiago Guerra, notável processualista, e mãe de outros 2 professores,



Srs. Marcelo Guerra e Willis Santiago Guerra Filho, professor de Filosofia do Direito e meu colega de curso de graduação na UFC.

Perdem as letras jurídicas um grande nome e uma pessoa marcante. Magnólia Guerra, mais do que professora, era uma militante da causa da reforma urbana no Brasil.

Muito obrigado.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR



---

Documento 48/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:08

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9095 JURANDIR BOIA-PSB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Persistência de formas de discriminação de gênero no País. Relevância do papel desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Governo Federal. Homenagem póstuma à ex-Deputada Selma Bandeira e à psiquiatra Nise da Silveira. Desempenho da Prefeita Kátia Born, de Maceió, Estado de Alagoas.

---

O SR. JURANDIR BOIA (PSB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana está sendo marcada por justas homenagens às mulheres guerreiras de todo o mundo. O Dia Internacional da Mulher, comemorado segunda-feira, ganhou reforço com a instituição de 2004 como o Ano Nacional da Mulher.

Acreditamos que a mulher sempre teve um papel essencial na construção de nossa sociedade, embora muitas vezes a própria história oficial não lhe tenha feito justiça, deixando-a em segundo plano.

Apesar de todo o progresso alcançado pela civilização, a discussão de um velho tema ainda se faz atual. Trata-se da discriminação de gênero. É dever de todo



brasileiro prevenir e combater todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, garantindo-lhes os direitos assegurados anteriormente e avançando em novas conquistas.

A igualdade é o mais importante princípio da democracia. Portanto, é preciso acabar, de uma vez por todas, com o preconceito, o racismo, a discriminação e a exclusão social das mulheres, em qualquer segmento social ou profissional.

A discriminação e a falta de oportunidades de trabalho para as mulheres acontecem em todos os níveis e se refletem até mesmo numa alta corte, como é o caso do Congresso Nacional. Se não, vejamos. A Câmara e o Senado somam 594 Parlamentares, mas, destes, apenas 53 são do sexo feminino.

Esse é apenas um dado que reforça a necessidade de continuação da luta para ampliar os espaços para as mulheres brasileiras, em todas as esferas. Se esse tipo de discrepância ocorre nesta Casa, o que dizer, então, das camadas sociais menos privilegiadas?

O que não ocorre com aquela empregada doméstica que mora na favela e necessita trabalhar todos os dias, para sustentar a família, na qual, muitas vezes, o marido está desempregado ou abandonou o lar? E quanto àquela outra mulher que, com muita dedicação, conseguiu fazer um curso superior, especializou-se em sua carreira e, mesmo assim, comparativamente, ainda ganha menos que o homem que atua em função semelhante?

É certo que nossa legislação precisa melhorar, para que as mulheres tenham mais oportunidades e possam dar suas contribuições em todas as áreas onde suas ações se fizerem necessárias.

Não são poucos os desafios que ainda temos a vencer nesse campo. Crianças e mulheres constituem a maioria daqueles que vivem em situação de pobreza em todo o mundo. Elas também são a maioria entre os civis mortos ou mutilados em conflitos, além de também fazerem parte do grupo mais vulnerável à contaminação pelo HIV.

Em nossa sociedade, os direitos das mulheres são violados diariamente. A igualdade não foi atingida em sua plenitude, apesar dos avanços e das lutas de entidades governamentais e não-governamentais.



A Constituição Federal proíbe qualquer forma de discriminação em função de sexo, idade, condições físicas e mentais, raça, opção ideológica, etc. Porém, na prática, a mulher continua sendo aviltada em seus direitos.

A saúde, por exemplo, é um dos direitos fundamentais da mulher, pois a função reprodutiva a expõe a riscos. Por causa disso, nos países pobres 90% das mulheres morrem devido a causas relacionadas com a gravidez e o parto. Esse é um quadro que requer um grande esforço mundial para ser revertido.

Outro problema é a sobrecarga de trabalho. Além de enfrentar muitas vezes a dupla jornada de trabalho, as mulheres ainda sofrem discriminação e recebem menores salários que os homens. Pesquisa do site Feminino Plural, do ano passado, revelou que 28,5% das entrevistadas se queixam de cansaço devido à dupla jornada e 21,3% se queixam de discriminação de gênero.

O Governo Federal luta pela promoção da igualdade, mas temos que avançar na questão dos direitos, através de políticas públicas capazes de superar a desigualdade e eliminar todo tipo de discriminação.

Temos consciência de que esse desafio é enorme. Infelizmente, nosso País ocupa um lugar de destaque no campo da desigualdade, pois 40% dos analfabetos adultos são mulheres. A cada 2 horas, uma brasileira morre por motivos relacionados à gravidez e a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência no País.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi um dos primeiros atos do Governo Lula na luta pela superação desses problemas. Ciente da longa jornada que ainda temos que empreender para atingirmos a plena igualdade entre as pessoas, nesta oportunidade parablenizo todas as bravas mulheres brasileiras que vivem em todos os rincões desse País. Parablenizo em especial todas as Deputadas e servidoras desta Casa.

Nesta ocasião, não poderia deixar de homenagear todas as mulheres de Alagoas, através de grandes expressões, como a saudosa Deputada Selma Bandeira (em memória). Ela foi uma grande representante do socialismo no nosso Estado, uma guerreira que nunca fugiu à luta, mesmo nos árduos anos da ditadura militar. Também reverenciamos outra alagoana já falecida, a psiquiatra Nise da Silveira,



que revolucionou o tratamento de pessoas com transtornos mentais. Em vez de choques elétricos, ela humanizou a medicina, tratando-os com oficinas de arte. Fundou o Museu do Inconsciente, onde expôs as obras dos pacientes.

Assim como no resto do País, em Alagoas, várias figuras femininas aumentam ainda mais o nosso orgulho. Pensando nisso, é na pessoa da Prefeita da capital, Kátia Born, que concentramos nossas homenagens, por entender que ela representa muito bem esse contingente de lutadoras incansáveis, que jamais desistem de seus ideais.

Nossos cumprimentos a todas as mulheres deste País, e melhores dias para atingirmos a plenitude da cidadania feminina.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação pelos meios de comunicação da Casa deste pronunciamento.

Muito obrigado.



---

Documento 49/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:10

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9097 DR. HELENO-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, na privatização do sistema de água e esgoto. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. DR. HELENO (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao visitar Itatiaia, grande pólo de turismo do Estado do Rio de Janeiro, constatei uma violência sendo cometida pelo Executivo dessa cidade contra o povo de tão belo Município. Um dos mais valiosos tesouros de Itatiaia vem sendo subtraído dos cidadãos. Por essa razão, venho ao plenário desta Casa apresentar denúncia contra a arbitrariedade do Executivo local, que repassou à iniciativa privada o sistema de água e esgoto.

O processo teve início quando o Prefeito decidiu enviar à Câmara de Vereadores projeto de lei visando autorizar a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto do Município. A matéria foi votada sob pressão. O projeto, sobre a privatização do sistema de água e esgoto de Itatiaia, teria um procedimento normal, se a legislação em vigor tivesse sido respeitada.



A proposição estabelece, inicialmente, prazo de 30 anos para a concessão de um serviço público, um ato anômalo nesses tipos de contratos administrativos. Como se isso não bastasse, o projeto de lei não foi minudente o bastante para explicitar a necessidade de lapso temporal tão dilatado para recuperar o investimento que se vai realizar. Tipifica-se, de forma irrefragável, a infringência ao princípio da razoabilidade.

Segundo parecer jurídico exarado pela Assessoria da própria Câmara Municipal de Itatiaia, o projeto de lei em questão não atende aos princípios constitucionais que devem reger a administração pública: o da eficiência, o da moralidade, bem como outro que deve está inserto nas práticas administrativas, que é o da razoabilidade. Peca também no aspecto tributário, quando é infenso à especificidade tributária que o caso demanda.

Outro fato que pode ser considerado gravíssimo é que a proposição não foi discutida em audiências públicas. Não se fixou valor de tarifas. Ou seja, foi um presente da administração pública para a iniciativa privada, operação feita na obscuridade, eivada de ilegalidade, transbordante de desrespeito aos cidadãos de Itatiaia.

Dada a gravidade do fato, enviarei denúncia consubstanciada ao Ministério Público, para que possamos livrar o povo de Itatiaia dessa arbitrariedade cometida pelo Poder Executivo Municipal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda abordar outro tema. Comemorou-se no último dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher. Falar desse ser feminino é lembrar de suas lutas e conquistas, principalmente no século XX e no início do XXI; é lembrar dos grandes nomes que deixaram marcas na história, como o da primeira brasileira a publicar, em 1752, um romance, Aventuras de Diófanos, a paulista Tereza Margarida da Silva Horta.

Mas o símbolo que escolhemos para esta homenagem é o da mulher negra, pobre, sem qualquer amparo e que luta com tenacidade para sua sobrevivência. Lamentavelmente, nos dias de hoje, apesar de todo o esforço cristão e governamental para dissipar o preconceito, ela ainda sofre resquícios dessa



intolerância por parte de certos segmentos da sociedade. A mulher negra e pobre foi escolhida como a nossa heroína nesta homenagem.

Essa dupla discriminação que sofrem essas mulheres, sobretudo as chefes de família, situação bem comum em nossa região, a Baixada Fluminense, foi o que nos fez optar por essa escolha.

Existem algumas organizações não governamentais que focam o seu trabalho nessa faixa da população. É o caso do Projeto Crioula, no Estado do Rio de Janeiro, liderado por uma médica, Jurema Werneck. Nascida e criada no Morro dos Cabritos, trabalha na disseminação de informações sobre métodos anticoncepcionais, por ter constatado que, em grande parte, as jovens negras eram cirurgicamente esterilizadas. Essa ONG do Morro dos Cabritos é merecedora dos nossos aplausos.

Da mesma forma aplaudimos o movimento de um grupo de mulheres que prepara leis contra a violência doméstica. Fui Juiz de Paz em Duque de Caxias, promovi milhares de casamentos durante os 12 anos de exercício da atividade e, nas recomendações aos nubentes, sempre considerei a mulher o pilar principal do casamento. Nunca pude aceitar a possibilidade de ela sofrer qualquer tipo de violência. Daí o nosso apoio a esse movimento feminista que pretende chamar a atenção dos colegas para sua reivindicação.

Segundo a liderança do movimento, o objetivo é a criação de uma legislação como o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Estatuto do Idoso. A lei deve garantir a proteção às vítimas, o acesso aos serviços de saúde e, principalmente, o estabelecimento de formas de se prevenir esse tipo de agressão.

Estou pronto para apoiar qualquer tipo de movimento que vise alcançar esses objetivos, mais do que justos. Afinal, sou cristão, e o cristianismo veio também para dignificar o real papel da mulher no contextos mundial e familiar.

Parabéns a todas pelo Dia Internacional da Mulher!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 50/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:28

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9125 LUIZ BITTENCOURT-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Associação às manifestações parlamentares ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem a mulheres notáveis do Estado de Goiás. Atividades desenvolvidas pela Academia Feminina de Letras e Artes.

---

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo, nesta tarde, associar-me às manifestações de júbilo aqui expressas por diversos Parlamentares, festejando o Dia Internacional da Mulher. Mas quero homenagear a mulher índia, a mulher negra, a mulher trabalhadora, a mulher mãe do Brasil, todas guerreiras por um mundo melhor, mais fraterno, mais justo e mais solidário. Em especial, entretanto, destaco a mulher do meu Estado, a mulher de Goiás, aquela que contribui para que, todos juntos, possamos construir um país economicamente desenvolvido e socialmente progressista.

Saliento as figuras de mulheres notáveis do meus berço natal: a cantora e pianista Maria Angélica da Costa Brandão, a escritora Marieta Teles Machado, a historiadora Célia Coutinho Seixo de Britto, a poeta Vilda Guerra Fernandes, a romancista Rosarita Fleury, a musicista Ana Xavier de Barros Tocantins, a



professora Maria Paula Fleury de Godoy, a botânica Amália Hermano Teixeira, a cronista Nair Perillo Richter, a contista Augusta de Faro Fleury Curado, a folclorista Regina Lacerda e outras tantas que estão inseridas na galeria dos vultos femininos do passado, vultos que honram as nossas mais caras tradições culturais. Foram mulheres de história, sempre lembrada pelas novas gerações do meu Estado.

Quero homenagear, ainda, Ana Lins Guimarães Peixoto Bretas, a nossa poeta Cora Coralina, autora de belos poemas sobre os becos da Cidade de Goiás, Patrimônio Cultural da Humanidade, louvada e reconhecida por Carlos Drummond de Andrade como a doce mulher do Vintém de Cobre e das Estórias da Casa Velha da Ponte.

Impossível também é esquecer Eurydice Natal e Silva, jornalista, tradutora e ilustre intelectual de Vila Boa, fundadora e primeira Presidente da Academia de Letras de Goiás, na antiga Capital, em 1904.

Do mesmo modo, há de se enaltecer a figura de Julieta Fleury da Silva e Souza, baluarte da luta pelos direitos políticos da mulher, juntamente com Berenice Artiaga, Almerinda Arantes, Benedita Chaves Roriz Villa Real e Ana Braga.

Tenho a recordar sobretudo a pianista Mariana Augusta Fleury Curado, a pedagoga Nelly Alves de Almeida, a renomada cantora dos saraus de Vila Boa, a pintora e musicista Alice Augusta de Sant'Anna Coutinho, a professora Aída Felix de Souza, a pesquisadora e biógrafa Maria das Dores Campos, a cronista Graciema Machado de Freitas, a escritora Ada Ciocci Curado e a pedagoga Edla Pacheco Saad, mulheres de talento que dignificaram as letras e as artes de minha terra; mulheres de estirpe de Tereza de Alencastro Caiado de Godoy, Consuelo Caiado, Genezy de Castro e Silva, Maria Ferreira, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, Ana de Brito Miranda, Anita Fleury Perillo, Zilda Diniz Fontesi, Indalícia Guedes de Amorim Coelho, Sílvia Lourdes do Nascimento, Floracy Artiaga Mendes, Nilda Chaves Roriz de Almeida, Ana Xavier de Barros Tocantins, Dinorah Pacca, Josephina Pinheiro de Lemos Mendes, Ana Chrissy de Siqueira e Silva, Maria José da Silva, Haydée Jayme Ferreira, Yêda Sócrates do Nascimento, Celuta Mendonça Teles e Maria Adalgisa de Amorim Caiado.



No Dia Internacional da Mulher registro a memória dessas personalidades femininas por mim nomeadas no breve pronunciamento que ora faço. Da oportunidade me aproveito para ressaltar a intensa atividade que desenvolve no meu Estado a Academia Feminina de Letras e Artes, idealizada e fundada por Rosarita Fleury, primeira mulher goiana premiada pela Academia Brasileira de Letras, historiadora, romancista, poeta e cronista. Essa instituição é atualmente presidida pela escritora Augusta Faro Fleury de Melo, mulher de fino e muito talento que já tem uma vasta bagagem literária em livros publicados por várias editoras nacionais. E é assim que homenageio a mulher do Brasil e do mundo prestando o meu tributo de admiração e de respeito aos mais notáveis vultos femininos de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 51/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:28

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9127 ANTONIO NOGUEIRA-PT -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar minha homenagem às mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, e dizer que hoje a participação delas é essencial para o desenvolvimento do País.

Se analisarmos a história, veremos o quanto foi difícil para elas alcançar certos direitos, como o voto, por exemplo. Atualmente, a participação feminina nesta Casa é exemplar, e por isso parabênizo minhas colegas Parlamentares.

Este é o Ano da Mulher, e não devemos encarar esse fato apenas como uma homenagem, mas, sim, como uma forma de resolver os problemas ainda enfrentados pelas mulheres, como a violência doméstica. Não podemos mais aceitar que alguns homens se sintam no direito de agredir uma mulher por um sentimento de posse ou por ciúme. E esse tipo de crime ainda resiste porque muitas mulheres sentem vergonha da agressão sofrida e a escondem.

As mulheres devem denunciar toda e qualquer agressão. Só assim poderemos acabar com a impunidade. Muitas mulheres não as denunciam porque acham que



a pena imposta ao agressor é pífia: alguns são condenados a pagar cestas básicas para instituições de caridade, e isso é ridículo. Nós que fazemos as leis deste País temos a obrigação de mudar essa situação e punir os agressores de forma dura, com cadeia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 52/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:28

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9079 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Participação em manifestações realizadas ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene em homenagem às mulheres. Instalação, pelo Presidente João Paulo Cunha, da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de criação do Estatuto da Mulher. Apoio à PEC que concede benefício de aposentadoria às donas de casa. Instalação do Instituto Internacional de Neurociência, em Natal. Realização do 1º Simpósio Internacional de Neurociência. Convite ao neurocientista Miguel Nicolelis para participação em audiências nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Educação e Cultura da Casa.

---

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, registro desta tribuna manifestações que estão ocorrendo em todo o País, marcando mais uma jornada de luta, alusivas exatamente ao Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, segunda-feira, em Natal, capital do meu Estado, participei de várias manifestações promovidas pelo Fórum Estadual de



Mulheres, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo meu partido e por diversas outras entidades.

Tivemos, ontem de manhã, sessão solene do Congresso Nacional, no plenário do Senado Federal, em homenagem às mulheres; à tarde, houve exposição de fotos sobre a mulher brasileira, na Casa; às 15h, o Presidente João Paulo Cunha instalou Comissão Especial, criada em função da lei recentemente sancionada pelo Presidente Lula que decretou 2004 o Ano Nacional da Mulher.

Hoje, Sr. Presidente, temos programação muito importante: a luta em defesa da proposta de emenda à Constituição que visa conceder aposentadoria para as donas de casa, de autoria da Deputada Luci Choinacki. Caravanas de todos os Estados já estão em Brasília. Neste exato momento, está sendo realizada audiência com o Ministro da Previdência Social; mais tarde, será realizada audiência com o Ministro Patrus Ananias; às 16h, o Presidente desta Casa receberá essa caravana de mulheres, juntamente com a Deputada Luci Choinacki e a bancada feminina, quando faremos a entrega de um documento com centenas de assinaturas.

Esperamos que essas iniciativas sensibilizem esta Casa, para que avancemos no intuito de aprovar essa proposta que visa conceder aposentadoria às donas de casa, o que será, sem dúvida alguma, grandiosa atitude, pois reconheceremos o direito desse segmento até hoje tão abandonado.

Em segundo lugar, quero dizer que hoje, em mais uma reunião de trabalho, a bancada nordestina, da qual faço parte, teve a oportunidade de conhecer o projeto do Instituto Internacional para a Neurociência de Natal. Tivemos a alegria e a satisfação de receber o seu idealizador, o Prof. Dr. Miguel Nicolelis, neurocientista da Universidade de Duke, na Carolina do Norte, Estados Unidos da América.

Para a alegria da população do Rio Grande do Norte, esse instituto está sendo instalado em Natal, o que é uma experiência extremamente rica para o nosso Estado.

Foi realizado no último final de semana, em Natal, o 1º Simpósio Internacional de Neurociência. Na ocasião, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, assinaram vários convênios



com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado, no total de 4 milhões de reais, para a implantação do Instituto, que será instalado na Escola Agrícola de Jundiáí, em Macaíba, região metropolitana de Natal.

Esse ousado projeto visa descentralizar a produção científica e tecnológica do eixo Rio— São Paulo, que hoje concentra 70% dessa produção no Brasil. O objetivo é estimular a produção de ciência de ponta no Norte e no Nordeste, a fim de promover o desenvolvimento dessas regiões, fazendo a repatriação de um verdadeiro exército de cientistas brasileiros que hoje servem a outras nações por falta de oportunidades no Brasil. Para se ter uma idéia, somente na década de 90, o Brasil perdeu 5% de doutores, o que dá uma média de 140 por ano, ao custo de R\$ 300 mil investidos em cada um.

O projeto prevê a criação de uma escola para crianças carentes e a implantação do primeiro centro de saúde mental infanto-juvenil, que vai cuidar de crianças com distúrbios mentais, tornando-se um centro de referência em todo o mundo. O Instituto contará com um museu da história da ciência brasileira e um parque ecológico. Além do Rio Grande do Norte, o projeto pretende implantar outros 11 centros estratégicos em outros Estados das Regiões Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta do Instituto nasceu de um consenso entre cientistas brasileiros que moram no exterior e querem colaborar com o desenvolvimento social e econômico do País através da ciência. A realização desse projeto será um fator primordial para redução dos desequilíbrios que comprometem o avanço seguro de nosso País.

Os Parlamentares nordestinos demonstraram muito interesse no projeto. A fim de incentivar a realização dessa proposta e dar ciência ao maior número de Parlamentares possível, estamos encaminhando requerimento às Comissões de Ciência e Tecnologia e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para debater e conhecer de forma mais detalhada esse projeto, que pode vir a ser um marco na história da ciência brasileira.

Como disse, a idéia do Prof. Miguel e sua equipe de cientistas é fazer com que, a partir da criação do Instituto de Neurociência em Natal, esse projeto seja ampliado aos demais Estados das Regiões Norte e Nordeste.



A bancada do Nordeste ficou encantada com a apresentação do Prof. Miguel, que teve como objetivo dar a esta Casa oportunidade de ter conhecimento mais aprofundado acerca dessa iniciativa.

Muito obrigada.



---

Documento 53/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:12

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9074 LINCOLN PORTELA-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, não poderíamos falar de seus direitos sem oferecer uma visão de sua atual posição dentro da nossa sociedade.

O desenvolvimento social, político e cultural sofreu, nas últimas décadas, a grande influência da maneira de pensar, existir, viver e agir das mulheres.

No Brasil, as mulheres constituem metade da população, cerca de 30% da força ativa de trabalho, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das pequenas empresas brasileiras são administradas por elas.

No tocante às lutas gerais dos brasileiros, as mulheres desempenham um papel marcante, o que nos tem levado a uma evolução democrática. Politicamente também avançaram, mas ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares; afinal, trata-se de uma conquista recente.



A presença da mulher na vida pública não configura somente uma conquista feminina; transforma também as relações políticas no mundo. Relatório recente do Banco Mundial afirma que os países mais machistas são mais pobres.

O movimento feminista vem desenvolvendo-se e rompendo barreiras, o que tem sido determinante para as grandes mudanças de comportamento em relação à igualdade dos direitos da mulher.

No entanto, apesar de todas as mudanças, conseguidas com enormes dificuldades, elas continuam enfrentando diversos problemas. Em tempos de guerra ou de paz, do nascimento até a morte, as mulheres do mundo inteiro são submetidas à discriminação e à violência. Infelizmente, ainda são mutiladas, violadas e espancadas. No Brasil, a cada 15 minutos uma mulher é agredida, e na maioria das vezes pelos próprios companheiros, maridos ou namorados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as atitudes em relação às mulheres mudaram, e para melhor, mas muito ainda precisa ser melhorado. A questão salarial é uma delas. Pesquisa do IBGE revela que a mulher ganha 40% menos que o homem, apesar de ter, em média, 1 ano a mais de escolaridade, e muitas vezes mais cursos e especializações.

Quero, mais uma vez, congratular-me com todas as mulheres deste País, convicto de que todos precisamos lutar pelos direitos humanos, sobretudo pelos direitos das mulheres — e o principal, pelos menos para este Parlamentar, é o direito à dignidade.

Para mim, a violência contra a mulher é, em termos de direitos humanos, o pior escândalo da nossa época.



---

Documento 54/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-15:28

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9130 TELMA DE SOUZA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Regularização de documentos das mulheres brasileiras. Crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Participação da oradora na Comissão Especial destinada ao exame da proposta de criação do Estatuto da Mulher. Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Relevância dos trabalhos realizados pela Irmã Maria Dolores Muniz Junqueira junto às comunidades carentes na Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Implantação, pela religiosa, do Centro de Parto Normal Dr. David Capistrano Filho. Proposta de inclusão do nome da Irmã Dolores na lista de indicados para o Prêmio Nobel da Paz.

---

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que ocupo esta tribuna para registrar a passagem de uma data emblemática — o 8 de Março — , que resiste ao tempo e adquire cada vez mais força.



Não se trata de mais uma data temática, e que até há pouco tempo era evocada muito mais por expectativas do que realizações. Digo isso porque uma das primeiras medidas do Presidente Lula, logo no primeiro dia de governo, foi criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no momento comandada pela ilustre Ministra Nilcéia Freire. Tal atitude demonstra o reconhecimento de que o Estado deve exercer sua responsabilidade na elaboração e execução de políticas de igualdade entre homens e mulheres, a fim de se contrapor aos perversos efeitos da desigualdade social, que, certamente, vem provocando maior exclusão para as mulheres. Em outras palavras, é preciso tratar desigualmente os desiguais: a promoção de ações afirmativas para as mulheres precede o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres.

O Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Nesse sentido, será realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, programada para junho, em Brasília, e que deverá propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Além disso, já estão sendo realizadas conferências municipais, regionais e estaduais, etapas precedentes e democráticas, que contemplam a ampla participação das mulheres brasileiras nas diferentes regiões. Outra medida fundamental, anunciada pela Ministra Nilcéia Freire na semana passada, refere-se ao mutirão nacional que será desenvolvido até o final de março, no sentido de regularizar a documentação das residentes no meio rural e urbano, o que possibilitará acesso ao microcrédito e a programas de habitação, que serão ampliados com a participação da Caixa Econômica Federal. Essa iniciativa merece ser reforçada e valorizada, pela possibilidade de fortalecimento concreto das experiências de associativismo e cooperativismo geradoras de emprego e renda, certamente prioritários no atual Governo.

Medidas como essa vão ao encontro das necessidades historicamente ignoradas das mulheres. Apesar do contínuo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, nas últimas 4 décadas, isso ocorreu sob condições muito desiguais. O rendimento salarial médio dos homens é 29% superior. Além disso, 50% das mulheres que conseguem trabalhar vivem com um salário mínimo ou



menos e são as únicas responsáveis pelo sustento de 27 em cada 100 famílias no País. Isso sem falar da vertiginosa tendência de jovens, meninas ainda, engrossarem precocemente essas estatísticas.

A decisão do Governo Lula de fazer da mulher a maior beneficiária do Programa Bolsa-Família foi a mais acertada. Demonstra a convicção de que, como chefe de família, dona de casa e trabalhadora, ela tem, solitariamente, que desvelar a dureza do cotidiano, com a sabedoria que o acúmulo de tarefas lhe impingiu, porém sob a doçura de seu coração, que teima em acreditar que é possível ser, ao mesmo tempo, lutadora e terna.

Temos muitos outros desafios pela frente. Entre eles, participar da Comissão Especial que examinará a proposta do Estatuto da Mulher, já apresentado nesta Casa, e envidar esforços para a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, extremamente necessário, pois 33% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física, quadro que se agrava ao constatarmos que elas representam 63% das vítimas de agressão doméstica.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar esta oportunidade para destacar um exemplo vivo e concreto de uma mulher que atua na defesa da vida e da dignidade humana. Refiro-me à Irmã Maria Dolores Muniz Junqueira, cuja história de vida é sinônimo da luta por condições mais dignas de sobrevivência das populações vítimas da exclusão social e territorial, principalmente daquelas que habitam a região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.

Trata-se de uma região plena de contrastes: abriga o Porto de Santos, pelo qual passa um quarto dos produtos brasileiros negociados no exterior, da ordem de mais de U\$27 bilhões; registra a maior renda per capita do interior paulista, na faixa de R\$507,00, mas apresenta a segunda maior distância entre ricos e pobres, ficando atrás apenas da região do Vale do Paraíba.

Por tudo isso, entende-se a opção de Irmã Dolores de trabalhar junto aos pobres. Tão logo chegou ao Brasil, após rápida passagem por São Paulo, veio morar em um humilde barraco na Vila Jóquei, em São Vicente, lugar marcado por palafitas e esgoto a céu aberto, depois estendendo seu trabalho pelos diques das Caixetas e



Sambaiatuba. Junto à comunidade local, construiu a Capela São José Operário, aliando o atendimento às mães aos serviços de um ambulatório e a uma classe para as crianças, na qual, apesar de seu "portunhol", foi a primeira professora do MOBREAL.

Transferiu-se para o Guarujá, Município vizinho, a fim de socorrer os moradores dos morros, desalojados após intensa chuva na Vila Zilda. Nesse local, sempre estimulando a organização e o fortalecimento das comunidades mais pobres, foi responsável pela construção de uma igreja e de um centro comunitário, além da implantação de muitas outras atividades sociais e religiosas.

Em seguida, mudou-se para a área continental de São Vicente, sem dúvida concentradora da maior desigualdade social local. Destaca-se ali seu intenso trabalho comunitário, que resultou na criação de um posto de saúde, um centro comunitário, uma escola profissionalizante, uma biblioteca comunitária e, mais ainda, a Escola de Ensino Fundamental, na qual estudam cerca de 1.500 alunos.

Contudo, entendo que sua "obra-prima" foi e é a implantação do Centro de Parto Normal Dr. David Capistrano Filho, em outubro passado. Instalado em uma área desprovida de qualquer cobertura para a gestante, já deu vida a 50 bebês. Além disso, a denominação da unidade, por sugestão da própria Irmã Dolores, homenageia nosso saudoso companheiro e médico sanitарista, meu sucessor na Prefeitura de Santos.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a especial atenção de todos no sentido de esta Casa referendar o nome de Irmã Dolores para inclusão na lista brasileira indicativa ao Prêmio Nobel da Paz. Sua biografia, sem dúvida, a credencia como mensageira e arquiteta da esperança e da vida, exemplo máximo de mulher aguerrida, que, com certeza, deve encabeçar nossas indicações àquele prêmio.

Finalizando, quero deixar registrados meus cumprimentos a todas as mulheres, em especial às brasileiras e latino-americanas, na certeza de que, com nossa energia e convicção, estamos construindo, juntas, um novo mapa-múndi.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e, especialmente, no programa A Voz do Brasil.



Muito obrigada.



---

Documento 55/67

---

015.2.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2004-14:46

Publ.: DCD - 11/03/2004 - 9084 ROBERTO GOUVEIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela criação do Pacto Nacional pela Redução das Mortalidades Materna e Neonatal. Instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Justificativa da ausência do orador na sessão do dia 11 de março de 2004. Participação em Fórum sobre saúde e segurança no trabalho. Importância de projeto do orador sobre o tema.

---

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha na tarde de hoje, é como amigo e admirador da mulher brasileira, da mulher trabalhadora, da mulher mãe, da mulher companheira, que saúdo todas as mulheres no dia 8 de março. Espero que todos nós, juntos, homens e mulheres, possamos nos empenhar para construir um Brasil ainda melhor para as futuras gerações.

Nesse sentido, saúdo também o Presidente Lula, que, no bojo das comemorações do Dia Internacional da Mulher, apresentou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidades Materna e Neonatal. Por entender que o enfrentamento da problemática das mortes materna e neonatal implica o envolvimento de diferentes



fatores e para garantir que as políticas nacionais sejam de fato executadas e respondam às reais necessidades locais da população, foi que o Ministério da Saúde propôs a adoção desse pacto.

Trata-se de uma ação política ousada e que visa melhorar os registros de óbitos maternos e neonatais para, até o fim de 2006, reduzir em 15% os atuais índices de mortalidades materna e neonatal no País e conhecer a real magnitude delas e, ao mesmo tempo, enfrentar os possíveis problemas nos serviços de saúde. Sabemos que a mortes materna e a neonatal são arquitetadas bem antes de as mulheres chegarem aos serviços de saúde, mas a área de saúde pode em muito contribuir para a preservação da vida com qualidade e dignidade.

Louvo ainda a iniciativa de se instituir o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Esperamos que isso possa influenciar a sociedade a refletir sobre toda essa questão, que não diz respeito somente à mulher, mas que é universal, de toda a humanidade. Somente quando conseguirmos vencer o preconceito e a violência contra a mulher no Brasil e em todo o mundo é que seremos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária, onde todos viverão melhor e com mais dignidade.

Esta é a nossa homenagem à mulher brasileira.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado. Gostaria de agradecer ao responsáveis pela realização do Fórum sobre Saúde e Segurança no Trabalho o convite que recebi para participar amanhã em Belo Horizonte, Minas Gerais, de reunião que discutirá sobre o futuro da inspeção da saúde e da segurança no trabalho e sobre o papel do Ministério do Trabalho e Emprego e do Sistema Único de Saúde — SUS nesse setor. Aproveito a oportunidade para justificar minha ausência nesta Casa amanhã.

O convite deve-se ao fato de termos dado entrada nesta Casa ao Projeto de Lei nº 1.011, de 2003, no sentido de dirimir dúvidas administrativas e jurídicas relacionadas ao art. 200 da Constituição Federal, inciso II, que determina como competência do Sistema Único de Saúde a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as da saúde do trabalhador. O inciso VIII diz que compete ao SUS colaborar com a proteção do meio ambiente. Esse projeto



de lei contribui também para que se estabeleça processo de parceria entre várias instituições e os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social, do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, que estão relacionados a essa questão.

Sr. Presidente, sou autor do Código Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e da Lei Estadual nº 9.505, que atua nessa direção, desdobrando, portanto, os princípios constitucionais.

O projeto em questão, que tramita nesta Casa, é muito importante, porque permitirá que se estabeleça uma rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador, com o envolvimento do Sistema Único de Saúde, do Ministério do Trabalho, da União, dos Estados e dos Municípios. A assistência ao trabalhador deve chegar ao campo, às fazendas, às fábricas, às repartições públicas, a todos os lugares onde haja algum trabalhador, pois ele tem direito à assistência médica em qualquer lugar onde estiver trabalhando.

Estarei presente em Belo Horizonte. Com o apoio das forças sociais e políticas, aprovaremos esse projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente, às Sras. e aos Srs. Deputados. Agradeço também ao público que acompanhou nossos trabalhos na tarde de hoje.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 56/67

---

017.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2004-10:38

Publ.: DCD - 12/03/2004 - 9474 MARCOS DE JESUS-PL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. MARCOS DE JESUS (Bloco/PL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) -  
Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras elogiosas a mim dirigidas.

Estamos à disposição de V.Exa., dos demais companheiros desta Casa e do  
Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março o mundo comemora o  
Dia Internacional da Mulher, e eu faço questão de prestar minhas homenagens às  
mulheres do Brasil e do mundo, que exercem papel cada vez mais destacado em  
todos os setores da vida social.

Digo sempre que Deus, ao fazer a mulher, retirou um osso do homem. Não o  
retirou, porém, da cabeça, para que a mulher não ficasse acima do homem;  
também não o retirou do pé, para que o homem não pisasse na mulher; retirou-o  
da costela, que fica na parte lateral do corpo, ao lado do coração, onde estão os  
amigos, as pessoas que verdadeiramente amam e respeitam as outras.



Importante frisar que pesquisas científicas constataram que o cérebro da mulher é menor e tem menos neurônios que o do homem. No entanto, na maioria das vezes, é mais bem utilizado.

Foram enormes os avanços obtidos pelas brasileiras nas últimas décadas. Há 72 anos, as mulheres não votavam no Brasil. Hoje, elas são maioria do eleitorado e ocupam importantes cargos nos 3 Poderes da República. Há 2 ou 3 décadas, as mulheres só se aventuravam a trabalhar fora de casa por absoluta necessidade. Hoje, elas são maioria entre os trabalhadores brasileiros e seus salários crescem em ritmo superior ao dos homens.

Ainda há muito o que ser feito, no entanto, para que as mulheres tenham seus direitos plenamente assegurados no País. Considero grave falha nossa, legisladores, o fato de até hoje não termos uma legislação específica para coibir e punir a violência contra a mulher.

A violência sexual dirigida contra a mulher, sobretudo a violência doméstica, é uma das mais graves mazelas da nossa sociedade. Para os senhores terem idéia da magnitude do problema, basta saber que a cada 15 segundos uma brasileira é espancada, a maioria na própria casa, e que 50% dos casos de estupro ocorrem na própria família.

Para reduzir esse tipo de violência, é imprescindível o investimento em políticas públicas voltadas ao apoio e proteção das mulheres. As delegacias da mulher e as casas de abrigo são instituições fundamentais para estimular a denúncia pelas mulheres agredidas, quebrando o perverso círculo vicioso em que a impunidade leva à repetição dos atos violentos.

As delegacias especializadas no atendimento das mulheres foram criadas, de forma pioneira no Brasil, em 1983. Até hoje, no entanto, apenas 7% dos Municípios contam com esse tipo de instituição. Estatísticas recentes do IBGE mostram a carência de outros serviços públicos voltados para as mulheres vítimas de violência sexual ou doméstica, como atendimento hospitalar especializado, abrigos e centros de orientação jurídica.

Este ano de 2004, quando comemoramos, no Brasil, o Ano Nacional da Mulher, é uma excelente oportunidade para votarmos leis que atendam a demandas



específicas das mulheres. A propósito, quero aproveitar a oportunidade para elogiar a iniciativa da Mesa desta Casa, que criou, em meados de fevereiro, a Comissão Especial da Mulher, comissão temporária que atuará apenas ao longo deste ano. Hoje, há cerca de 300 projetos sobre direitos das mulheres em tramitação na Casa, e a primeira providência da nova Comissão será selecionar os projetos considerados prioritários, imprimindo maior eficácia nos trabalhos parlamentares voltados à questão do gênero.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, legisladores, temos particular responsabilidade pela situação das mulheres brasileiras. Faço votos de que o Ano Nacional da Mulher seja marcado, nesta Casa, pela aprovação de projetos que assegurem cidadania e, sobretudo, dignidade às mulheres do nosso País.

No Dia Internacional da Mulheres, quero saudar cada uma das mulheres brasileiras que, a despeito de todas as dificuldades surgidas em função de seu gênero, muito têm feito pela prosperidade da Nação.

Que Deus abençoe a todos.

Obrigado.



---

Documento 57/67

---

018.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2004-13:16

Publ.: DCD - 12/03/2004 - 9674 MARCELINO FRAGA-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem à memória de Maria Felizarda Paiva Ribeiro, primeira Vereadora eleita no Brasil. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ao Presidente da Casa, João Paulo Cunha, pela criação de Comissão Especial destinada à análise do projeto sobre o Estatuto da Mulher.

---

O SR. MARCELINO FRAGA (PMDB-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna nesta semana em que esta Casa comemora a Semana da Mulher para homenagear a memória da primeira Vereadora eleita no Brasil.

Trata-se da Sra. Maria Felizarda Paiva Ribeiro, ou D. Nenen Paiva, como era conhecida, que se elegeu Vereadora no Município de Muqui, no sul do Estado do Espírito Santo, em 1932, ano em que as mulheres conquistaram o direito ao voto. Homenageando a memória da D. Nenen Paiva, homenageio todas as mulheres deste País, desde as companheiras Deputadas, que tanto engrandecem esta Casa, às mais humildes mulheres deste País.



São Marias, Helenas, Joanas e tantas outras mulheres que não estão na mídia, que não recebem aplausos, mulheres anônimas, que venceram preconceitos e quebraram tabus.

Entendo, Sr. Presidente, que as mulheres já venceram barreiras culturais e conquistaram melhores condições de trabalho, o direito de estudarem, o direito ao voto, maior acesso ao mercado de trabalho e à política, entre outras conquistas importantes.

No entanto, apesar de toda essa conquista de espaço e de direitos, permanecem intensas as desigualdades sociais e discriminações no cotidiano feminino.

Quero nesta oportunidade parabenizar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sensibilidade que teve ao criar nos primeiros dias do seu Governo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, passo importante para a implementação de políticas públicas para as mulheres brasileiras.

Comemoro ainda, Sr. Presidente, o fato de esta Casa ter instalado nesta semana Comissão Especial destinada a elaborar o Estatuto da Mulher. Atitudes como esta mostram que a Câmara dos Deputados está preocupada com os graves problemas sociais do Brasil.

Acredito que juntos, homens e mulheres, haveremos de semear a esperança de dias melhores e de conquistar a tão sonhada justiça social.

Peço a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 58/67

---

018.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2004-13:16

Publ.: DCD - 12/03/2004 - 9691 LUIZA ERUNDINA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Apresentação de Projeto de Lei que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS. Concessão do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna informar que dei entrada na tarde de hoje a um projeto de lei que, se aprovado, garantirá às gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde saberem previamente em qual maternidade seu parto será realizado e onde serão atendidas frente a qualquer intercorrência pré-natal. Tudo isso seria de responsabilidade do Sistema Único de Saúde.

Registro ainda, Sr. Presidente, importante fato ocorrido na manhã de hoje nesta Casa e que contou com as presenças do Presidente João Paulo Cunha e do Senador Marco Maciel. Refiro-me ao Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queiroz, primeira mulher eleita Deputada Federal, Constituinte em 1932, que, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, foi conferido pela



primeira vez a 5 grandes brasileiras de diferentes Estados e ligadas a várias atividades.

São elas: Dra. Zilda Arns, Prof<sup>a</sup>. Maria das Dores Muniz de Melo, Sra. Ana Montenegro, Prof<sup>a</sup> Rose Murare e Sra. Maria Amélia de Almeida. Trata-se de 5 grandes lideranças femininas agraciadas pela primeira vez com o prêmio Carlota Pereira de Queiroz.

Por iniciativa da Deputada Laura Carneiro, aprovou-se a Resolução nº 03/03, que criou o diploma Cidadã Carlota Pereira de Queiroz. Na manhã de hoje, portanto, ele foi conferido pela primeira vez por esta Casa como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.



---

Documento 59/67

---

017.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2004-11:18

Publ.: DCD - 12/03/2004 - 9486 LUIZ SÉRGIO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Cumprimento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do compromisso de construção de plataformas de petróleo da PETROBRAS, assumido na campanha eleitoral. Democratização do acesso ao crédito consubstanciada na abertura de contas correntes simplificadas pela Caixa Econômica Federal. Lançamento, pelo BNDES, do Programa de Microcrédito. Instituição do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Inclusão de urgências obstétricas e pediátricas no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência implantado pelo Ministério da Saúde. Saudação às mulheres brasileiras ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tive a satisfação de estar com o Presidente Lula na ocasião em que foi filmado o primeiro programa eleitoral, quando S.Exa. falava de seu compromisso, se eleito, de construir plataformas de petróleo no Brasil. Acompanhei S.Exa. a Angra dos Reis, quando da assinatura do contrato da P-52.

A negociação e a licitação da Plataforma P-51 estão sendo finalizadas. Todos os indicativos demonstram que ela também será construída no Brasil. Assim, com a



demanda que temos e com os recursos de financiamento do BNDES, estaremos gerando empregos e dando respostas imediatas, principalmente a todos os trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, que há anos lutavam para que as plataformas de petróleo fossem construídas no Brasil.

Aquilo que era um compromisso de campanha transforma-se numa realidade no Governo do Presidente Lula.

Parabenizo a PETROBRAS, o Governo e o Ministério de Minas e Energia pela iniciativa de atender a esse reclamo de toda a população do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, o Governo Federal também vem dando provas sucessivas de que a inclusão social é a nova tônica do País. Não bastassem as ações do Bolsa Família e do Fome Zero, recebemos agora os números registrados até fevereiro do programa de inclusão bancária. Nada menos que 1 milhão e 270 mil novas contas simplificadas foram abertas até 27 de fevereiro somente na Caixa Econômica Federal. Desse total, 460 mil clientes já contam com crédito pré-aprovado no valor de R\$200,00, com juros de 2% ao mês.

Isso representa um passo significativo para a democratização do acesso ao crédito. A redução do custo do dinheiro é uma das prioridades do Governo Federal porque, além de estimular o setor produtivo, gera emprego e renda, e movimentam a economia. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou em junho do ano passado o Programa de Microcrédito, que, em apenas sete meses, recebeu solicitações de financiamento que totalizam R\$33 milhões. É dinheiro que impulsiona negócios, gera emprego e renda, e ajuda a desenvolver o País. E é justamente isto que buscamos: emprego e renda para todos, com desenvolvimento e inclusão social.

Sr. Presidente, por fim, chamo a atenção deste Plenário para o lançamento do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, apresentado esta semana pelo Presidente Lula à Nação. O pacto consiste na articulação de ações em diferentes esferas do Governo com objetivo de reduzir em até 15% os índices de mortalidade de mães e recém-nascidos, que, infelizmente, vêm mantendo-se altos nos últimos 20 anos. Para levá-lo adiante, o Ministério da



Saúde contará, além das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, com o envolvimento da sociedade civil organizada. Na sua implementação, deverão ser priorizados cidades-pólos, sedes assistenciais, hospitais de pequeno porte e cidades ou regiões com elevados índices de mortalidade materna.

Entre as ações previstas, Sr. Presidente, está garantir que mulheres e recém-nascidos não sejam recusados nos serviços e peregrinem em busca de assistência. Caso a unidade não seja adequada para o tipo de atendimento necessário, a gestante deverá ser assistida até que sejam garantidos transporte seguro e transferência para outras unidades. Isso é oferecer o mínimo de dignidade às mães.

Além disso, um passo importante para redução dos índices de mortalidade de mães e bebês, já adotado pelo Ministério da Saúde, foi a inclusão das urgências obstétricas e pediátricas no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência — SAMU, lançado nacionalmente ano passado. O SAMU opera com unidades móveis, que prestam assistência pré-hospitalar a pessoas que precisem de pronto-socorro.

Na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, essas medidas adotadas pelo Presidente da República têm, além do valor prático incontestável, carga simbólica muita especial, já que ser mãe é o dom supremo de toda mulher.

Aproveito para, mais uma vez, parabenizar todas as mulheres brasileiras pelo dia 8 de março.

Muito obrigado.



---

Documento 60/67

---

019.2.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2004-10:42

Publ.: DCD - 13/03/2004 - 9928 MANINHA-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### Sumário

Solidariedade ao povo espanhol diante dos atentados terroristas ocorridos em Madri. Preocupação com as conseqüências da política externa praticada pelos Estados Unidos da América. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Lançamento, pela Anistia Internacional, da campanha Está em Suas Mãos: Pare a Violência Contra as Mulheres. Estatísticas da violência contra as mulheres. Prioridades da Comissão Especial destinada à análise de projetos de interesse da classe feminina.

---

A SRA. MANINHA (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começarei meu discurso falando sobre o incidente ocorrido ontem na Espanha, às 7h30, e que tanto nos chocou. Esse grande atentado terrorista causou a morte de mais de 198 pessoas da comunidade espanhola, principalmente trabalhadores da periferia de Madri.

Minha reflexão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diz respeito ao mundo nos dias de hoje.

Há poucos dias, houve no Haiti uma rebelião. Não foi uma rebelião popular, mas um golpe montado para derrubar o Presidente, um Presidente que se desvirtuou, que saiu do rumo democrático — mas existem outras formas de se cassar um



presidente. E, mais uma vez, assistimos àqueles que se julgam donos do poder, associados ao narcotráfico, a mercenários e ajudados pelo principal país que hoje monitora o mundo, os Estados Unidos da América, depor um presidente. Daí se instalou mais uma vez um Estado que não o democrático.

Por que cito o Haiti? Porque o Haiti tem algo a ver com a Espanha; porque o atentado na Espanha pode estar relacionado ao 11 de setembro, nos Estados Unidos da América; e o 11 de setembro com a política internacional a que hoje o mundo assiste estarecido. E quando os ataques dos Estados Unidos se situam sobre o Iraque, esse estarecimento não se dá da mesma forma.

Quantas mulheres, crianças e homens iraquianos estão morrendo, porque o mundo está assistindo de forma passiva a esse genocídio que se abateu sobre o Iraque?

Se é verdade que não concordávamos com a ditadura de Saddam Hussein, também é verdade que não podemos cruzar os braços diante daquilo que hoje estamos percebendo no Iraque.

Evidentemente isso está trazendo desdobramentos para o mundo. O cheiro de carne queimada, de sangue de crianças, mulheres e homens que se sente em Madri é o mesmo da guerra do Iraque, de mulheres e crianças que estão sendo chacinadas, porque o mundo não se contrapõe a esse espírito bélico do Estado americano que se arma e se diz xerife do mundo.

Portanto o que acontece em Madri não pode ser esquecido. Queremos manifestar nossa total solidariedade ao povo espanhol, porque não queremos que o terrorismo faça parte do nosso cotidiano. Que as vítimas de Madri sirvam de exemplo para que o mundo inteiro possa dar um basta ao terrorismo, mas também ao estado belicista, que são os Estados Unidos da América.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Severino Cavalcanti.

O Sr. Severino Cavalcanti - Deputada Maninha, o pronunciamento de V.Exa. talvez interprete o pensamento não só de todos os brasileiros, mas de todo o universo. Sabemos o quão terrível é a traição. Aqueles que colocaram bombas nos trens em Madri praticaram ato criminoso contra o povo espanhol e toda a humanidade. Devemos manifestar aqui, como V.Exa., o nosso protesto e também



a nossa solidariedade àqueles que estavam indo para o trabalho ou para a escola certos de que iriam cumprir seu dever, mas foram cruelmente assassinados. Não pode haver perdão para assassinos. Temos de dar um basta a tudo isso. Aqueles que não têm formação familiar querem a destruição da humanidade. Qual o motivo? Não sabemos. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e sugiro a todos os colegas que também venham à tribuna manifestar solidariedade ao povo espanhol. Parabéns, Deputada Maninha.

A SRA. MANINHA - Obrigada, Deputado Severino Cavalcanti.

Sr. Presidente, referi-me ao Haiti porque a situação naquele país continua tensa. Há denúncia de que o Presidente deposto teria sido seqüestrado por marines e que estes teriam chegado à Porto Príncipe, Capital do Haiti. Não se sabe exatamente o porquê da presença dos americanos no Haiti, já que não se trata de força de paz, como é o caso da que o Presidente Lula pretende enviar àquele país.

Sou Presidente da Confederação Parlamentar das Américas e em seu nome externo solidariedade a todos os povos, especialmente ao espanhol, por causa do brutal ato que atingiu a sociedade madrilena.

Sr. Presidente, estava inscrita, na segunda-feira, para falar no Grande Expediente sobre a mulher, mas não houve quorum para a abertura da sessão. Aproveito para fazer agora o meu pronunciamento.

Quero homenagear todas as mulheres do meu País e do mundo, principalmente as espanholas. Faço homenagem especial às mulheres que trabalham neste Congresso: taquígrafas; jornalistas; Parlamentares; funcionárias do setor administrativo; copeiras, que ficam conosco até altas madrugada; serventes; seguranças. Mando um abraço bem apertado a todas essas mulheres anônimas, visíveis e invisíveis, mas grandes mulheres.

Sr. Presidente, há sempre uma história a contar. No nosso caso, ela começa da seguinte forma: era uma vez... Normalmente, quando começamos uma frase assim, o que se segue é a saga de uma mulher: Branca de Neve, a Gata Borralheira ou a Bela Adormecida. Todas mulheres belas, inteligentes e



trabalhadoras. Como vilãs, Sras. e Srs. Deputados, encontramos sempre uma madrasta que conta, em alguns casos, com a ajuda de suas filhas.

À heroína, no final da história, é reservado um homem como prêmio. Um príncipe, só companheirismo e delicadeza, que a fará feliz para sempre.

E, assim, ainda bem pequenas, todas nós aprendemos a desconfiar de nós mesmas e a crer que a felicidade não depende de nosso próprio esforço, mas está no encontro de um príncipe, de um homem.

Rapidamente a vida nos derruba do sonho e nos obriga a enfrentar uma realidade muito diferente. Somos obrigadas a percorrer um longo caminho para recuperar a auto-estima, superar a bruxa que trazemos escondida sob nossos cabelos, aprender a solidariedade feminina e construir um caminho próprio para a felicidade, que poucas, infelizmente, alcançam.

Em dezembro, subi a esta tribuna, assustada com as notícias escabrosas que nos chegavam do Congo, dando conta de que o estupro sistemático é usado como arma de guerra no conflito daquele país, atingindo mulheres com idade entre 5 e 80 anos.

Semana passada, vieram do México as notícias que nos deixaram perplexas. Em Juarez, cidade próxima à fronteira com os Estados Unidos, mais de 300 mulheres foram assassinadas nos últimos 10 anos. Poucos desses crimes foram elucidados e a impunidade estimula que continuem.

Muitas das vítimas trabalhavam em fábricas da fronteira e desapareceram, para, dias depois, serem encontradas mortas no deserto. Vários corpos apresentavam sinais de espancamento e estupro.

Com o passar dos anos e o acúmulo de casos não resolvidos, as famílias das vítimas começaram a acusar as autoridades de indiferença.

Em novembro passado, o grupo Anistia Internacional recomendou que o Governo mexicano nomeasse um promotor para cuidar apenas dos assassinatos. Em janeiro, a promotora Maria Lopez passou a investigar as mortes da cidade de Juarez.

Mas, só na semana passada, quando as atrizes Jane Fonda, Christine Lahti e Sally Field e a escritora Eve Ensler participaram de um protesto para exigir



apuração dos crimes é que o mundo ficou sabendo da tragédia da cidade de Juarez.

Os dados no mundo são horripilantes: pelo menos uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência durante sua vida. No Brasil, uma em cada cinco brasileiras já sofreu algum tipo de violência. Estima-se que a cada minuto quatro mulheres são espancadas em nosso País.

Na sexta-feira passada, a Anistia Internacional lançou uma campanha global de erradicação da violência contra a mulher, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos humanos de milhares de mulheres que, diariamente, são espancadas, estupradas, mutiladas e assassinadas.

Isso não é algo que acontece apenas com outras pessoas. Acontece com mulheres das nossas famílias, com nossos amigos, com mulheres que conhecemos e poderá acontecer conosco. Até que todos nós, homens e mulheres, digamos: eu não vou permitir que isso aconteça, isso não vai parar.

A campanha da Anistia Internacional — Está em Suas Mãos: Pare a Violência Contra as Mulheres — chama atenção para a responsabilidade do Estado, da sociedade e dos indivíduos diante do problema.

As estatísticas publicadas no relatório da Anistia Internacional, divulgado junto com o lançamento da campanha, revelam as atrocidades cometidas contra as mulheres ao redor do mundo, seja em tempos de guerra, seja de paz.

A revista Veja da semana passada publicou matéria estarrecedora que conta que o pior inimigo das soldadas norte-americanas nas guerras é o próprio companheiro de trincheira. São mais de 100 os casos de estupro denunciados pelas militares dos Estados Unidos que estiveram no Iraque, no Kuwait e no Afeganistão. A maioria dos casos ocorre no Exército, seguido da Marinha e da Aeronáutica. O menor número está entre as tropas do Corpo de Fuzileiros Navais. Foi preciso que houvesse muita pressão para que o Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América determinasse a abertura de inquérito para apurar como as Forças Armadas de seu país estão lidando com os casos de abuso sexual. Ora, todos sabemos, até porque elas contam, que a maioria das mulheres



que denunciam algum abuso sexual acabam sofrendo novas humilhações e terminam por abandonar a tropa ou a academia.

Nos Estados Unidos, em paz, as mulheres representaram 85% das vítimas de violência doméstica em 1999, segundo dados da Organização das Nações Unidas.

De acordo com o Conselho da Europa, a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais, pasmem, Srs. Deputados, do que câncer e acidentes de tráfego. Portanto, nós, médicos, consideramos o problema um caso de saúde pública.

O Governo russo estima que 14 mil mulheres tenham sido assassinadas por seus parceiros ou parentes em 1999 — o país ainda não tem leis específicas sobre violência doméstica.

Um levantamento da Organização Mundial da Saúde apontou que cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos.

A Anistia Internacional afirma que esses números representam apenas a ponta do iceberg, já que a violência contra a mulher geralmente não é reportada, pois as vítimas se sentem envergonhadas ou sentem medo de que ocorram mais hostilidades.

Do campo de batalha aos seus próprios lares, as mulheres vivem sob risco.

No Brasil, no Ceará, mais precisamente no Cariri, está-se vivendo uma situação que merece a atenção de todos nós, Sras. e Srs. Deputados. Mais de 40 mulheres foram brutalmente assassinadas com requintes de crueldade. Segundo denúncia da União de Mulheres Cearenses, no último dia 5 de janeiro, a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, concedeu habeas-corpus ao assassino confesso de 4 delas. Sérgio Rolim é ainda acusado de 3 estupros e de um outro assassinato.

Como soltar um homem desses? O que justifica a concessão do habeas-corpus a um assassino confesso?

Precisamos acabar com esse cenário de violência e impunidade.

No caso da violência doméstica, a Anistia Internacional afirma que as comunidades — internacional, nacional e local — devem tomar determinadas iniciativas.



A organização diz que uma das formas de prevenção é debater mais o tema e escutar as vítimas — e acreditar no que elas contam — , porque muitas vezes, quando a vítima chega a uma delegacia, a primeira pergunta do policial é: Como você estava vestida? Será que você não provocou o agressor? Não tomou a iniciativa?

Também é necessário, segundo a Anistia, confrontar as atitudes religiosas, sociais e culturais. Maior igualdade entre homens e mulheres, no poder político, tem de ser promovida.

Para alcançar tais metas, a instituição vai apoiar grupos de mulheres que lutem por seus direitos e investigar os casos de abuso, convocando seus quase 2 milhões de ativistas ao redor do mundo a se unirem nessa jornada.

No Congresso Nacional não estamos parados. A bancada feminina conseguiu que a Câmara dos Deputados criasse a Comissão Especial da Mulher para que possamos agilizar a votação de projetos de interesse das mulheres. São mais de 300 propostas, e elegeremos algumas prioridades.

Dentre elas, um projeto de minha autoria, junto com a Deputada Francisca Trindade, que honrou esta Casa, nossa grande companheira do Piauí que morreu ano passado e deixou um enorme vazio que vai ser difícil preencher em função da sua competência. Nosso projeto prevê a concessão de incentivos fiscais às empresas que contratem mulheres chefes de família. Lembro-me também de um projeto, de minha autoria e da Deputada Kátia Abreu, que trata da possibilidade de criminalizar o agressor que comete violência contra mulher.

Cumprimento, neste momento, os Deputados presentes neste plenário e várias mulheres e homens que estão aqui nas galerias nos assistindo. Parabênz V.Sas. pelo comparecimento, nesta sexta-feira, ao plenário desta Casa. Sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, as necessidades impostas pela economia não apenas nos obrigaram a disputar o mercado de trabalho como também transformaram muitas de nós em chefes de família; mulheres obrigadas a enfrentar 3 a 4 jornadas ininterruptas de trabalho.



Segundo o DIEESE, o Distrito Federal passa por um processo de reestruturação familiar através da crescente participação das mulheres na chefia dos domicílios, assim como em todo o País. Em 1993, 22,3% dos domicílios do Distrito Federal eram chefiados por mulheres e, ao longo desta década, o percentual aumentou para 31%. Isso significa, em termos gerais, que há 10 anos aproximadamente 1 em cada 5 domicílios era chefiado por mulheres, enquanto hoje esta proporção subiu para cerca de 1 em cada 3 domicílios.

As mulheres chefiam sozinhas os domicílios e 94% das chefes não possuem cônjuge, enquanto somente 13,7% dos homens chefes de família estão na mesma situação. O rendimento per capita nos domicílios com chefia feminina era de apenas 448 reais em 2003, no Distrito Federal.

Outro dos projetos para os quais solicitamos prioridade de tramitação é o que institui o sistema de Parto Solidário, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Sobre o tema há duas proposições em tramitação: uma, de autoria da Senadora Ideli Salvati, e outra, de minha autoria. Como o projeto da Senadora já tem pedido de urgência, solicitamos o apensamento do nosso projeto à sua proposta.

O sistema de Parto Solidário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem como objetivo assegurar melhor assistência às parturientes e garantir-lhes o direito de serem acompanhadas durante sua estada no hospital por pessoa de sua confiança, de preferência, o seu companheiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, temos muito pouco a comemorar. Por tudo o que lembrei aqui, ainda estamos muito longe de viver em uma sociedade efetivamente democrática. Nós, mulheres, já não somos minoria, e ainda não temos garantidos nossos direitos mais básicos.

Estamos no início do terceiro milênio, é hora de terminarmos com essa discriminação que nos coloca em situação de inferioridade na sociedade. E esta Casa, Sr. Presidente, precisa fazer o que lhe compete nesse sentido. É pelo que lutamos. Na verdade, temos diversas lutas pela frente e muito a conquistar.

Para finalizar, deixamos um desafio a este Congresso. Queremos também a divisão de poder. Para tanto, será necessário o partilhamento de cargos nesta Casa.



É este o desafio: queremos instituir na Câmara a proporcionalidade da Mesa Diretora. No Senado, já há mulheres participando da Mesa Diretora. Por que não assegurar a participação da mulher também nesta Casa?

Deputado Sarney Filho, por que não transformamos a Comissão Especial da Mulher em Comissão Permanente, para debater todas as questões relativas à mulher?

Deixo o meu abraço a todas as mulheres e a todos os homens. O Dia Internacional da Mulher não é apenas para ser comemorado, mas para marcar nossas posições, soltarmos a nossa voz e dizermos que o mundo só será melhor se homens e mulheres tiverem direitos iguais.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)



---

Documento 61/67

---

019.2.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2004-13:54

Publ.: DCD - 13/03/2004 - 9955 MAURÍCIO RABELO-PL -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Ações do Congresso Nacional em homenagem ao transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Liberação de recursos do Ministério dos Transportes para o Estado do Tocantins.

---

O SR. MAURÍCIO RABELO (Bloco/PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno, Sra. Deputada Maria Helena, digna representante do Estado de Roraima, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Partido Liberal, presidido pelo ilustre Deputado Valdemar Costa Neto e liderado pelo Deputado Sandro Mabel, ocupo a tribuna para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, José Sarney, por tudo que se fez nesta e na douta Casa para comemorar o Dia Internacional da Mulher e instituir 2004 o Ano da Mulher.

Autor da lei que criou o Ano da Mulher, agradeço de público, por meio da TV Câmara, da Rádio Câmara e do Jornal da Câmara, o empenho de S.Exas. em abrirem as duas Casas do Congresso Nacional para debatermos temas que visam melhorar as condições de vida da mulher brasileira.

Criamos o Ano da Mulher para esgotar o tema da igualdade entre homens e mulheres neste País.



Esta semana foi muito proveitosa. Esperamos que durante todo o ano de 2004 tenhamos muitos debates sobre as condições de vida da mulher brasileira, especialmente da do Estado do Tocantins.

Agradeço também a Exma. Senadora Serys Slhessarenko, do Estado do Mato Grosso, que, juntamente com a bancada feminina, representada pelas Deputadas Maninha, Marinha Raupp, Iara Bernardi e outras, se dispôs a debater temas como a minoração da diferença entre homens e mulheres em nosso País. S.Exa. faz um relevante trabalho no Senado Federal.

Agradeço ainda, em nome do Senador Siqueira Campos, no de toda a bancada tocantinense e no meu próprio, ao Diretor-Geral do DNIT, Dr. Ricardo Corrêa, amigo de longa data, companheiro do Partido Liberal, pelo empenho em nos ajudar a levar recursos para o nosso Estado. Anunciamos o empenho de 24 milhões de reais do Ministério dos Transportes para adequação e construção de rodovias no Estado do Tocantins.

Finalmente, agradecemos ao Ministro Anderson Adauto, que está deixando o Ministério, pelo muito que fez em prol do nosso Estado. S.Exa. só não fez mais porque não teve oportunidade, mas a boa vontade em atender o Tocantins foi muito grande.

As nossas boas-vindas ao Ministro Alfredo Nascimento, que tomará posse na próxima segunda-feira. O País muito espera de S.Exa. Sabemos que ele fez muito por Manaus e pelo povo amazonense e agora fará pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 62/67

---

019.2.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2004-09:57

Publ.: DCD - 13/03/2004 - 9921 ILDEU ARAÚJO-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência de formas de discriminação de gênero no Brasil e no mundo, sobretudo no mercado de trabalho. Avanços legislativos na garantia dos direitos da mulher no País.

---

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. É importante que esta magna Casa de leis ressalte que 8 de março é um dia de reflexão e luta, pois a data está ligada às lutas operárias.

Há exatos 157 anos, em 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil, em Nova Iorque, entraram em greve lutando pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Foi a primeira greve conduzida exclusivamente por mulheres nos Estados Unidos. Porém, foram violentamente reprimidas. Elas se refugiaram dentro da fábrica para se protegerem da repressão. Os patrões aproveitaram-se da situação e, depois de trancá-las, atearam fogo à fábrica. Todas as operárias morreram asfixiadas e carbonizadas. Então, em homenagem a essas operárias que morreram, o dia 8 de março foi instituído, em 1910, na II Conferência Internacional de Mulheres, como um dia de lutas.



A lembrança do fato, que foi sendo relegado ao esquecimento na mesma medida em que a data foi sendo oficializada, é particularmente oportuna nos dias de hoje, pois se mantêm preconceitos milenares e na maioria absoluta das sociedades contemporâneas as mulheres são submetidas a discriminações, preconceitos e à divisão sexual do trabalho que se manifestam de formas mais contundentes ou amenas, visíveis ou mascaradas.

No Brasil, a luta pelos direitos da mulher teve um grande momento na promulgação da Constituição de 1988. O êxito dessa luta, é necessário destacar, não decorreu da boa vontade dos Parlamentares, mas da justeza das reivindicações, da ação combativa e perene de milhares ou milhões de mulheres brasileiras que levantaram suas bandeiras, que foram às ruas, que se uniram em assembléias ou passeatas e que acabaram por impor uma mentalidade mais avançada na formulação do nosso Código de Leis.

Foi assim que a Cartareviu o conceito de família, estendido às uniões estáveis, independentemente do matrimônio; foi assim que ofamiliar passou a ter um novo status, como competência do casal, com assistência do Estado; e foi assim que direitos e deveres conjugais passaram a ser responsabilidades entre os dispositivos legais, mas nem sempre se garante o seu cumprimento. Portanto, a luta das mulheres, tendo já alcançado um patamar até há alguns anos impensável, continua, agora com a firme decisão de garantir a concretude das medidas legais.

A igualdade jurídica formal em muitos aspectos da vida civil constitui avanço da maior importância, mas é incapaz por si só de garantir a igualdade real e a aplicação de políticas que de fato combatam as diversas manifestações da opressão feminina. Ao contrário, a acumulação capitalista só multiplica, material e espiritualmente, as condições para a auto-reprodução das relações de gênero que levam à subordinação e ao discurso machista de inferiorização da mulher.

Como os homens são considerados provedores e chefes da família, o trabalho da mulher é sempre visto como secundário e supõe-se que seus ganhos são para complementar a renda doméstica, cuja parte principal é do pai ou do marido, o que justifica o recebimento de salários menores, o exercício de atividades sem vínculos formais, por tempo parcial, trabalhos temporários e pequenos bicos e a



precarização do emprego doméstico. E fica ainda mais evidente a utilização do preconceito para aumentar a exploração do trabalho quando mulheres exercem tarefas qualitativamente e quantitativamente iguais ao homem e recebem salário inferior.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as responsabilidades assumidas pela mulher e a ausência de aparelhos do Estado são um empecilho ao trabalho feminino: dificultam tanto o cumprimento das tarefas relativas à vida familiar como a assiduidade e a pontualidade no emprego. Entre outras, aquelas são razões racionais de discriminação contra a mulher, principalmente para o emprego e admissão de mulheres casadas.

A libertação da mulher não consiste apenas em livrá-la da exploração do trabalho e garantir-lhe condições mínimas para uma sobrevivência digna. É preciso também lutar para libertá-la da necessidade de carregar sozinha ou apenas com o auxílio de outras mulheres da família todo o fardo do trabalho doméstico: trabalho não remunerado e tanto mais pesado quanto menores forem as prestações de serviço e as facilidades oferecidas pelo Estado, como água encanada, esgoto, coleta de lixo, creches, postos de saúde, lavanderias, restaurantes comunitários, entre outros. Isso significa que a libertação feminina exige não só a eliminação da carência de recursos, que afeta as famílias pobres, mas também a abolição da divisão sexual do trabalho de modo que homens e mulheres possam assumir tanto as tarefas remuneradas como a de cuidar do lar e da família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres brasileiras e as mulheres de todo o mundo não desejam apenas se afirmarem perante a comunidade masculina. Na sua luta por emancipação, elas perseguem tenazmente a igualdade dos gêneros, mas suas reivindicações não param aí. Elas querem sobretudo participar de forma ativa da construção de uma sociedade mais livre e mais democrática, num mundo mais humano, em que os valores sejam reconhecidos e aproveitados de forma justa e digna. Por isso, merecerão sempre, especialmente nesta data, o nosso mais ilimitado aplauso.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 63/67

---

026.2.52.O Sessão Ordinária - CD 18/03/2004-19:03

Publ.: DCD - 19/03/2004 - 11282 ZICO BRONZEADO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA  
ORDEM

DISCURSO

---

### Sumário

Sinais de crescimento da economia brasileira. Elogio ao Programa de Desenvolvimento Sustentável Regional, lançado pelo Governo Federal no Estado do Acre. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Protesto contra o pretendido envolvimento do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, em prática de irregularidades.

---

O SR. ZICO BRONZEADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a economia brasileira já começa a dar respostas, em virtude da política macroeconômica adotada pelo Governo Lula. Os primeiros sinais de crescimento econômico começam a aparecer. O aumento de postos de trabalho nos principais centros produtivos do País já é uma realidade, como têm demonstrado os índices dos principais institutos de pesquisa no Brasil. O caminho para a retomada do desenvolvimento econômico, sem dúvida alguma, é fruto do aumento de investimentos e créditos, que começaram a ser injetados na praça pelo Governo e pela iniciativa privada.

Entre os programas lançados pelo Governo Federal, o que mais tem chamado minha atenção é o que incentiva a produção. Trata-se do Programa de



Desenvolvimento Sustentável Regional — DSR, idealizado e lançado recentemente no meu Estado do Acre pelo Banco do Brasil.

Na solenidade de lançamento desse programa em Rio Branco, estiveram presentes uma equipe técnica qualificada composta de gerentes regionais de todo o País, o Superintendente no Acre, Sr. Joaquim Araújo Lima, e a direção nacional do Banco do Brasil, na pessoa do Vice-Presidente de Responsabilidade Socioambiental, Sr. Luiz Oswaldo, além do vários Secretários de Estado, do Governador do Acre e outras autoridades.

Segundo a direção do Banco do Brasil, será feito um levantamento para detectar os principais problemas da produção, buscando-se encontrar soluções para superá-los. O mais importante é que o Banco se dispôs a apoiar a comercialização do produto, pois é a partir de sua venda que o lucro se realiza.

O Governador Jorge Viana foi muito feliz ao conclamar o Banco do Brasil a apoiar o setor produtivo do Acre, respeitando as particularidades de cada local e, principalmente, aqueles ramos que priorizam o desenvolvimento sustentável.

Na oportunidade, a direção do Banco do Brasil assumiu o compromisso de aumentar os recursos de crédito para o incentivo à produção, principalmente no que diz respeito àquelas atividades que priorizem a geração de emprego e renda e mantenham relação amigável com o meio ambiente, preferencialmente para as microempresas e para as de pequeno ou médio porte localizadas na cidade e no campo.

Isso nos alegra imensamente, uma vez que, ao priorizar as pequenas e microempresas, o Governo demonstra sua responsabilidade com a distribuição de renda e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do País.

Ao visitar o Pólo Moveleiro de Xapuri e em reunião com o Prefeito Júlio Barbosa, o Vereador Ramundo Barros e a comunidade desse Município, a Superintendência Regional e comitiva do Banco revelaram que um volume considerável de recursos será investido no Programa de Desenvolvimento Sustentável Regional. A expectativa é de que as solicitações de crédito sejam atendidas, uma vez que nesse programa os juros ficam na casa de 4% ao ano.



A preocupação com o desenvolvimento sustentável do Banco do Brasil já pode ser observada nos critérios técnicos de avaliação e seleção dos projetos financiados. O respeito à vocação florestal do Acre e à sustentabilidade dos projetos passa a ser elemento central, no qual o Banco focalizará sua ação.

Outro fator positivo é a parceria do Banco do Brasil com as Prefeituras, associações e cooperativas, além dos órgãos do Governo, para dar auxílio no que se refere à aplicação do dinheiro e melhorar nossa produção.

O crescimento econômico e o aumento do emprego somente poderão chegar a índices satisfatórios se mais recursos financeiros forem lançados no setor produtivo. Essa iniciativa e o compromisso do Banco do Brasil nos deixam muito felizes. Sabemos que os frutos não tardarão a chegar.

Parabéns ao Banco do Brasil pelo lançamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável Regional!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo ainda outro tema. Desejo, a despeito do atraso, prestar minha homenagem às mulheres da Amazônia. No último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, estava em missão oficial desta Casa, não pude, portanto, ocupar esta tribuna para registrar a homenagem. Faço agora, portanto, o meu registro e manifesto minhas congratulações a todas as mulheres que ajudam a construir um futuro para este País.

Dirijo-me especialmente à mulher acreana e, mais especificamente ainda, às mulheres que trabalham na Rede Acreana de Mulheres.

Ao prestar esta homenagem às mulheres da Rede, considero estar, por intermédio delas, dirigindo-se a todas aquelas mulheres trabalhadoras que, na sua rotina diária, contribuem para tornar nossa vida mais especial e emocionante.

Penso naquelas mulheres que vivem no interior da floresta, coletando castanha, ou quebrando coco babaçu, pescando e ajudando sua família extrativista a seguir seu caminho de uso sustentável da floresta.

Penso também naquelas mulheres que se tornaram lideranças, que se voltaram para a atividade nas associações e nos sindicatos, nas cooperativas e na vida política. Mulheres que demonstraram na prática que não existe trabalho de



homem ou de mulher. Mulheres que reduziram sensivelmente a distância entre os gêneros no que se refere à ocupação profissional.

As mulheres da Rede Acreana de Mulheres sabem muito bem do que estou falando. Essas mulheres Sr. Presidente, assumiram a responsabilidade única de discutir questões relacionadas a gênero em contexto social e econômico extremamente desfavorável à condição feminina. Tiveram a ousadia de propor, no mais longínquo pedaço do território acreano, a igualdade entre o homem e a mulher. Lembro-me bem de que, nas casas dos seringueiros e dos trabalhadores rurais, em geral, a mulher sequer podia aparecer na sala quando havia visitas.

Discutir questões de investimentos era coisa de homem. Discutir as tarefas dos filhos e da mão-de-obra familiar em geral era coisa de homem. Discutir com quem a filha deveria se casar ou se ajuntar era coisa de homem.

Mas, Sr. Presidente, essa realidade vem sendo alterada de forma significativa e não tenho dúvida de que o trabalho das mulheres da Rede tem contribuído muito para isso.

Deixo claro que essas mulheres tem em mim um aliado incondicional. Podem contar com todo o apoio do meu gabinete para ajudá-las nas suas atividades.

Meu parabéns a todas vocês!

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a dizer que nós da base do Governo, principalmente os integrantes do Partido dos Trabalhadores, temos total consciência desta crise institucional, que não é do Governo. Sabemos que notícia de envolvimento em corrupção por parte de funcionário do segundo escalão de qualquer governo, mesmo que isso ocorra na Prefeitura do meu Município, em Brasília, com alguém ligado ao Prefeito José Alvanir, gera grande estardalhaço na oposição.

A maioria dos Parlamentares de oposição ao Presidente Lula apoiou o ex-Presidente da República. No Governo passado, houve várias crises, denúncias de corrupção sobre compra de votos para reeleição. Hoje, os companheiros vêm à tribuna falar do atual Governo, lembram até aquelas lendas das aves de mau agouro. Quando criança, meus avós e meus pais diziam que, se essas aves passassem em cima de alguma casa à noite, era sinal de que alguém daquela



casa morreria no dia seguinte. Na verdade, quero compreender o que essas aves de mau agouro estão querendo fazer com este Governo.

Sabemos que não é bom um lobo vestido de cordeiro nem nesta Casa nem na equipe do Presidente Lula. Ao descobrir que atrás daquela veste há um lobo, sempre haverá uma crise.

Como disse o Deputado Raul Jungmann, o povo está do lado do Presidente. Portanto, quando se confia em seu governante, as coisas geralmente saem diferentes.

Nosso País é estável. Mas quando aparecem as Darlenes da vida, como no caso do Senador que disse que seu discurso seria uma bomba, o dólar aumenta, a bolsa despenca, gera-se clima de desconfiança. No caso, o País quase foi à bancarrota. Temos de ter responsabilidade. A Oposição precisa ter consciência ao se expressar para o povo brasileiro, quando vai à tribuna com notícias, previsões. Este País tem grandes divergências culturais e políticas. É necessário que nós, Parlamentares, representantes de quase 176 milhões de pessoas, tenhamos responsabilidade no momento de acusar da tribuna e colocar sob suspeita um Ministro como José Dirceu.

O Ministro José Dirceu está precisando de um tempo para poder dar uma resposta à sociedade. Como está com sua consciência tranqüila, pode colocar sua cabeça no travesseiro e depois, oportunamente, falar o que o povo espera. Não age como as Darlenes, que querem, muitas vezes, um minuto para tentar aparecer na televisão.

Sabemos que milhões de brasileiros estão nos assistindo. Qualquer um gostaria de aparecer, de se tornar uma celebridade, mas muitos que desejaram tornar-se celebridade, como o Senador, caíram no ridículo junto ao seu eleitorado e ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, com a queda dos juros, que começou com 0,25%, com a retomada da geração de emprego e renda, o que as indústrias começam a demonstrar, e com o esquecimento das aves de mau agouro de um Waldomiro da vida, já se vislumbra um bom sinal.



Lembro-me de que, uma vez, a Senadora Heloísa Helena se referiu aos resíduos sólidos intestinais de um homem ou de um animal. Para mim, Waldomiro não passa hoje de um resíduo sólido na situação política no Brasil. Que a Polícia cuide desse caso, Sr. Presidente, e que esta Casa retome o debate do crescimento e auxilie o Governo, que foi eleito de forma esplêndida pelo povo brasileiro.



---

Documento 64/67

---

028.2.52.O Sessão Ordinária - CD 22/03/2004-17:12

Publ.: DCD - 23/03/2004 - 11929 WASHINGTON LUIZ-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Água. Oportunidade do lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2004 sob o tema Fraternidade e Água, com o lema Água, Fonte de Vida. Dados contidos no texto base da campanha. Ameaça de escassez mundial de água potável. Necessidade de ações planejadas dos governantes para a gestão equilibrada dos recursos hídricos brasileiros. Descaso com a preservação de mananciais e rios no Estado do Maranhão. Apresentação de projeto de lei sobre inclusão do Vale do Rio Itapecuru na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF. Desequilíbrio causado ao meio ambiente pelo cultivo de soja nos cerrados maranhenses. Apresentação de proposta de reativação do Projeto Tabuleiro de São Bernardo, localizado na região do Baixo Parnaíba. Garantia pelo Presidente do BNDES, Carlos Lessa, de realização de investimentos na Região Nordeste em 2004. Instalação de pólo siderúrgico em São Luís. Necessidade de implantação de projeto de desenvolvimento do Maranhão. Revitalização de projetos de irrigação no Estado. Importância da recriação do Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM para redirecionamento do processo de crescimento regional. Assinatura de convênio entre o Governo do Estado do Maranhão e à Direção da Caixa Econômica Federal para construção de moradias e realização de obras de saneamento básico. Vinculação entre o desenvolvimento



e a educação. Solidariedade à população do Município de Bom Jesus das Selvas, no Maranhão, diante de perseguições praticadas pelo Prefeito Municipal. Participação em ato popular realizado no Município maranhense de Capinzal do Norte. Transcurso do aniversário de fundação do Município de Balsas, situado na região sul do Maranhão. Saudação às mulheres brasileiras ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

-----

O SR. WASHINGTON LUIZ (PT-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 22 de março, é o Dia Mundial da Água. Por isso, quero destacar o tema da Campanha da Fraternidade de 2004 — Fraternidade e Água — , com o lema Água, Fonte de Vida.

O texto base da Campanha da Fraternidade apresenta dados estarrecedores e tem como referência levantamentos da Organização das Nações Unidas.

Em pronunciamento que fiz na semana passada, citei alguns dados que quero repetir: cerca de 1,2 bilhão de pessoas no mundo não têm água de qualidade para beber; 2,4 bilhões de pessoas não têm serviços sanitários adequados; milhões de crianças morrem a cada ano de doenças causadas por água contaminada; no Brasil, 20% da população ainda não têm acesso à água potável; 40% das torneiras não têm água confiável; 50% das casas não têm coleta de esgotos, e 80% do esgoto coletado são jogados diretamente nos rios, sem qualquer tratamento; 54,4% das crianças de 0 a 6 anos vivem em residências sem saneamento adequado.

Mais grave, Sras. e Srs. Deputados, é o alerta da ONU ao advertir que, em 2025, cerca de 40% da população da terra terão problemas de abastecimento de água potável. Portanto, é necessário que haja uma ação planejada e articulada dos Governos Federal, Estaduais e Municipais no sentido de uma gestão equilibrada dos recursos hídricos.



No meu Estado, o Maranhão, numa área entrecortada por vários rios, tenho observado o descaso para com os recursos hídricos. O principal rio maranhense, o Itapecuru, a maior fonte de abastecimento d'água de cerca de 40 cidades, incluindo a Capital São Luís, onde vivem cerca de 800 mil pessoas, vem sofrendo rápido processo de assoreamento decorrente da devastação da mata ciliar e da retirada de areia. Além disso, em muitas cidades, o esgoto é despejado sem qualquer tipo de tratamento no leito dos rios.

As nascentes do Rio Itapecuru, localizadas no Parque Estadual do Mirador, estão ameaçadas pelas ocupações desordenadas e pelos grandes projetos agroindustriais, que estão adquirindo e grilando terras em áreas de preservação ambiental. Está em execução uma obra de duplicação da adutora do Sistema Italuís, responsável por uma parte do abastecimento da Capital, sem que sejam divulgados os reais impactos ambientais dessa duplicação, ou seja, se a capacidade de vazão do rio é suficiente para suportar novas retiradas de grande volume d'água.

Há ainda a Barragem das Flores, no Rio Mearim, que necessita urgentemente de recursos para evitar uma catástrofe. Devido ao grande volume das águas por causa das recentes chuvas, a represa precisa de reparos para evitar o seu rompimento, o que causaria grandes prejuízos para a população da região.

A gestão dos recursos hídricos é fundamental para proporcionar mecanismos de desenvolvimento regional. Digo isso, Sras. e Srs. Deputados, porque apresentei nesta Casa projeto que visa à inclusão do Vale do Rio Itapecuru na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, que hoje abrange também o Rio Parnaíba. Essa iniciativa beneficiará considerável parcela da região dos Cocais, irrigada pela bacia hidrográfica do Itapecuru.

Nesse sentido, quero retomar o significado do lema da Campanha da Fraternidade de 2004, Água, Fonte de Vida.

As bacias hidrográficas, se forem gerenciadas segundo o interesse público e voltadas para o benefício da população, podem ser grandes indutoras de



desenvolvimento regional, gerando emprego e renda para a população necessitada.

Com prazer, concedo um aparte ao nobre Deputado Zé Lima.

O Sr. Zé Lima - Deputado Washington Luiz, quero parabenizá-lo pelo tema que traz à Casa neste Grande Expediente. Esse assunto tomou bastante tempo do meu trabalho na Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Tentei de todas as formas fazer com que a sociedade como um todo tivesse realmente compreensão da importância da defesa dos mananciais, da água, que é a vida. A Campanha da Fraternidade deste ano foi motivo de vários discursos nesta Casa. Inclusive tive oportunidade de fazer pronunciamento parabenizando a CNBB por ter trazido tema tão importante a debate, principalmente no mês de março, época das maiores enchentes. Sabemos que a água será mais cara do que o petróleo daqui a alguns anos, e precisamos ter esse cuidado. V.Exa. falou no Parque Estadual do Mirador e no Itapecuru. Nasci no Brejão, localizado nessa região, que, pelo que estou entendendo, V.Exa. conhece muito bem. Por isso permaneci no plenário para apartear-lo. Parabéns a V.Exa. por trazer ao debate tema de tão grande importância, o qual sempre foi e será motivo de preocupação para todos nós.

O SR. WASHINGTON LUIZ - Agradeço a V.Exa. o aparte.

Sras. e Srs. Deputados, destaco também a iniciativa da Articulação do Semi-Árido — ASA, formada por várias organizações da sociedade civil em parceria com o Governo Federal, cujas ações estão voltadas para enfrentar de forma propositiva os problemas gerados pela seca. Entre essas ações, destaco a grande campanha para a construção de 1 milhão de cisternas.

São iniciativas como essa que ajudam a transformar o Brasil e, por meio do abastecimento de água, levar vida digna e cidadania a milhões de brasileiros e brasileiras.

Para que possamos proporcionar essas condições ao povo, é necessário estarmos convencidos — e eu estou — de que o Governo Lula tem um projeto de desenvolvimento para o Brasil, um conjunto de ações planejadas que visam reconstruir a Nação. E esse projeto, que é voltado principalmente para a população mais pobre, objetiva incluí-la econômica e socialmente.



Precisamos investir na construção de pequenas hidrelétricas, utilizando a imensa bacia hidrográfica existente. Evitaríamos, assim, os riscos de um colapso energético, o que causaria grandes prejuízos à economia nacional.

A propósito, ressalto o Programa Luz para Todos, executado pela ELETRONORTE em parceria com as operadoras estaduais de energia.

Não podemos pensar em desenvolvimento sem eletrificação, principalmente na zona rural, onde estão concentrados os pequenos produtores, que impulsionam a agricultura familiar, a pequena pecuária e o beneficiamento dos produtos do extrativismo.

Água e luz são fontes de vida, se me permitem acrescentar a luz ao lema da Campanha da Fraternidade 2004. E, quando falamos na vida, projetamos as múltiplas determinações que a palavra contém.

Sras. e Srs. Deputados, o Maranhão vem se modernizando, mas ainda lhe faltam muitas transformações. O Estado dispõe hoje de avançada infra-estrutura portuária, o Porto do Itaqui, na Ponta da Madeira, que proporciona a atracação de navios de grande porte, com os quais comercializamos minério de ferro, produtos da pelletização, manganês, ferro-gusa e soja.

Temos uma localização geográfica privilegiada, que nos coloca, simultaneamente, em contato com os grandes mercados internacionais por intermédio do Porto do Itaqui e com o mercado interno, por meio das malhas viária e ferroviária, que possibilitam fácil acesso às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar de todas essas vantagens, porém, o Maranhão ainda está isolado economicamente. Ele apenas apresenta ares de modernidade. Não se desenvolveu ainda.

Ao longo das ferrovias dos grandes projetos, estão as carvoarias, onde são registradas desoladoras cenas de trabalho infantil. Perpassando as rodovias, são infundáveis as cercas dos latifúndios improdutivos e dos latifúndios degradantes pela prática do trabalho escravo, outro indicador em que o Maranhão figura em primeiro lugar. Triste colocação: o nosso Estado é o principal fornecedor de mão-de-obra escrava e o que tem o maior número de trabalhadores libertados pelos fiscais do Ministério do Trabalho.



Essa situação é resultado de um projeto modernizador que não levou em conta a inclusão social.

Apesar disso, temos um dos maiores centros produtores de soja no sul do Estado, o qual se expande para a região do Baixo Parnaíba. Reconhecemos a importância da produção de soja para a economia nacional, e o Maranhão tem dado grande contribuição nesse ramo do agronegócio. Porém, o cultivo em sistema de monocultura está devastando o cerrado maranhense, causando desequilíbrio no meio ambiente e provocando novas levas de êxodo rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero referir-me também aos megaprojetos de irrigação instalados no Maranhão.

Desta tribuna, já fiz referência ao Projeto Tabuleiro de São Bernardo, na região do Baixo Parnaíba, precisamente nos Municípios de Magalhães de Almeida e Araioses, voltado para o cultivo de hortaliças numa área de 5.592 hectares na primeira etapa, que utiliza água do Rio Parnaíba.

Nesse projeto, até julho de 1999, foram empregados pouco mais de 30 milhões de reais da União, referentes a 47% das obras, mas o distrito de irrigação está praticamente paralisado, integrando o triste quadro das obras inacabadas do Governo Federal, uma das heranças malditas da era FHC.

A CODEVASF foi responsável pela primeira seleção dos agricultores em 1998, quando fundou o Distrito de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo, que é a organização de produtores responsável pela administração, operação e manutenção do projeto.

Apresentei, nesta Casa, pleito ao Governo Federal no sentido da reativação do Projeto Tabuleiro de São Bernardo. Além de gerar empregos e renda, esse projeto vai possibilitar a inserção do Estado do Maranhão no agronegócio da fruticultura irrigada, atendendo ao mercado interno, nacional e internacional.

Além do Tabuleiro de São Bernardo existe o Salangô, em São Mateus; o Flores, em Joselândia; e o Distrito de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense — DIBOM, na divisa de Pinheiro e Palmeirândia. Todos esses projetos de irrigação se encontram com sua capacidade reduzida ou quase zero.



Agora observa-se grande movimentação em torno das proposta de política do Governo Federal incentivando a criação de camarão, a carcinicultura, que está sendo apontada como uma das soluções no combate às desigualdades sociais no Maranhão. O Governo do Estado realizou o Zoneamento Costeiro, mapeando o potencial produtivo do litoral maranhense. Porém, chamo atenção para a situação dos manguezais, que não podem ser abalados para não atingir grande parcela da população que vive da pesca (principalmente artesanal) e da aqüicultura.

Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, em reunião da bancada do Nordeste, o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, garantiu que há recursos para o desenvolvimento econômico do Nordeste. Disse o Presidente do BNDES que o banco investiu na região, em 2003, 3,7 bilhões de reais e, para 2004, há previsão de volume bem maior. Acredito que o Governo Federal possibilitará melhores condições aos Governos, aos empresários e ao povo do Nordeste.

No ano de 2007, está prevista a instalação do Pólo Siderúrgico do Maranhão, na cidade de São Luís, envolvendo recursos da ordem de 1,5 bilhão de dólares, em parceria com a corporação chinesa Baosteel e a empresa francesa Arcelor. Esse pólo siderúrgico vai incrementar as exportações de aço pelo Porto do Itaqui, ampliando a visibilidade do Maranhão no cenário internacional. Junto com a produção de alumínio pelo complexo ALUMAR, a usina siderúrgica vai ajudar a projetar o Maranhão nos cenários nacional e internacional.

Não podemos, porém, Sras. e Srs. Deputados, transformar o nosso Estado num paraíso dos enclaves econômicos. É necessário adequar os grandes projetos ao desenvolvimento sustentável, com respeito ao meio ambiente. É seguindo essa lógica que trabalha o Governo Lula, numa perspectiva de reconstrução de um projeto de nação esquecido nos últimos 20 anos.

O Maranhão precisa ter um projeto próprio de desenvolvimento, e esse projeto passa pela recuperação do distrito industrial e pelo investimento em pesquisa, com investimentos arrojados nas áreas de ciência e tecnologia. É preciso revitalizar e dinamizar a economia maranhense, para não ficarmos totalmente dependentes dos grandes projetos, que são importantes, mas não apresentam o retorno social necessário para superar as graves desigualdades em que vivemos.



O Maranhão precisa trilhar o caminho de outros Estados do Nordeste, que conseguiram se expandir no setor têxtil, de vestuário e de calçados e na produção de hortifrutigranjeiros. A agricultura familiar tem papel fundamental nesse processo, pois mantém as famílias no campo, evitando a sua ida para os grandes centros, e assegura a produção de alimentos. Atualmente quase totalidade das frutas e hortaliças comercializadas em São Luís vem de outros Estados do Nordeste. Por isso é fundamental revitalizar esses projetos de irrigação — como disse, Tabuleiro de São Bernardo, Flores, Salangô e DIBOM.

A reestruturação da SUDENE e da SUDAM são igualmente importantes para o redirecionamento do desenvolvimento regional. E é preciso que esses órgãos incentivem o uso racional dos recursos naturais, buscando contribuir para a superação da pobreza existente.

Precisamos criar condições para a inserção da economia regional do Nordeste e da Amazônia nos mercados nacional e internacional. Temos exemplos da força da economia regional, como a produção de flores, no Ceará, e de frutas, no Rio Grande do Norte e Vale do São Francisco.

Tenho percorrido o Maranhão e debatido com trabalhadores, empresários e autoridades a necessidade de permanente mobilização na busca do crescimento econômico do Estado e da região. E essa articulação caberá à SUDENE, pois a região possui grande capacidade produtiva, além de uma imensidão de belezas naturais, o que significa possibilidade de crescimento na área de serviços e potencial turístico.

Na sexta-feira passada, participei da solenidade em que o Governo do Maranhão e a Caixa Econômica Federal assinaram um convênio no valor de 138 milhões para a construção de habitações e obras de saneamento básico. O evento aconteceu no Palácio dos Leões e contou com a presença do Governador José Reinaldo e de dirigentes da Caixa Econômica, entre os quais meu amigo e Vice-Presidente, Carlos Borges, também maranhense.

Esse foi o maior convênio celebrado pela Caixa Econômica Federal em nosso Estado. Os recursos são do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social e beneficiará 435 mil famílias. Esse investimento prevê a geração de 180



mil empregos diretos, com saneamento em 15 Municípios e a construção de casas populares.

Sr. Presidente, reafirmo a importância da Campanha da Fraternidade. Para haver justiça social é preciso desenvolvimento econômico que assegure a todos e todas acesso às riquezas produzidas. E a água é fonte de vida e sinônimo de justiça e desenvolvimento.

Outro importante aspecto para o desenvolvimento é o investimento em educação. E, nesse sentido, quero manifestar a minha solidariedade aos companheiros e companheiras do Município maranhense de Bom Jesus das Selvas que vêm sendo vítimas de perseguições praticadas pelo Prefeito do Município. Esses companheiros, aliás, estão assistindo a este pronunciamento.

Solidarizo-me com os professores, trabalhadores rurais, com o povo de Bom Jesus das Selvas, que, por infelicidade, têm um Prefeito que vem realizando caótica administração e perseguindo a população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive ontem em Capinzal do Norte, importante Município do Maranhão, participando de grande ato popular, com a presença de muitas lideranças partidárias e religiosas e representantes de movimentos sociais da cidade e do campo. O Prefeito do Município, porém, num gesto antidemocrático, lamentável e desrespeitoso, tentou, de todas as maneiras, conturbar aquele ato, criando vexatória situação à população do Município, que se indignou com a violência do Prefeito.

Solidarizo-me com os que estiveram presentes ao ato e com as Lideranças do Município de Capinzal do Norte, dentre as quais, destaco o jovem líder e dirigente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Paulo Sabá; o Presidente do Diretório Municipal do PT, Sr. Cleones; os empresários Leone e Mouzinho; o Vice-Prefeito Acácio e os Vereadores Francisca Sabá, Galeno e Arnaldo; entre tantas ilustres personalidades que estiveram naquele palanque, na memorável noite de ontem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro ainda nesta oportunidade o aniversário da cidade de Balsas, que, situada na região sul do Estado do



Maranhão e administrada pelo PT, possui importância estratégica para o desenvolvimento da economia maranhense. Balsas, pólo de grande produção de soja no sul do Maranhão, é uma das cidades que mais cresce no Brasil.

Portanto, congratulo-me com os cidadãos e cidadãs balsenses na pessoa do Prefeito Jonas Demito e de sua equipe.

Não poderia terminar este pronunciamento sem prestar mais uma homenagem às brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher — e já fiz nesta Casa um discurso sobre as mulheres do Araguaia, bravas guerrilheiras que tanto lutaram pela transformação do Brasil. O ideal de um outro Brasil foi semeado por muitas companheiras e companheiros, em especial pelas mulheres.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Washington Luiz, parabênizo V.Exa. pelo pronunciamento, que tem a marca da serenidade e da firmeza, e pela forma como V.Exa. emitiu suas opiniões e reflexões. Que suas palavras sirvam para mudar Prefeitos que ainda agem de forma arbitrária, desrespeitando o processo democrático.



---

Documento 65/67

---

031.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 24/03/2004-11:34

Publ.: DCD - 25/03/2004 - 12525 ZELINDA NOVAES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na última sexta-feira, dia 19, realizou-se em Salvador uma sessão especial, por iniciativa da Vereadora Eronildes Vasconcelos, para lembrar e reverenciar o dia 8 de março.

Como não foi possível estar presente ao evento, deixo registrado nos Anais da Casa discurso que iria proferir naquela oportunidade, homenageando todas as mulheres baianas, principalmente as Parlamentares.

Sr. Presidente, a cada ano o Dia Internacional da Mulher ganha um significado diferente, porque já não somos as mesmas, seja na nossa história pessoal, social ou profissional.

Pouco a pouco, têm orbitado ao nosso redor histórias significativas que colaboram para a construção da sociedade brasileira. Elas demonstram a evolução da nossa condição de mulher na conquista de direitos, na participação política, no desenvolvimento de projetos sociais, na ciência, na economia, enfim, em várias frentes. Mas ainda temos muito a conquistar.



Evoluímos na nossa visão de mundo, de sociedade e de ser humano. Estatísticas do IBGE mostram que, nas áreas urbanas, já temos, em média, um ano a mais de escolaridade que os homens e que, de 1992 a 2002, o índice de mulheres que chefiam a casa passou de 21,9% para 28,4%.

Outra pesquisa, desenvolvida pela Global Entrepreneurship Monitor - GEM, que mede o empreendedorismo em 31 países do mundo, mostra que, em 2000, 29% dos negócios eram comandados por mulheres. Já em 2003, esse índice atingiu 46%.

No Brasil, as mulheres foram as responsáveis por 36% das empresas abertas nos últimos 3 anos.

Se em certos aspectos evoluímos, alguns setores, entretanto, merecem ainda enorme empenho da nossa sociedade, do nosso Parlamento, de nossos governantes para superação das históricas desigualdades e discriminações.

Cada mulher traz consigo uma missão de vida, traduzida na simplicidade da dona de casa, na conquista de espaços sociais mais amplos. Historicamente, é a sensibilidade da mulher que mantém viva a essência da vida, do ser. Sob ela está a solidez das estruturas familiares. A sensibilidade, que lhe é inerente, é peça fundamental para a construção de uma sociedade onde haja riqueza na diversidade e respeito às diferenças. Por isso, ao invadir universo essencialmente masculino, a mulher leva para fora de seus lares as crenças e os valores.

Dessa forma, mulheres guerreiras, que lutam pela inclusão e pela identidade, devem fazer das políticas afirmativas meios que democratizem oportunidades como emprego, educação, saúde, previdência e assistência social.

Dados do Ministério da Saúde sobre mortalidade materna indicam que, nas Capitais, de cada mil crianças que nascem, morrem 75 mães. No tocante à inclusão social, o DIEESE apurou a exclusão social da mulher negra no Brasil, que ocupa o último lugar na pirâmide social.

Devem ser projetadas as ações construtivas em prol da inclusão cultural e profissional, da luta contra a discriminação social e a violência doméstica. Nesse ponto, faço um parênteses: segundo dados da Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres, órgão do Poder Executivo Federal, os Estados em que



se têm notícias dos maiores índices de violência contra a mulher são Bahia e Pernambuco.

Assim, com o intuito de repensar a condição da mulher no Brasil, instituiu-se o exercício de 2004 como o Ano da Mulher. Este é um ano em que se buscará discutir e propor soluções, com o auxílio de toda a sociedade, para os problemas que envolvem as mulheres, tais como planejamento familiar, violência contra a mulher, exploração sexual, paternidade, mortalidade materna e infantil, saúde sexual, analfabetismo, enfim, soluções para problemas crônicos que envolvem a família brasileira, em especial a mulher. Agindo assim caminharemos ao encontro do Tratado de Beijing, assinado sem restrições pelo Brasil, em 1995. Ele recomenda a todos os países a adoção de ações afirmativas para apressar a diminuição da exclusão das mulheres e a busca da igualdade entre os sexos nos centros de poder político.

A participação no poder político é outro ponto que merece especial atenção. Embora a população brasileira seja de 86 milhões de mulheres, contra 83 milhões de homens, somos minoria na Câmara e no Senado: menos de 9% em ambas as Casas.

Na Câmara, recentemente, foi instalada a Comissão Especial da Mulher, com o objetivo de garantir agilidade aos trabalhos da bancada feminina e trabalhar pela aprovação de projetos que facilitem o acesso das mulheres a serviços de saúde, educação e ao mercado de trabalho.

Necessitamos superar situações cotidianas que nos trazem indicadores de que o processo democrático no Brasil ainda necessita consolidar-se em políticas afirmativas estruturadas, aprimoradas, que trarão condições à mulher de, a cada ano, no seu dia-a-dia, compreender, diagnosticar e avaliar o privilégio de ter nascido mulher.

Sr. Presidente, uma mudança social efetiva, no entanto, depende, antes, de transformação interior, formando uma voz latente na coletividade, que deve tomar consciência da insatisfação e despertar para a busca de melhores condições para eliminação das diferenças e discriminações sociais. O mundo precisa ser repensado sob outra ótica em que haja o respeito pela dignidade e pela



diversidade e não a dominação de um gênero pelo outro, criando, assim, um espaço otimizado para a construção de relações sociais mais humanitárias.

Muito obrigada.



---

Documento 66/67

---

038.2.52.O Sessão Extraordinária - CD 30/03/2004-20:20

Publ.: DCD - 31/03/2004 - 13545 JOÃO HERRMANN NETO-PPS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instituição de 2004 como o Ano da Mulher. Homenagem à cadete Fernanda Görtz, da Academia da Força Aérea, primeira comandante de avião militar.

---

O SR. JOÃO HERRMANN NETO (PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março de cada ano se comemora o Dia Internacional da Mulher. E este ano de 2004, por lei, foi designado como o Ano da Mulher.

São homenagens as mais justas, em reconhecimento ao trabalho, que beira o heróico, das companheiras que, ano após ano, vêm, ombro a ombro, ajudando o Brasil a se tornar um país justo, fraterno e democrático.

E isso, vale dizer, sem que a afirmação feminina no mercado de trabalho, na área política, nas esquinas científicas se tenha firmado à base de concessões. Nada disso. Nossas mulheres, no Brasil e no mundo, conquistaram esse posicionamento e o fizeram ainda mais dinâmico, ainda mais eficaz.

Trazendo a esta tribuna, embora tardiamente, nossa palavra de louvor ao Dia Internacional da Mulher, destacamos que, na sexta-feira, dia 26, ainda de março, a



Academia da Força Aérea, em Pirassununga, São Paulo, colocou no ar, pela primeira vez em nosso País, uma mulher no comando de um avião militar, uma cadete daquela academia.

Como dizíamos, é a mulher conquistando seu espaço, agora no espaço aéreo do País. É a mulher assumindo o controle de seu destino, igualando-se a outras mulheres e aos homens que, pela vida afora, buscaram e seguem buscando uma forma de progredir, avançar, para que, com todos nós, o País também avance.

Assim, em meu nome pessoal e no de toda a bancada do Partido Popular Socialista nesta Casa, trazemos nossa homenagem à cadete Fernanda Görtz, pela marca indelével que ela coloca em sua vida e nos céus do Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 67/67

---

071.2.52.O Sessão Ordinária - CD 30/04/2004-11:00

Publ.: DCD - 01/05/2004 - 19524 ROSE DE FREITAS-PMDB -ES  
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de instituição do Estatuto da Mulher. Realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Impertinência das críticas indiscriminadas ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Compromisso do PMDB com a governabilidade da gestão petista. Ponderações acerca das dificuldades enfrentadas para recomposição do poder de compra do salário mínimo. Ineficiência da máquina administrativa causada pela desarticulação da equipe ministerial do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Urgência na revisão da política econômica do Governo Federal.

---

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 30 de abril, é o Dia Internacional da Mulher. Em comemoração a este data, rendemos nossas homenagens a todas as mulheres do nosso País - trabalhadoras, mães de família, profissionais liberais, enfim todas as mulheres.

Em virtude de este ano ter sido estabelecido como Ano da Mulher, esta Casa instalou Comissão Especial para proferir parecer ao Estatuto da Mulher. Na



Comissão, tem havido debates que visam ao avanço de políticas de apoio à mulher, na área social, de trabalho, saúde e educação.

Queremos deixar registrado como grande marco a conquista e o esforço de todas as mulheres para realizar a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, onde serão discutidas todas as propostas para criação de novas legislações e novos programas a serem aproveitados pela administração pública. E mais, abriremos espaço para oferecer mais justiça e reconhecer a competência da mulher e a igualdade de direitos.

Parabenizamos todas as brasileiras. Cada data que comemoramos é uma nova forma de abrir espaço para debates de conscientização e de novas conquistas.

Não queríamos, de maneira nenhuma, ter de vir aqui nos manifestar sobre possível debate que se referisse ao Governo presente e ao Governo passado. Hoje estou no PMDB, mas é muito difícil para mim, que estava no PSDB à época, ouvir comentários maldosos do Partido dos Trabalhadores em relação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a intenção de se defender de críticas e dificuldades por que vem passando na condução do País.

Pronunciamentos que atacam o ex-Presidente Fernando Henrique têm sido uma constante nesta tribuna. Será possível que tudo o que se fez ao longo dos 8 anos em que o Governo contou com o apoio do PMDB e de outros partidos foi tão ruim assim? Não aconteceu nada de bom no País durante esse período? Temos mesmo de salvar o Brasil da miséria absoluta deixada pelo Governo passado?

Esses discursos fáceis não prestam informação alguma à população brasileira; ao contrário, desinformam. Todos nós queremos ajudar o atual Governo. Ninguém nesta Casa - e não vou falar pelo PSDB, porque já não pertenço mais às suas fileiras - quer apostar no caos; ninguém deseja que o Governo termine amanhã para que se suceda uma nova bandeira ou parceria com outros partidos que estejam até na oposição.

Nós, do PMDB, queremos ajudar o Governo. Queremos que ele dê passos certos e que suas dificuldades sejam expostas não só neste plenário como também para todo o Brasil. Não queremos ver ninguém vender milagres, porque eles não



existem em lugar algum, somente no coração de um cristão que exerce sua fé para superar problemas pessoais.

Quando se cobra eficiência do Governo, cobra-se também, de maneira construtiva, mais união de sua equipe de trabalho e linguagem comum de seus Ministros. Ontem a base do Governo, a Liderança do PSB, em entrevista, disse que o atual salário mínimo não é o ideal para o País. Na verdade, ele nunca foi o ideal. Ao longo dos anos em que estou nesta Casa, nunca vi ninguém dizer que o salário mínimo, tendo em vista nossa grave situação financeira, fosse o ideal para aquele momento. Passamos por congelamento de salários, defasagens e perda do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros. Tudo isso está registrado na história das administrações que se sucederam.

Portanto, temos de entender que um Governo, para fazer o que tem de fazer, não precisa destruir a história dos anteriores. É abominável ter de ouvir esses discursos. Será que nada de bom foi feito neste País ao longo dos últimos oito anos?

Tive oportunidade de me manifestar internamente, e ainda estava no PSDB. Dizia que tínhamos de nos esforçar para ajudar o novo Governo. Houve momentos nesta Casa em que foram os votos da Oposição que deram vitória ao Governo.

Hoje, no PMDB, meu sentimento é o de procurar o equilíbrio político para que o Governo possa administrar bem. Na minha opinião, os erros cometidos não aconteceram aqui, a causa não está no conflito político existente entre Situação e Oposição, mas sim no modo de se expressar do Governo - erros de linguagem mesmo -, de passar informação à população.

Fico feliz em saber que algumas das diretrizes máximas da economia adotadas pelo Governo que apoiamos no passado têm sido mantidas pelo atual Governo. Então, nem tudo estava errado, nem tudo foi ruim. Se tivesse sido ruim, a decisão tomada teria sido radicalmente oposta à política econômica traçada pelo Governo passado.

Quanto à eficiência da máquina pública, Sr. Presidente, quero dizer que ela não vem funcionando: é imensa a lentidão em responder às demandas postas por todos os partidos. Ouvimos, na reunião do Colégio de Líderes, representantes do



próprio Partido dos Trabalhadores reclamarem da eficiência da máquina aí montada.

Reconhecemos que a equipe do ex-Presidente Fernando Henrique tinha mais afinidade devido ao fato de muitos de seus Ministros terem trabalhado juntos no Governo de São Paulo. O fato é que desencontros entre membros da equipe do atual Governo se têm refletido radicalmente nas bases técnicas da administração pública, em prejuízo do País. Por exemplo, acabamos de passar por um período de chuvas intensas que causaram muitos problemas no Estado do Espírito Santo. Acreditem ou não V.Exas., até hoje não recebemos resposta da Defesa Civil a respeito das pontes destruídas, sem esquecer da situação dos desabrigados.

É muita lentidão, mas não podemos culpar o Presidente Lula por isso. S.Exa. não sabe o que acontece na Ação Social e na Integração Nacional, onde estão montadas as equipes responsáveis pela resposta técnica aos problemas trazidos por Governadores, Prefeitos e Parlamentares.

Desde ontem, tenho ouvido insistentemente desta tribuna que tudo o que hoje acontece de ruim no País é responsabilidade do Governo passado. Não acho que estejamos tão mal assim, afinal, o Governo tem tido a preocupação de manter o equilíbrio financeiro. Contudo, não posso concordar, de modo algum, com o fato de que este País pare de uma vez por todas em nome de superávit primário, para atender a interesses do FMI. Não posso concordar com essa postura, como não posso concordar com que, há um ano e meio, mais de 5 mil obras estejam paralisadas. Como não posso concordar também com que a agricultura seja a única salvadora da Pátria, com o parque industrial que possuímos.

Podemos perfeitamente alertar para as dificuldades, para as limitações e para as ineficiências existentes num Governo que pretende, e se Deus quiser conseguirá, ser um governo a favor do povo brasileiro. Ninguém deveria nem mesmo pensar que um trabalhador que chegou à Presidência da República vai deixar a Nação num estado de inteiro caos. Agora, não é justo também que se repitam, nesta tribuna, discursos e mais discursos dizendo que os 8 anos de Governo Fernando Henrique foram os responsáveis por todas as calamidades, inclusive, ontem, quando da discussão do salário mínimo, conforme declarações do Senador Paulo



Paim e do Deputado Beto Albuquerque, Vice-Líder do Governo. Disseram S.Exas. que não havia como atender às expectativas do povo brasileiro. Se há argumentação tão forte que deva ser apresentada para aceitar esse mínimo, que o façam como fazia o Presidente Fernando Henrique. Esta Casa precisa saber. Estamos aqui para cooperar. Ninguém aposta no caos, nem mesmo a Oposição; o PMDB quer ajudar e muito. Agora, seria bom também, ao se resgatar a história do País, que não se proferissem falácias, bravatas e injustiças contra quem, com certeza, promoveu a queda inabalável da inflação ao tempo em que dominava o País situação de calamidade que tanto corroía o salário do trabalhador. Foi uma conquista do Governo passado, mas ninguém se lembra dela, e uma boa herança. Graças ao Governo anterior, alcançamos o equilíbrio econômico, sem falar das relações comerciais e pactos feitos em favor do País. Será possível que, no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, não aconteceu nada de bom neste País? Aceitamos o bom debate. Ele é saudável; injustiças não.

---